

**VALÉRIA TINI**

**A (IN)DISCRIÇÃO: ASPECTOS DO DECORO EM *DOM*  
*QUIXOTE* DE MIGUEL DE CERVANTES**

Trabalho apresentado ao Departamento de  
Letras Modernas da Universidade de  
São Paulo para a obtenção do título  
de Mestre, sob a orientação da  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Augusta da Costa Vieira.

**SÃO PAULO – 2006**

**A (IN)DISCRIÇÃO: ASPECTOS DO DECORO EM *DOM*  
*QUIXOTE* DE MIGUEL DE CERVANTES**

## AGRADECIMENTOS

No decorrer deste trabalho pude contar com a especial ajuda de muitas pessoas, as quais, cada uma a seu modo, contribuíram para este resultado.

Meus sinceros agradecimentos:

- à prof<sup>a</sup> Maria Augusta da Costa Vieira, orientadora deste trabalho, pela paciência e confiança demonstradas desde os tempos da graduação;
- Aos professores Pedro Garcez Ghirardi e Cláudio Bazzoni, pelas importantes contribuições realizadas no Exame de Qualificação;
- às colegas do grupo de estudos cervantinos, em especial à Salete Toledo e Rosa Maria Justo, por todo o incentivo que me deram;
- a meus amigos dos tempos da graduação, Ricardo Novais, Renata Tognossolo e Raquel Silva, pela mais sincera amizade;
- à amiga Danielle Karen de Lima, por todo o carinho demonstrado;
- à Antonieta Maria S. Vannucci, por ter discutido comigo tantas outras questões importantes;
- aos amigos do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em especial à Cecília Levart Zocca, Sandra Andrade Scapin e Volúnia Luppi Caldeira, por todo o incentivo que me deram;
- à minha grande amiga Anaíza Rodrigues da Silva, por todo o incentivo e carinho demonstrados ao longo deste processo;
- à minha irmã, Beatriz Aparecida Tini, e à minha tia, Dyrce Tini, por me apoiarem e se fazerem presentes em todos os momentos de minha vida;
- à minha mãe Geni de Oliveira Tini (*in memoriam*) e ao meu tio Dorival Tini (*in memoriam*), por tudo que fizeram por mim ao longo de suas vidas.

## SUMÁRIO

	Pág.
1 – Apresentação.	08
2 - Leituras do <i>Quixote</i> .	10
3 - Formas de representação na sociedade de corte.	16
3.1 - Os tratados sobre comportamento social dos séculos XVI e XVII.	16
3.2 - Os tratados sobre comportamento social e o <i>Quixote</i> , de Cervantes.	31
3.2.1 – <i>O Cortesão</i> , de Baldassare Castiglione.	31
3.2.2 – <i>Galateo Espanhol</i> , de Lucas Gracián Dantisco.	32
3.2.3 – <i>O Discreto</i> , de Baltasar Gracián.	32
4 - Considerações gerais sobre retórica e poética.	33
4.1 – Considerações sobre a retórica.	39
4.2 - A retórica no Século de Ouro espanhol.	41
4.2.1 - O assunto do discurso.	43
4.3 - Fases elaborativas do discurso.	44
4.3.1 – Invenção.	44
4.3.2 – Disposição.	45
4.3.3 – Elocução.	46
4.3.4 – Memorização.	47
4.3.5 – Ação.	48
5 - Em torno do conceito de discrição.	49
5.1 – Conceitos vinculados à idéia de discrição.	58
5.1.1 – Razão.	58
5.1.2 – Agudeza.	59
5.1.3 – Aparência.	59
5.1.4 - Artifício.	60
5.1.5 – Fama.	61
5.1.6 – Homem.	61
5.1.7 – Juízo.	62
5.1.8 – Ocasão.	62
5.1.9 – Persona.	63
5.1.10 – Virtude.	64
5.1.11 – Vulgo.	64

5.2 – Prudência e discrição.	65
5.3 – Considerações sobre a <i>Razão de Estado</i> , de João Botero.	73
6 – Análise dos capítulos XLII, XLIII e LI.	77
6.1 – Sinopse dos capítulos.	78
6.2 – Personagens.	82
6.2.1 – Dom Quixote.	82
6.2.2 – Sancho.	85
6.2.3 – Duques.	88
6.3 – Os conselhos de dom Quixote a Sancho Pança.	90
6.3.1 – A atuação de dom Quixote como conselheiro.	94
6.3.2 – A assimilação dos conselhos de dom Quixote e o governo de Sancho Pança.	107
7 – Considerações finais.	119
8 – Bibliografia.	122

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de verificar a presença do conceito de discrição em três capítulos da obra *Don Quijote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes. Tais capítulos estão localizados na segunda parte da obra e se referem aos conselhos dados por Dom Quixote ao seu fiel escudeiro, Sancho Pança, antes que este assumisse seu governo na ilha Barataria.

O conceito de discrição é bastante amplo e complexo. Fazem parte dele atitudes morais e sociais que visam a uma adequada atuação social do indivíduo no universo em que ele se encontra. O exercício da discrição requer o conhecimento de alguns elementos que funcionam como uma espécie de pré-requisito para a sua prática. Entre eles estão a prudência, o discernimento, a cultura e a erudição.

Contribuem para a apreensão do conceito de discrição os tratados sobre comportamento social dos séculos XVI e XVII, sobre os quais teceremos comentários específicos, relacionando-os, sempre que possível, ao Quixote de Cervantes.

Em nossas considerações, também verificaremos a maneira específica como Cervantes trabalha o conceito de discrição em sua narrativa. Por vezes, o autor subverte as regras do decoro literário, promovendo a quebra da rigidez do conceito, utilizando-o de uma maneira que demonstra variedade em sua aplicação.

Palavras-chave: discrição, decoro, Cervantes, Dom Quixote, Sancho Pança.

## ABSTRACT

This dissertation aims at examining the presence of the concept of discretion in three chapters of *Don Quijote de la Mancha* by Miguel de Cervantes. Such chapters belong to the second part of mentioned book and they refer to the pieces of advice given by dom Quixote to Sancho Pança, before his faithful squire assumed the government of Barataria island.

The concept of discretion is quite vast and complex. It includes moral and social attitudes wich provide for the individual's proper social behavior within the universe where he lives. In order to be put into practice, the exercise of discretion demands the knowledge of some elements that function as a kind of pré-requirements, such as prudence, discernment, education and erudition.

Treatises on social behavior in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries contribute to the understanding of the concept of discretion, and we are making specific comments on them in search, as far as posible, of their connections with Cervantes's *Quixote*.

Along this study we are also examining the specific way Cervantes deals with the concept of discretion in his narrative. There are instances in which the writer subverts the rules of literary decorum causing a rupture in the rigidity of the concept by using it in such a way that demonstrates variety in its application.

Key-words: discretion, decorum, Cervantes, Don Quixote, Sancho Panza.

## 1 – Apresentação.

Este trabalho começou a ser pensado ainda no curso de graduação, quando tive a oportunidade de travar os primeiros contatos com a Literatura Espanhola e verificar as múltiplas oportunidades de análise que seus textos me ofereciam.

De todos os textos estudados, o *Quixote* de Cervantes foi aquele que mais despertou minha curiosidade, movida principalmente pelo intuito de tentar desvendar alguns caminhos construídos por Cervantes ao longo da narrativa.

Os múltiplos aspectos passíveis de análise no *Quixote* tornaram bastante difícil a tarefa de me decidir pelo estudo de algum deles. Neste sentido, os conhecimentos adquiridos ao longo dos diversos cursos de graduação ajudaram-me a me aproximar do tema ora em questão.

Durante o estudo das literaturas clássicas, ainda na graduação, despertou-me interesse a composição baseada em gêneros retóricos que estabeleciam padrões de composição. Dentro desses gêneros, chamavam-me a atenção alguns elementos, como o decoro e o engenho, pois a obediência aos padrões estabelecidos pelos gêneros pressupunha a existência de ambos: o decoro tinha a ver com a adequação da composição ao gênero; o engenho, em fazer com que o pensamento se convertesse em palavras e frases moduladas e restritas por um código estabelecido anteriormente.

A partir desses pressupostos, alguns conceitos como *decoro* e *engenho* tornaram-se espécies de palavras-chave na busca por um objeto de estudo dentro do *Quixote*, o qual se definiu a partir de conversas com a prof<sup>a</sup> Maria Augusta, que naquele instante desenvolvia suas pesquisas sobre a presença da *discrição* na obra de Cervantes. Foi com a prof<sup>a</sup> Maria Augusta que descobri que os conceitos que me chamavam a atenção pertenciam a um sistema mais amplo, empregando-se também como parte integrante do conceito de *discrição*. Assim, a *discrição* e seu exercício no texto cervantino passaram a ser, desde então, meu objeto de estudo.

Verificar o conceito de *discrição*, assim como os outros a ele relacionados, não foi tarefa fácil. Minha primeira abordagem considerou o possível vínculo existente entre História e Literatura, partindo do pressuposto de que a primeira interfere de maneira substancial na elaboração da segunda. Essa vinculação não é totalmente equivocada, como teremos a



oportunidade de verificar mais adiante, quando traço um panorama da crítica cervantina entre os séculos XVII e XX.

Porém, as contribuições realizadas em meu exame de qualificação me permitiram uma reinterpretação desse conceito, o qual não deve ser entendido como decorrente de um momento histórico, mas como participante dele, e deve ser analisado também com base nos pressupostos retóricos, os quais têm a ver não com a sociedade, os indivíduos ou suas crises, mas com os códigos retóricos estabelecidos, vigentes em determinada época.

De início, a possibilidade de uma análise voltada à retórica surpreendeu-me, pois esse tipo de abordagem ao *Quixote* parece ainda não ter estabelecido uma tradição crítica em nosso meio acadêmico.

O fato de considerar a retórica no momento da análise não significa que abandone totalmente o contexto histórico-social no qual se insere o texto de Cervantes. Neste sentido, os tratados sobre comportamento social, elaborados ao longo dos séculos XVI e XVII, também contribuirão com sua estrutura e seu conteúdo para análise que se faz do *Quixote*. A estrutura desses tratados também está em consonância com os pressupostos retóricos de seu tempo, e seu conteúdo relaciona-se diretamente com o momento histórico-social no qual se dão as narrativas neles constantes.

Voltando ao *Quixote*, dada a impossibilidade de realizar uma análise que abranja toda a obra, selecionei três capítulos da segunda parte da obra: o capítulo XLII, *De los consejos que dio don Quijote a Sancho Panza antes que fuese a gobernar la insula, con otras cosas bien consideradas*; o XLIII, *De los consejos segundos que dio don Quijote a Sancho Panza*, e o capítulo LI, *Del progreso del gobierno de Sancho Panza, con otros sucesos tales como buenos*.

## 2 – Leituras do *Quixote*.

A tarefa de analisar um fragmento da obra de Cervantes coloca o leitor diante de uma enorme e complexa questão: quais as possibilidades de leitura oferecidas por Cervantes em seu *Quixote*. Seria ingênuo pensarmos que a obra nos oferece uma multiplicidade de leituras tão diversa quanto o público leitor, pois, nesse público, não selecionado de maneira apriorística por Cervantes, encontram-se as mais variadas expectativas de leitura em relação à obra, o que faz com que cada leitor, *grosso modo*, possa apoderar-se de *sua* maneira de ler o *Quixote* e de formar *suas* verdades em relação à obra. Se o que se busca na leitura é o simples prazer de ler, não há nada que impeça o leitor de formar suas próprias verdades. Porém, se o que se busca é *analisar* a obra a partir de seus elementos literários, há que se ter o cuidado de realizar uma fundamentação teórica para a análise que se propõe.

Do momento de sua publicação até os dias de hoje, o *Quixote* de Cervantes vem sendo objeto de muitas análises e ponto de partida para a formulação de muitas teorias sobre a literatura espanhola do século XVII. A diversidade e a complexidade da obra parecem encaminhar-nos também a uma multiplicidade de perspectivas de análise e formulação de teorias críticas. No momento em que inicio este trabalho, creio necessário retomar, ainda que brevemente, a história crítica da obra.

Provavelmente, alguns leitores modernos, ao se deparar com o *Quixote* pela primeira vez, não resistirão à tentação de considerá-lo um visionário, um louco que, por meio de sua loucura, enfoca e traduz grandes angústias, impossibilidades e, até mesmo, fracassos humanos. Porém, o que os leitores incautos não sabem de antemão é que essa visão imaculada é fruto de um longo processo de disseminação de uma leitura romântica da obra cervantina, originada no Romantismo, o qual, analisando o personagem a partir de uma perspectiva individual e subjetiva, toma a sua loucura não só por uma enfermidade que o molesta e atormenta, mas que assume um simbolismo que traduz o idealista: é louco quem é idealista. A loucura do personagem, independente da perspectiva em que é encarada, faz de sua vida uma sucessão de fracassos, angústias e impossibilidades.

Por outro lado, há quem veja na história do cavaleiro manchego uma sucessão hilária de fatos e representações, a qual se presta unicamente ao objetivo de divertir o leitor que a toma diante dos olhos. Partidária dessas idéias, a corrente Realista surge em oposição à Romântica, aproximadamente nos anos 40 do século XX.

Tendências críticas marcadas por enfoques Românticos e Realistas marcaram, ao longo do século XX, as tensões opostas em relação à leitura do *Quixote*. A leitura Romântica é resultado da análise da obra a partir dos referenciais que norteavam a escola de mesmo nome. Como menciona Maria Augusta da Costa Vieira,

“(...) o Romantismo alemão descobriu um Cervantes pensador e um artista reflexivo e consciente a respeito da organização do romance. Certamente, o Cervantes da nova escola não será o Cervantes satírico. Sem ignorar a construção paródica da obra e, conseqüentemente, sem ignorar o cômico, os românticos tiveram a preocupação de buscar outros sentidos que para eles seriam mais profundos e descobrir o lado trágico que acompanha as andanças de Dom Quixote”.<sup>1</sup>

Por outro lado, os críticos de tendência realista criticam duramente a posição dos românticos, argumentando, entre outras coisas, que estes

“(...) davam mostras de estar se desprendendo da própria realidade da obra ao atribuir um conceito idealista de verdade alicerçado na exaltação do quixotismo. A verdade cervantina seria algo muito mais complexo que se conforma aos mais variados interesses humanos, podendo ser manipulada a partir das intenções mais insuspeitas”.<sup>2</sup>

Pelos argumentos expostos pelas duas correntes críticas, notamos que as diferenças entre seus preceitos baseiam-se na distância tomada pelo crítico em relação à época em que a obra foi escrita. “Retornar” ao seiscentismo e trabalhar com idéias e referenciais contemporâneos à época de produção da obra parecem ser condições indispensáveis para uma análise focada no texto. Notemos que se acercar ao texto traz implícita a idéia de conhecer suas condições e aspectos de produção, tanto no que se refere ao momento histórico-social em que se insere quanto no que se refere aos preceitos estéticos que segue.

Anthony Close, em seu artigo intitulado *Las interpretaciones del “Quijote”*,<sup>3</sup> oferece-nos um panorama da crítica cervantina ao longo destes 400 anos, considerando-a dentro de uma perspectiva de evolução.

<sup>1</sup> VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *O dito pelo não-dito: paradoxos de Dom Quixote*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998. p. 68.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>3</sup> CLOSE, Anthony. *Las interpretaciones del “Quijote”*. In: *Don Quijote de la Mancha*. 2. ed. Barcelona: Edición del Instituto Cervantes, 1998.

O artigo de Close se desenvolve a partir de uma problematização inicial, que é a atitude que se tem em relação à leitura, interpretação e análise de um texto clássico, que se desdobra em muitas outras questões que aparecem no momento em que se discutem as principais interpretações a que o *Quixote* foi submetido ao longo do tempo. É importante ressaltar que o estudo de Close não visa somente fornecer um panorama da crítica cervantina. Na verdade, ele propõe a reinterpretação dessas teorias críticas formuladas ao longo do tempo. De acordo com Close, as várias críticas surgidas entre os séculos XVI e XX poderiam agrupar-se em pólos opostos. De um lado, estariam as que remetem ao domínio lingüístico do autor e de seus leitores contemporâneos, o que corresponderia ao proposto pelos realistas. De outro, estaria uma postura crítica acomodatória que, segundo Close, “trata de adecuar el sentido del texto, a pesar de su infraestructura de supuestos arcaicos, a la perspectiva mental del lector moderno”.<sup>4</sup> Ainda segundo esse autor, “esta segunda actitud es la postura espontánea del lector medio y también la del crítico literario, en cuanto portavoz de los intereses de ese simbólico personaje”.<sup>5</sup> Segundo o exposto por Close no fragmento citado acima, dependendo da abordagem que fazemos ao *Quixote*, críticos e leitores não seriam muito diferentes entre si, o que, momentaneamente, impediria o surgimento de novas visões sobre a obra. Close esclarece ainda que a tensão existente entre românticos e realistas ou entre leituras acomodatórias ou não é tão antiga quanto constante. A polêmica existente entre românticos e realistas serve como entrada ao seu texto, que não se detém somente nessa questão.

Ao historiar a crítica cervantina, Close nos coloca diante de outras questões problematizadas por vários críticos que, independentemente da corrente a que se filiam, formularam teorias que se construíram e se desconstruíram ao longo do tempo. Esse parece ser o caso de Azorín, escritor e ensaísta espanhol do século XIX, o qual, segundo Close, dizia que “El Quijote ni fue estimado ni comprendido por los contemporáneos de Cervantes”.<sup>6</sup>

Close rebate o dito por Azorín porque este “resta valor a los enfáticos tributos que a los méritos de Cervantes – invención, ingenio, gracia, elegancia, decoro, discreción”.<sup>7</sup> E segue Close dizendo que “para un siglo que estimaba tan altamente el ingenio, no debe considerarse

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. CXLII.

<sup>5</sup> Ibidem, p. CXLII.

<sup>6</sup> Ibidem, p. CXLVI.

<sup>7</sup> Ibidem, p. CXLVI.

menudo elogio lo siguiente, proferido por su principal bibliógrafo: ‘por la excelencia y amenidad de su ingenio, tuvo algún que otro igual, pero nunca superior’”.<sup>8</sup>

É na Espanha do século XVIII que Close encontra, escrito pelo valenciano Mayans y Siscar, “un estudio crítico fundamental, que sienta las basis de la investigación metódica de la vida y obra de Cervantes”.<sup>9</sup> Segundo Close:

“(…) la aproximación de Mayans (ao texto cervantino) es fundamentalmente apologética y da por sentada la premisa que al siglo XVII español le había resultado tan difícil reconocer: la que las obras en prosa de Cervantes son dechados de regularidad neoclásica y pueden rivalizar con los monumentos de la Antigüedad. Así que el *Quijote* es comparable con la *Iliada*: ‘Si la ira es una especie de furor, yo no diferencio a Aquiles airado de don Quijote loco. Si la *Iliada* es una fábula heróica escrita en verso, la *Novela de don Quijote* lo es en prosa, que la épica (como dijo el mismo Cervantes) tan bien puede escribirse en prosa como en verso’.”

Close ressalta também que Mayans reconhece que esse princípio formal aparece no *Quixote* de uma forma graciosa, popular e cotidiana, e “con la variedad de estilos y asuntos que caracteriza las novelas de Cervantes en general”.<sup>10</sup>

A comparação estrutural que se faz entre o *Quixote* e a *Iliada* remete-nos à possibilidade de ler essa obra de Cervantes a partir dos preceitos *retóricos* vigentes na época.

Da mesma forma, no início do século XIX, Friedrich Schlegel realiza considerações sobre o *Poema de Mio Cid*, dizendo que:

“(…) por su casticismo de pura cepa, es de más valor para España que toda una biblioteca, y que el *Quijote* revive ese espíritu de caballería medieval y retrata en colores imperecederos **las costumbres y los valores de la España de Felipe II**. A partir de ese momento, la crítica decimonónica del *Quijote* estará marcada por un carácter histórico-nacionalista, en contraposición con el espíritu preceptivo del siglo anterior”.<sup>11</sup>

A aproximação romântica ao *Quixote* na Espanha, exibindo um suposto caráter nacionalista, serve para afastar uma acusação de antipatriotismo que se fazia a Cervantes

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. CXLVIII.

<sup>9</sup> Ibidem, p. CL.

<sup>10</sup> Ibidem, p. CLI.

<sup>11</sup> Ibidem, p. CLIV. (Grifos nossos.)

desde meados do século XVII. Com isso, vemos que a postura crítica não está ligada somente ao pensamento autônomo do crítico e que sofre, às vezes, interferências externas que revelam necessidades que devem ser atendidas.

A abordagem romântica do *Quixote* provoca uma ruptura e um deslocamento dos estudos cervantinos para outra direção. O referido nacionalismo presente no *Quixote* traz consigo o estabelecimento da relação entre o texto literário e o momento histórico-social em que se dá sua produção.

Há muitos estudos – polêmicas à parte – que vinculam História e Literatura, chegando a estabelecer um vínculo tão forte entre os dois elementos que a Literatura passa a ser vista e tratada como um “reflexo” da História. Assim, passa-se a considerar que o texto literário, ou o texto cervantino em questão, retrata o vivido pelos espanhóis na Espanha do século XVII.

A relação entre História e Literatura é muito delicada. Talvez não seja a melhor opção de análise posicionar a Literatura como um reflexo da sociedade. Mas, por outro lado, é inegável que o texto literário traz consigo elementos do contexto em que se produz.

No caso do *Quixote*, a relação, às vezes forçada, entre História e Literatura fornece muitos elementos utilizados pela crítica de tendência romântica do *Quixote*, pois múltiplos textos do século XVII explicitam uma sociedade em crise. Como menciona Maria Augusta da Costa Vieira, “a ilusão de um império grandioso começa a minguar para ceder espaço a uma realidade repleta de miséria, fome, ausência de trabalho e de produção de mercadorias”.<sup>12</sup>

Sobre os aspectos mencionados anteriormente, Martín González de Cellorigo publicou em 1600 o *Memorial de la Política Necesaria y Util Restauración a la República de España*. Relato dirigido ao rei dom Felipe III, as idéias de Cellorigo constituem “uma tentativa legítima de detectar os problemas mais prementes do reino, acompanhada da sugestão de medidas que possam redirecionar os passos da economia e da sociedade”.<sup>13</sup>

Entre outros aspectos, Cellorigo menciona que a crise espanhola estava vinculada diretamente ao mau uso das riquezas, pois estas, ao contrário do que seria mais sensato, era utilizada por seus detentores de maneira perdulária. Compravam-se muitos produtos estrangeiros a preços elevados, e havia uma parcela da população que vivia basicamente de renda proveniente de dinheiro emprestado a juros elevados. Para Cellorigo, essa era uma

---

<sup>12</sup> VIEIRA, Maria Augusta da Costa. Op. cit. p. 45.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 45.

situação que não mais poderia continuar. A Espanha deveria investir na sua força de trabalho e fazer com que as pessoas voltassem a produzir.

Nesse momento, a Espanha encontrava-se dividida: de um lado, as idéias de Cellorigo; de outro, uma aristocracia que vivia em um mundo muito distante do real, fazendo da vida na corte um grande teatro, no qual os aristocratas-protagonistas “atuavam” como se seu universo fosse marcado por práticas preestabelecidas de representação. Essas práticas eram resultado da normatização de comportamentos e posturas a serem seguidos no ambiente de corte.

Nesse contexto, é muito importante voltarmos nossos olhares às práticas de representação presentes naquela sociedade, que surgem também pela necessidade de contenção ou de autocontrole do indivíduo, de modo que ele atuasse socialmente sempre de uma maneira racional e preestabelecida. O estudo dessas práticas nos dá uma idéia sobre os hábitos e costumes daquela sociedade.

### 3 – Formas de representação na sociedade de corte.

Nos séculos XVI e XVII, a Europa assiste à consolidação de uma nova formação social, da qual surge um novo modelo de sociedade: a sociedade centrada na corte.

Fruto de mudanças sociais profundas como o fim do feudalismo e a constituição dos Estados Nacionais Modernos, essas sociedades elaboram seus próprios códigos de conduta que, entre outras coisas, garante aos seus indivíduos a distinção entre a aristocracia e o povo. É como se o domínio de certo código social fosse a senha para pertencer a um mundo hierarquicamente superior e distinto.

As regras de conduta partilhadas pelos “iguais” foram em diversos momentos organizadas em tratados que, segundo Norbert Elias,<sup>14</sup> “funcionam como a concretização de processos sociais”, estabelecendo uma espécie de ponte entre a Idade Média e os tempos modernos.

Os tratados situam-se temporalmente numa época após o afrouxamento da hierarquia medieval e antes da consolidação e estabilização da hierarquia social moderna. Surgem numa época em que o código de comportamento social torna-se mais rigoroso e em que aumenta o grau de consideração esperado dos demais.

Inicialmente, ao se referir ao comportamento das pessoas em sociedade, esses tratados enfatizavam o “decoro corporal externo”<sup>15</sup>, discutindo postura, gestos, vestuário, expressões faciais – enfim, o comportamento externo, que é interpretado como consequência da manifestação do homem interior, inteiro.

A seguir, apresentamos os tratados mais influentes dos séculos XVI e XVII, suas principais diferenças e em que medida essas diferenças se relacionam com o momento social em que os tratados são produzidos.

#### 3.1 – Os tratados sobre comportamento social dos séculos XVI e XVII.

Um dos tratados mais influentes do período é *O Cortesão*, de Baldassare Castiglione, publicado na Itália em 1528.

---

<sup>14</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. I, p. 69.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 69.



Peter Burke,<sup>16</sup> ao se referir a *O Cortesão*, afirma que “os inocentes criticaram-no por ser cínico demais; e os cínicos, por ser inocente demais”. Os “ingênuos” e “cínicos” a que se refere Burke possivelmente são leitores da obra situados em momentos históricos distintos. Os “ingênuos” possivelmente são os leitores contemporâneos a *O Cortesão*, que o consideram cínico pelo fato de centrar-se em questões relativas às convenções sociais, em detrimento do que seria a essência do ser humano. É como se houvesse uma crítica ao fato de voltar os olhos mais para o exterior que para o interior dos indivíduos. Os “cínicos” são, possivelmente, os leitores que tiveram contato com a obra em um momento posterior, quando as práticas sociais já eram sofisticadas o suficiente para que o conteúdo d’*O Cortesão* pudesse ser considerado ingênuo.

*O Cortesão* é o produto de um sistema de valores vigentes na Itália ao longo do século XVI e parte do XVII. Não se pode dizer que os valores e as práticas expressas n’*O Cortesão* para uso da aristocracia sejam totalmente novas. Na verdade, muitos dos valores expressos no livro de Castiglione com o objetivo de disciplinar a classe aristocrática fazem referência a conceitos criados pela Antigüidade Clássica, de onde vem, aliás, a própria definição de aristocracia, proveniente de *aristos* – “o governo dos melhores”. Assim, muitos textos clássicos de diferentes momentos ecoam no texto de Castiglione. As noções de prudência, inteligência prática e autocontrole remetem à *Ética*, de Aristóteles. O *De Officiis*, de Cícero, apresenta o conceito de decoro, ou seja, “a adaptação de comportamento social, incluindo postura e gesticulação, às circunstâncias e estilo de vida, *genus vitae*”.<sup>17</sup>

A Antigüidade romana reinterpreta conceitos gregos. O “ideal aristotélico de um meio-termo justo recebeu sua formulação mais precisa na obra *Orator*, de Cícero, em que o autor recomendava o que chamava de um tipo de ‘negligência estudada’ (*neglegentia diligens*), na qual o orador ocultava suas habilidades para dar à audiência a impressão de que ele não estava usando retórica de forma alguma, mas estava mais preocupado com as idéias do que com as palavras escolhidas para expressá-las. No século seguinte, o romano-espanhol Quintiliano apresentaria aos oradores um conselho semelhante acerca da espontaneidade simulada”.<sup>18</sup>

Além de Cícero, Sêneca e Ovídio também se mantiveram como guias influentes de comportamento ao longo dos séculos, ainda que entre os três haja diferenças em relação ao tom e propósito das obras. Sêneca enfatiza a constância, uma virtude resultante da rigorosa

<sup>16</sup> BURKE, Peter. *As fortunas d’O Cortesão*. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 21.

disciplina. Segundo Burke,<sup>19</sup> Sêneca, moral e sério, “pensava em uma paz de espírito interior (*tranquillitas animi*), mas seu conselho às vezes tem sido interpretado como a recomendação de um comportamento externo impassível e aristocrático”. Já Ovídio, de acordo com Burke,<sup>20</sup> era “frívolo e cínico”, mas também enfatiza que a calma e a negligência são capazes de revelar a autoconfiança.

Os tratados da Antigüidade greco-latina também continuaram a ser importantes durante a Idade Média. Porém, devido ao fato de se vincularem a uma tradição pagã, seus conceitos tiveram que ser adaptados para que pudessem ser utilizados pelo clero.

O Renascimento “redescobriu” os conceitos antigos em suas formas originais, voltando a utilizá-los em seus tratados. Porém, a Idade Média também nos deixou como herança um conceito fundamental para os tratados sobre comportamento de corte: o conceito de cortesia.

O conceito de cortesia foi resultante do processo de aprimoramento dos códigos da cavalaria, estando vinculado ao sistema de virtudes do cavaleiro que, segundo Curtius,<sup>21</sup> “não foi propriamente um sistema. Ele compreende categorias ético-estéticas de natureza secular, que em parte se formaram muito antes da cavalaria – como, por exemplo, a fidelidade do vassalo”.

Por volta do século XII, uma parte da laicidade também passou a se preocupar com as regras de bom comportamento. Aproximadamente nessa época se formulam as leis da cavalaria, com o objetivo de atender aos cavaleiros, um grupo social relativamente novo, fornecendo-lhe um código de conduta que lhes dizia como se comportar dentro e fora dos campos de batalha. Porém, com o passar do tempo, os códigos da cavalaria foram complementados por elementos menos militaristas, entre os quais estão as boas maneiras e a cortesia.

Os conceitos que se referem ao comportamento social trazem consigo uma noção de *aprendizagem*, processo por meio do qual o indivíduo interioriza as regras de conduta partilhadas por aqueles que lhe estão socialmente próximos. Sobre essa aprendizagem, José Antonio Maravall<sup>22</sup> nos diz que a cortesia é “condición personal que reclama, en quien la

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>21</sup> CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e idade média latina*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1996.

<sup>22</sup> MARAVALL, José Antonio. *Estudios de historia del pensamiento español*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1953.

posee, haber sido bien adoctrinado” e, citando *El libro de los cien capítulos*, uma das compilações didático-morais mais representativas do final do século XIII, relata que:

“El enseñamiento es seneficança (significado) de la cortesía. (...) La cortesía es un saber moral, práctico, un saber transfundido en virtud, por tanto, una sabiduría. (...) Cortesía como un saber del tipo de saber recibido, esto es, aprendido o tomado de un depósito tradicional, en que se conserva de generación en generación: un saber pragmático, referido principalmente a la conducta de los demás. (...) Sin embargo, lo cierto es que el conjunto de creencias en las que se apoya una verdadera doctrina de determinismo social, vigentes en las conciencias del Medievo, según la cual en el alto linaje y grandes riquezas está guardado el tesoro de la virtud y del saber.”

As regras de comportamento passam por várias etapas, mas estiveram presentes em todas as épocas, podendo ser adaptadas de acordo com os valores em vigor. Como vimos, uma das obras a promover essa adaptação foi *O Cortesão*.

*O Cortesão*, de Baldassare Castiglione, é uma obra publicada na Itália em 1528. Castiglione fez parte do período conhecido como a “alta” Renascença, “a fase do movimento (centrada em Roma no início do século XVI) na qual a maior ênfase era dada às regras – fossem elas regras para as artes, para a linguagem ou para o comportamento”.<sup>23</sup> *O Cortesão*, devido à estrutura e linguagem que utiliza, discute aspectos do comportamento social com a mesma graça e leveza que sugere como pré-requisitos do perfeito cortesão que pretende moldar. Assim, o próprio livro que pretende moldar o perfeito cortesão também é um exercício artístico-retórico resultante da habilidade de seu autor.

A obra foi elaborada com o objetivo de definir quais características em relação a comportamento, discurso e aparência deveriam possuir o homem ideal do período. Tal objetivo centra-se na necessidade de criação de um padrão do aristocrata para o ambiente de corte.

*O Cortesão* relata quatro noites de conversas ocorridas entre os nobres da corte de Urbino, na Itália, em 1506. Essas conversas eram mediadas pela Sra. Emília, uma espécie de assessora da duquesa Elizabetta Gonzaga, que tinha a função de entreter os nobres antes que eles se recolhessem para dormir.

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 37.

O livro é constituído por quatro partes fundamentais. Na primeira delas, indica-se a formação geral que o cortesão deveria possuir, o que inclui o conhecimento das armas e das letras, da dança, da música e outros; todos conhecimentos revelados com graça e habilidade, o suficiente para ser considerado bom. O cortesão deve saber de tudo um pouco sem, no entanto, ter a necessidade de ser um especialista nos assuntos em que mostra conhecimento.

A ausência da necessidade de aprofundamento nos assuntos e nas práticas que conhece poderia dar-nos uma impressão de superficialidade, o que não é de todo errado. Porém, devemos ter em conta que essa idéia da falta de necessidade de especialização por parte do cortesão está vinculada a uma idéia de “medida”, que diz o quanto o cortesão deve conhecer sobre determinado aspecto ou assunto. O cortesão não precisa conhecer tudo; somente o suficiente para fazer-se adequado. O exercício da justa medida também era um valor relevante no período.

A segunda parte da obra tem como tema central as levezas do comportamento em corte, principalmente no que se refere às artes da conversação e ao decoro. O cortesão, de acordo com a definição de Alcir Pécora,<sup>24</sup> deve possuir excelências

“que remetem ao domínio de determinadas faculdades de caráter e à experiência das várias circunstâncias da vida palaciana. Assim, o cortesão deve exercitar virtudes políticas e intelectuais como a *prudência* e a *discrição*, ambas pressupostas na idéia de dignidade, mas compatíveis com o agradável da companhia”.

Os conceitos relativos à prudência e à discrição, embora presentes no texto de Castiglione, ainda não constituem conceitos centrais do tratado. Porém, esses conceitos ganharão cada vez mais importância no ambiente de corte, como teremos a oportunidade de verificar em outros manuais de períodos subsequentes, como os de Baltasar Gracián, por exemplo.

A terceira parte do livro dedica-se à descrição da dama palaciana, a qual deveria ser o correspondente feminino do cortesão ideal, adaptando às mulheres todas as exigências relativas ao cortesão. Nessa parte, estabelece-se uma divertida discussão sobre o papel a ser desempenhado pelas mulheres dentro da corte, chegando a discutir sobre sua inteligência e sobre a capacidade delas para exercerem com a devida habilidade aquilo que delas se

---

<sup>24</sup> PÉCORA, Alcir. Prefácio à edição brasileira. In: CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. Trad. de Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. XI.

esperava. Muito se fala das mulheres, tanto no sentido de exaltá-las quanto no de diminuí-las, dizendo que não conseguiriam dominar o repertório exigido do cortesão por falta de inteligência e habilidade. Porém, após a realização das discussões, fica evidente o reconhecimento, por parte dos debatedores, da condição de igualdade da mulher em relação ao homem em todos os aspectos requeridos para a existência de um perfeito cortesão.

O quarto livro é subdividido em duas partes, sendo a primeira delas a mais importante, pois trata da relação entre o cortesão e o príncipe. Nesse momento, aparece a idéia da *finalidade* de se formar o perfeito cortesão. De acordo com o proposto por Castiglione, o cortesão deveria atuar como uma espécie de conselheiro do príncipe, orientando-o para o bom governo de si mesmo e das cidades. Assim, todos os elementos que o cortesão deve dominar deverão ser colocados em prática no aconselhamento do príncipe, o que é ratificado pela fala de um dos personagens do livro:

“(...) Destarte, penso que o cortesão perfeito, segundo foi descrito pelo conde Ludovico e dom Federico, pode de fato ser coisa boa e digna de louvores, entretanto não simplesmente nem por si mesmo, e sim em relação à finalidade para a qual deve ser orientado; pois, na verdade, se com o ser nobre e gracioso, afável e ágil em tantas atividades o cortesão produzisse outro fruto além de o ser para si mesmo, eu não julgaria que para conseguir tal perfeição de cortesia valesse a pena dedicar tanto estudo e trabalho quanto é necessário para quem deseja conquistá-la; (...) Portanto, creio que o objetivo do cortesão, do qual não se falou até aqui, é ganhar a tal ponto, por meio dos atributos que lhe foram conferidos por estes senhores, a benevolência e o espírito do príncipe a quem serve, que possa lhe dizer sempre a verdade sobre cada coisa que lhe convenha saber, sem temor ou perigo de desagradar-lhe. E, sabendo a mente dele inclinada a fazer coisas inconvenientes, se atreva a contradizê-lo e com maneiras gentis valer-se da graça adquirida com suas boas qualidades para demovê-lo de qualquer intenção equivocada e induzi-lo ao caminho da virtude (...).”<sup>25</sup>

Na tarefa de aconselhar o príncipe, induzindo-o e ajudando-o na prática do bem, e afastando-o do mal, o cortesão teria que usar seus conhecimentos e habilidades para trafegar num universo bastante amplo, talvez mais amplo que o de domínio de seu príncipe, pois, para

---

<sup>25</sup> CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. Trad. de Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 270-271.

aconselhá-lo, o cortesão deveria antecipar-se a ele, prevendo situações e soluções adequadas a elas.

A necessidade de aconselhamento do príncipe surge da percepção de que um dos problemas enfrentados na época era a falta de preparo dos príncipes que ascendiam ao poder.

“(…) Dentre os muitos erros que hoje vemos em nossos príncipes, os maiores são a ignorância e a presunção; e a raiz desses males não é outra senão a mentira, vício mercedamente odioso a Deus e aos homens e mais nocivo aos príncipes do que a qualquer outro; pois estes mais do que qualquer outra coisa carecem daquilo que mais que tudo necessitariam ter em abundância, isto é, de quem lhes diga a verdade e lhes recorde o bem; porque os inimigos não são motivados pelo amor a fazer tais coisas, pelo contrário, têm prazer em que vivam desonestamente e nunca se corrijam; por outro lado, não ousam caluniá-los em público por receio de serem castigados. (...)”<sup>26</sup>

E completa dizendo que o cortesão deveria representar uma espécie de salvação para o príncipe, dizendo que:

“(…) o cortesão, por meio daquelas gentis qualidades que lhe foram atribuídas pelo conde Ludovico e por dom Federico, pode facilmente e deve tentar conquistar a benevolência e influenciar a tal ponto o espírito de seu príncipe, que tenha livre e seguro acesso para falar-lhe de qualquer coisa sem molestá-lo”.<sup>27</sup>

Essa atuação do cortesão é radicalmente contrária às idéias do contemporâneo *O Príncipe*, de Maquiavel, publicado em 1530. Para Maquiavel, o príncipe deve governar sozinho de acordo com seus princípios, valores e vontades, não devendo deixar-se aconselhar por ninguém. O aconselhamento do príncipe, de acordo com Maquiavel, é um sinal de debilidade em relação ao seu caráter, o que revelaria também a fragilidade de seu poder e sua conseqüente incompetência para governar.

*O Cortesão* e *O Príncipe* são duas obras que muito influenciaram seu tempo. Apesar de antagônicas, ambas alcançaram grande repercussão na época em que se produziram.

Sobre *O Cortesão*, diz-se que guarda, em sua escrita, uma espécie de saudosismo e de melancolia, pois a sociedade aristocrática já seria muito mais complexa e possuidora de outros

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 272.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 275.

valores no momento em que foi publicado. Castiglione relata conversas ocorridas no ano de 1506 e relembra, no fim do livro, que muitas daquelas pessoas “excelentes” que faziam parte da corte de Urbino, na época em que se davam as conversas, já haviam morrido no momento da publicação da obra. Para Castiglione, a corte de Urbino era uma excelência em termos dos valores que representava. Então, a menção feita pelo próprio Castiglione em relação à ausência dos nobres de Urbino no momento da finalização do livro é lida por alguns críticos como um reconhecimento do autor em relação à inexistência de uma corte tão virtuosa quanto a que descreve. Como a corte é caracterizada com base na qualidade e na excelência de seus membros, a inexistência desses membros ocasiona a própria inexistência da corte. Parece que o próprio Castiglione nota, melancolicamente, que o cortesão ideal não mais teria condições de existir.

Ao formular *O Cortesão*, Castiglione adota um esquema de múltiplas vozes em sua narrativa. A obra é elaborada por meio da narração de diálogos, e a escolha desse gênero literário não é fortuita. O diálogo também é um gênero da moda na Itália do século XVI. É considerado um gênero mais agradável ao leitor, uma vez que expõe conceitos e idéias, opostos ou não, de forma natural, desvencilhando-se de um tom professoral, o que poderia fazer com que a leitura da obra se tornasse cansativa. Além disso, a narração de diálogos reais e ocorridos de forma “natural” permite que não se chegue a alguma conclusão definitiva sobre qualquer tipo de questão, fazendo com que o gênero confira à obra uma condição de obra aberta.

Além disso, a utilização do diálogo n’*O Cortesão* remete ao modelo clássico platônico. Platão, por meio de diálogos, também retrata o valor do convívio amigável entre pessoas de letras. Esse valor também é buscado por Castiglione por meio das conversas ocorridas na corte de Urbino.

Apesar da opção pelo esquema de múltiplas vozes, os diálogos narrados na obra são ordenados, o que permite que as idéias e os conceitos sejam apresentados e discutidos de forma clara.

O livro de Castiglione alcançou grande repercussão em sua época dentro e fora da Itália, sendo traduzido para várias línguas. A primeira tradução para uma língua estrangeira deu-se na Espanha, em 1534. Tal fato parece muito apropriado, considerando-se que o autor havia passado grande período nesse país. Porém, a relação de Castiglione com a Espanha não é suficiente para explicar o êxito que a obra lá alcançou. Na verdade, a obra chega à Espanha

como consequência da influência e da expansão do renascimento italiano para outras partes da Europa.

De acordo com Burke,<sup>28</sup> *O Cortesão* contou com leitores importantes na Espanha. Entre eles, Garcilaso de la Vega e Miguel de Cervantes.

Porém, apesar de muito conhecido e influente, *O Cortesão* esteve longe de ser uma unanimidade. Ao transformar a corte em centro do universo moral, Castiglione atraiu as críticas e a ira dos que viam naquele ambiente um lugar composto basicamente por vícios. No entanto, tanto Castiglione quanto seus críticos podem ter razão em relação a seus argumentos, dependendo da corte que tomam por referência. Porém, há de se considerar que, ao moldar o cortesão ideal e mencionar a corte de Urbino como um lugar de excelência, Castiglione não diz que as outras cortes teriam necessariamente as mesmas características, ou seja, não se deve entender que as qualidades descritas por Castiglione em relação à corte de Urbino estejam presentes em todas as cortes européias. Possivelmente, a corte virtuosa a que se refere Castiglione só teria possibilidade de existir numa pequena cidade, com uma corte composta por um número relativamente pequeno de membros. Aliás, no segundo livro d'*O Cortesão*, um dos interlocutores chega a mencionar que a corte é um lugar em que vícios e virtudes convivem, e que um não existiria sem o outro.

Apesar dos comentários favoráveis ou contrários a *O Cortesão*, este seguiu sua trajetória de sucesso e influência ao longo do século XVI. Porém, no começo do século XVII, o livro deixou de oferecer maior interesse, até que, por volta de 1750, já era considerado obsoleto.

Segundo Burke,<sup>29</sup> há pelo menos três elementos centrais que explicam a obsolescência do texto. O primeiro deles refere-se tanto à Reforma quanto à Contra-Reforma católicas. O livro de Castiglione era visto como insuficientemente cristão, pois fazia pouquíssima referência à religião. Em segundo lugar, houve um declínio na influência dos modelos culturais italianos, pois, por volta do século XVII, Espanha e França substituíram a Itália como modelo de comportamento elegante. Porém, é o terceiro elemento que parece ser o principal: *O Cortesão* dizia, entre outras coisas, que o caminho para o sucesso na corte era comportar-se de maneira graciosa. Além disso, o cortesão deveria ser uma espécie de conselheiro do príncipe, em vez de comportar-se como um subalterno em condição integral. No século XVII, a sociedade já havia interiorizado a idéia de que era o príncipe quem

---

<sup>28</sup> BURKE, Peter. Op. cit., p. 75.

<sup>29</sup> BURKE, Peter. Op. cit. p. 136-137.



determinava o quê e como algo deveria ser feito. Ou seja, a relação entre príncipe e cortesão modifica-se completamente. O príncipe só ouve a si próprio e, além disso, é o cortesão que agora lhe deve obediência. A partir do momento em que as cortes absolutistas atingem seu momento de apogeu, os cortesãos perdem muita importância social. A corte fica sem função específica, assumindo um aspecto ainda mais parasitário e, talvez por isso, vicioso.

O declínio d'*O Cortesão* não significa que esse gênero de “manuais” de conduta tenha caído em desuso. Pelo contrário, o que houve, tal como havia ocorrido com seus antecedentes, é que seus conceitos foram substituídos por outros que mais se adaptavam ao momento em que estavam.

Antes, porém, de verificar que características possuíam os manuais subsequentes a *O Cortesão*, gostaríamos de mencionar outro manual publicado 50 anos depois, que também alcançou grande repercussão quando de sua publicação, embora mais simples e possivelmente de pretensões mais modestas que o manual de Castiglione. Referimo-nos ao *Galateo Espanhol*, publicado na Espanha em 1585. Esse texto, de Lucas Gracián Dantisco, é baseado n'*O Galateo ou Dos Costumes*, do italiano Giovanni Della Casa, publicado na Itália em 1558.

A primeira coisa que o *Galateo Espanhol* nos mostra é que, no fim do século XVI, a Itália ainda exercia grande influência na Espanha em relação às práticas sociais.

Embora também seja um manual de comportamento, o *Galateo Espanhol* expõe seus conceitos de uma maneira completamente diferente de Castiglione em *O Cortesão*. A começar pela forma: *O Galateo Espanhol* abandona a forma abstrata, artificiosa e, às vezes, prolixa do livro de Castiglione. Gracián Dantisco opta por um estilo direto e concreto e, sempre que possível, exemplifica o que fala, mostrando a eficiência e eficácia daquilo que diz.

O público a que se destina a obra também é mais amplo que o público de Castiglione. Gracián Dantisco não faz um manual para a corte. Seu manual é para os leitores, tomados em um sentido amplo e genérico do termo, como podemos notar na seguinte citação:

“Habiendo visto en el discurso de mi vida, por experiencia, todas las reglas de este Libro, me pareció aprovecharme de las más que para el tiempo de la juventud pueden ser de consideración, traduciendo del Galateo italiano y añadiendo al propósito otros cuentos y cosas que yo he visto y oído; los cuales servirán de sainete y halago para pasar, sin mal sabor, las píldoras de una amable reprehensión que este libro hace, que,

aunque va envuelto en cuentos y donaires, **no dejará de aprovechar a quien tuviere necesidad de alguno de estos avisos (...).**”<sup>30</sup>

A parte destacada deixa claro que o manual é apropriado para os que querem aprender as regras do convívio social, independentemente de serem ou não cortesãos. O manual de Gracián Dantisco não é mais amplo somente nesse aspecto. Enquanto *O Cortesão* enfatiza as questões referentes ao decoro corporal externo, o *Galateo Español* trabalha com uma concepção mais completa de ser humano, que considera tanto as questões levantadas por Castiglione – vestuário, gestos, assuntos, adequação, equilíbrio e justa medida – quanto as relativas às virtudes e vícios de caráter. O homem interior, para Dantisco, não é somente o reflexo daquilo que mostra seu exterior. Por exemplo, o fato de vestir-se adequadamente não quer dizer, necessariamente, que aquele ser humano é um ser completo. Para que assim o seja, é necessário que as virtudes relativas ao caráter, como a honestidade, por exemplo, também estejam presentes. Aliás, Gracián Dantisco é enfático ao falar das questões relativas ao caráter, condenando atitudes que demonstrem soberba, vaidade e prolixidade, entre outras.

Outra característica importante no *Galateo Español* é que ele reflete ações referentes a uma vida mais ativa que contemplativa. Daí talvez decorram sua objetividade e seu pragmatismo. Dentro dessa perspectiva objetiva, Gracián Dantisco tem um olhar atento ao momento em que vive e sabe reconhecer muito bem o valor dos usos, costumes e a força da tradição.

“La tercera manera de cerimonias, que son aquellas que se hacen por obligación o por merecimiento, no se puede excusar (...) **porque la fuerza del uso es grandísima y en semejantes casos se debe tener por ley (...).**”<sup>31</sup>

Porém, não se coloca como um mero espectador dos fatos. Ele assume uma postura crítica em relação à maneira como alguns utilizam os costumes da época, explicitando que não se deve promover a manipulação mentirosa dos usos e costumes. Tal manipulação é condenável e, caso ocorra, trará prejuízos a quem a promove, uma vez que a própria sociedade parece já saber distinguir o falso do verdadeiro. Gracián Dantisco está atento ao tênue limite que separa um uso e costume bem aplicado de uma adulação vã.

“(...) Y las cerimonias vanas y superfluas son adulaciones claras y conocidas, de tal manera que aquellos que las dicen y hacen a fin de

<sup>30</sup> DANTISCO, Lucas Gracián. *Galateo Español*. Madrid: Ediciones Atlas, 1943. p. XI. (Grifos nossos.)

<sup>31</sup> Ibidem, p. 57. (Grifos nossos.)

ganancia (allende de ser tan malas de suyo por estar fundadas en pláticas falsas y fingidas), ellos quedan por enojosos y desapacibles, por ser contra lo que es verdad. (...).”<sup>32</sup>

A sociedade contemporânea ao *Galateo Español* é uma sociedade que exige um homem mais astuto, capaz de perceber de maneira menos ingênua a realidade que o cerca. Assim, entram as concepções de engenho, prudência e agudeza, que também fazem parte do repertório de práticas presentes no *Galateo Español*. A combinação desses três elementos, somados aos relativos às práticas corporais exteriores, faz com que o indivíduo possa transitar com menos dificuldade e ingenuidade no ambiente que o cerca. A conduta social a ser adotada por esse indivíduo é a *discrição*.

O *Galateo Español*, a exemplo de outros manuais, também incorpora elementos que mostram a evolução da complexidade nas relações sociais, sendo também um dos manuais que ajudam a fazer uma espécie de ponte entre os manuais dos séculos XVI e os do século XVII.

O *Galateo Español* sinaliza na Espanha o início da existência de um período em que a graça passa a ser substituída pela prudência como atributo fundamental para o convívio social, dentro ou fora da corte. Assim, seguindo a mesma tendência e aperfeiçoando-a, surgirão, poucas décadas depois, os livros de Baltasar Gracián, entre eles *El Discreto*, de 1646, e *Oráculo manual e arte da prudência*, de 1647.

A palavra *discreto* possui uma multiplicidade de significados, que nos dão uma idéia de quão abrangente e complexo é o termo. Começamos a desvendar tal multiplicidade pela explicação dos significados substantivo e adjetivo referentes ao mesmo conceito. Segundo o *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*,<sup>33</sup> *discreto* significa “Adj. 1 – Reservado em suas palavras e atos. 2 – Que tem ou revela discrição. 3 – Que sabe guardar um segredo. 4 – Prudente, circunspecto. 5 – Recatado, modesto. 6 – Que não se faz sentir com intensidade; brando. 7 – Que não avulta sensivelmente; pequeno, diminuto. 8 – Que exprime objetos distintos.” *Discrição* significa “S.f. 1 – Qualidade ou caráter de discreto. 2 – Discernimento, sensatez. 3 – Qualidade de quem sabe guardar segredo. 4 – Prudência, reserva, circunspeção. 5 – Modéstia, recato, decência.”

<sup>32</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>33</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Complementando essa definição, ofereço a seguir, os significados de discreto e discrição oferecidos pelo *Diccionario de Autoridades*, da Real Academia Española, e pelo *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, de Sebastián de Covarrubias Orozco. Segundo o *Diccionario de Autoridades*, o termo *discreto*, significa: “Adj. Cuerdo y de buen juicio, que sabe ponderar y discernir las cosas, y darle a cada una su lugar. Viene del verbo discernir. (...) Se llama también el que es agudo y elocuente, que discurre bien en lo que habla o escribe. (...) Se extiende figuradamente a las acciones, hechos o dichos con prudencia, oportunidad y agudeza.” *Discrição* significa “ Prudencia, juicio y conocimiento con que se distinguen y reconocen las cosas como son, y sirve para el gobierno de las acciones y modo de proceder, eligiendo las más a propósito. (...) Vale también agudeza de ingenio, abundancia y fecundidad en la explicación, adornada de dichos oportunos y entretenidos.”<sup>34</sup> Sebastián de Covarrubias Orozco, oferece-nos uma definição para o termo discreto que se encontra incorporada ao verbo discernir. Assim, *discernir*, significa: “DISCERNIR I. Vale apartar una cosa de otra para no juzgar en confuso. *Latine* DISCERNO, IS, DISCREVI; de onde se dijo discreto, porque sabe distinguir una cosa de otra. Discernir una causa el juez, es, habiéndola visto muy bien, dar en ella sentencia. DISCERNIR II. Del verbo latino DISCERNO, IS, DISCREVI, DISCRETUM, *separo, divido, diiudico, distingo, dispicio*. Vale vulgarmente distinguir una cosa de otra y hacer juicio dellas; 2. de aquí se dijo **discreto**, el hombre cuerdo y de buen seso, que sabe ponderar las cosas y dar a cada una su lugar. (...).” *Discrição*, significa: DISCRECIÓN. La cosa dicha o hecha con buen seso.”<sup>35</sup>

Além dos elementos acima, que nos definem o conceito sobre o qual falaremos mais adiante, consideramos que para poder falar sobre o *discreto* e aplicar as teorias relativas a ele na análise do texto cervantino, seria interessante certificar-nos sobre os significados dos termos na época da produção do *Quixote*. Para isto, baseamo-nos no dicionário histórico de Martín Alonso,<sup>36</sup> que nos traz as seguintes definições para o termo. “Discreción (1 – discreto, -onis). f.s. XVI al XX. Sensatez para formar juicio y tacto para hablar u obrar. 2 – s. Don de expresarse con agudeza, ingenio y oportunidad.” “Discreto, ta (1 – discretus, p.p. de discernere, discernir). Adj.s. XVI ao XX. Dotado de discreción, que incluye o denota discreción: conducta discreta; dicho discreto.”

<sup>34</sup> REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de autoridades*. Madrid: Gredos, 1990. p. 298.

<sup>35</sup> COVARRUBIAS OROZCO. Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Editorial Castalia, 1995. p. 431-432.

<sup>36</sup> ALONSO, Martín. *Enciclopedia del idioma: diccionario histórico y moderno de la lengua española (siglos XII al XX) – etimológico, tecnológico, regional e hispanoamericano*. Madrid: Aguilar, 1958.

Como vemos, é um termo bastante estável e que vem mantendo o mesmo significado ao longo dos séculos.

Retomando a questão dos manuais de comportamento, João A. Hansen<sup>37</sup> estabelece uma comparação entre manuais de períodos diferentes e diz que, enquanto:

“Castiglione (referindo-se a *O Cortesão*, publicado em 1528) propõe seu modelo de discrição restritivamente, no entanto, como padrão a ser seguido por cortesãos das cidades italianas do século XVI, no século XVII, Gracián (referindo-se a *O Discreto*, publicado em 1646, e ao *Oráculo Manual y Arte de Prudência*, publicado em 1647) e seus tradutores franceses, o retomam dilatando-lhe a proposição. Gracián propõe que é pela aplicação de suas receitas de discrição que qualquer um, dentro dos limites hierárquicos óbvios, pode tornar-se discreto enquanto sobe hierarquia acima buscando distinção.”

A discrição seria, então, uma senha e, ao mesmo tempo, um pré-requisito para que se pudesse ascender socialmente.

O discreto, conforme confirma Aurora Egido na Introdução a *El discreto*, “é discreto em todas as horas e em todos os lugares”.<sup>38</sup> É um varão acabado, invariável no exercício da virtude. Traz consigo os valores do cortesão quinhentista – decoro, espontaneidade estudada, urbanidade, disciplina, tranqüilidade de ânimo e controle de si mesmo – e agrega outras qualidades, como a inteligência, astúcia, perspicácia, engenhosidade, prudência e agudeza.

O discreto não diz, sugere, valendo-se de ambigüidade em seu discurso. “Dizer o que não se diz é dizer além daquilo que se diz.”<sup>39</sup> Eis a “chave” do discreto, cujas sutilezas conceituais se apóiam continuamente na arte do sugerir.

O discreto é também aquele que sabe dissimular. Sobre essa prática, Torquato Accetto, em *A Dissimulação Honesta*, publicado em 1641, apresenta-nos a dissimulação honesta como um recurso legítimo para a auto-proteção, ou seja, para que o indivíduo não se exponha ao ponto de tornar sua imagem pública vulnerável, o que comprometeria todas as instâncias de sua vida. Embora dissimulação e honestidade, diante do conceito negativo moderno que o termo *dissimulação* adquiriu, pareçam elementos contraditórios entre si, a dissimulação, quando aplicada somente no sentido de preservação do indivíduo, pode se considerar

<sup>37</sup> HANSEN, João Adolfo. O discreto. In: NOVAES, Aduato (Org.) *Libertinos libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 99.

<sup>38</sup> GRACIÁN, Baltasar. *El discreto*. Madrid: Alianza Editorial. 1997.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 76.

revestida de um caráter honesto. A dissimulação honesta pode resultar na omissão de algumas características ou circunstâncias pelos motivos já expostos, mas de nenhuma maneira pode resultar na criação de uma mentira, caso que constituiria uma *simulação*.

Alcir Pécora, na apresentação que faz do tratado de Accetto na edição brasileira, retoma as idéias de Giovanni Macchia em relação a *Da dissimulação honesta*, dizendo que “o livro de Accetto representa de maneira inequívoca o fim da idéia do cortesão como gentil-homem de uma sociedade perfeita; doravante, como nos livros do espanhol Baltasar Gracián, cujo *El héroe* é de 1637, o mundo toma a forma de uma luta cruel entre homens dissimulados”.<sup>40</sup>

Como vemos, as idéias de Macchia, expostas por Pécora sobre o tratado de Accetto, reiteram as diferenças entre os tratados, que, por sua vez, registram as diferenças entre as sociedades dos séculos XVI e XVII.

Pécora também retoma as idéias de Mario Scotti, para quem:

“a necessidade de dissimular de que fala Accetto, supõe tanto a presença ineludível à consciência de um mundo corrupto e sem nenhum senso comunitário, quanto a de que nenhuma ciência ou filosofia pura é guia infalível nas várias circunstâncias da vida”.<sup>41</sup>

Ainda sobre a *dissimulação*, João Adolfo Hansen e Alcir Pécora, em *Letras seiscentistas na Bahia*,<sup>42</sup> refletem sobre a aparente contradição existente entre *dissimulação* e *honestidade*, concluindo que:

“numa perspectiva burguesa, há aí uma contradição em termos, pois “dissimulação” e “honestidade” são opostos irreversíveis quando esta é pensada exclusivamente como relativa a uma verdade pessoal sem compromissos com a aparência pública. Contudo, nos termos da política católica contra-reformista, a dissimulação é uma decorrência necessária da condição humana, que é imperfeita e, ao mesmo tempo, passível de aperfeiçoamento. Para os autores do século XVII, uma vez que os homens, devido à Queda original, são incapazes de compreender a verdade essencial nela mesma, é necessário o uso de artifícios capazes de produzir e interpretar adequadamente *efeitos* para que tal compreensão se dê. *Efeitos*

<sup>40</sup> PÉCORA, Alcir. In: ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. Trad. de Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. XV.

<sup>41</sup> Ibidem, p. XVI.

<sup>42</sup> HANSEN, João Adolfo; PÉCORA, Alcir. *Letras seiscentistas na Bahia*. (Artigo inédito.)

são aparências e manifestações públicas, não exclusivamente verdades interiores”.

*Dissimulação* e *simulação* são termos que contêm conceitos muito diferentes, inclusive em relação aos valores que representam. Conforme Hansen e Pécora, a *dissimulação* consiste em não fazer parecer aquilo que realmente é, enquanto *simulação* significa fazer parecer algo que não é. A seguir, tecemos algumas considerações sobre os possíveis ecos dos manuais de comportamento no *Quixote* de Cervantes.

### **3.2 – Os tratados sobre comportamento social e o *Quixote*, de Cervantes.**

#### **3.2.1 – *O Cortesão*, de Baldassare Castiglione..**

A partir do momento em que Alonso Quijano se transforma em dom Quixote, ele passa a *atuar* como um pretense cavaleiro andante. Assim, procura colocar em prática os elementos que lhe pareciam pertencer à cavalaria, de acordo com os modelos fornecidos pelos livros que leu, os quais formavam sua base de memória.

Resgatando o que já mencionamos sobre *O Cortesão*, por volta do século XII, uma parte da laicidade passa a se preocupar com as formas de conduta, apropriando-se de alguns elementos da cavalaria, adaptando-os à corte, tornando-os menos militarizados. Dom Quixote procurará atender ao “sistema de virtudes do cavaleiro”, ou seja, o conjunto de valores e práticas que sobreviveram ao longo dos tempos e que ainda se fazia notar nas sociedades de corte.

Dentro da atuação de dom Quixote como cavaleiro, podemos salientar tanto elementos externos como internos em relação à prática cavaleiresca. Os externos relacionam-se à figura de dom Quixote: armas, armadura, elmo, cavalo, uma dama a quem adorar e a quem pedir inspiração nas batalhas. Os elementos internos relacionam-se ao caráter de dom Quixote: a exaltação da virtude e condenação dos vícios, a coragem, a integridade e o agir de acordo com o que se espera de um cavaleiro, o que inclui, além dos elementos já citados, as formas como ele atua socialmente: o tom de voz que utiliza e o conteúdo de suas falas, as quais deveriam expressar sentenças engenhosas, agudas e elegantes, tal como se esperaria de um legítimo freqüentador das cortes.

Dom Quixote, apesar de sua figura muitas vezes denotar um cavaleiro às avessas, também manifesta atitudes coerentes com as pretendidas por um perfeito cortesão. Porém, o

mesmo não acontece com Sancho Panza, que, embora muitas vezes discreto, não tem sobre a aparência, usos e costumes o mesmo cuidado e atenção de dom Quixote.

### **3.2.2 – O *Galateo Espanhol*, de Lucas Gracián Dantisco.**

Tal como *O Cortesão*, o *Galateo* também se referia a uma série de regras de comportamento em sociedade, tais como a maneira de vestir, de falar e, sobretudo, de atuar.

Considerando-se vários aspectos, os dois manuais apresentam entre si certa noção de complementaridade, o que faz com que muitos conceitos presentes em *O Cortesão* também apareçam no *Galateo Espanhol*.

Entre as diferenças, chama-nos a atenção a noção de *vida ativa* presente no *Galateo*. Como relatamos, o homem focado pelo *Galateo* não deveria ser, necessariamente, um nobre recolhido às sessões da corte. Pelo contrário, os aspectos tratados por ele visam a um ser humano com uma postura mais ativa que contemplativa diante da vida. Assim o é dom Quixote. Ele se crê um cavaleiro, sempre em socorro dos necessitados, e sempre ocupado em reparar alguma suposta injustiça. Portanto, dom Quixote, embora siga os usos e costumes da corte, caminha em direção oposta a uma atitude meramente contemplativa diante da vida. Ao contrário, sente-se dignificado ao estar sempre pronto para mais uma de suas batalhas.

Outro ponto de contato entre o *Quixote* e o *Galateo* é o valor que dom Quixote confere à força da tradição. Isso se torna explícito quando é armado cavaleiro. Embora vivendo num contexto diferente daquele de seus cavaleiros ideais e livrescos, dom Quixote não despreza o cerimonial; pelo contrário, sente-se valorizado e reconhecido pela existência dele.

### **3.2.3 – O *Discreto*, de Baltasar Gracián.**

*O Discreto*, de Baltasar Gracián, sem dúvida alguma produz muitos ecos no *Quixote*. Porém, por se referir diretamente ao tema deste trabalho, terá, em outro momento, uma explanação mais extensa e apropriada.



#### 4 – Considerações gerais sobre retórica e poética.

As relações existentes entre moral e literatura caminharam juntas durante longo período da História. No fim do período medieval, essa concepção ainda existia, porém já possuía uma existência não tão evidente.

A partir do século XVI, as artes poéticas começam a se proliferar em toda a Europa e, com isso, gradativamente se instala uma atitude diferente em relação à Literatura. Nesse momento, a reflexão sobre ela passa a existir de maneira mais independente, desligando-se das demais artes educativas e complementando-se com o auxílio da Retórica e da Filosofia.

As idéias sobre a Literatura e o âmbito literário receberam muitas influências, sendo elas captadas na Espanha em diferentes momentos e com diferentes intensidades.

A partir do século XVI, os teóricos espanhóis, apesar de herdeiros de uma tradição greco-latina, já não se incomodam com o desenvolvimento da Literatura em língua espanhola; pelo contrário, passam a reconhecê-la e ter uma atitude positiva diante dela. Segundo Bobes et al., resgatando Yndurain:

“la actitud positiva hacia las obras escritas en lengua vulgar es la fuente de una nueva sensibilidad cultural y poética (...). Siguiendo esta línea, los teóricos y comentaristas hispanos dirigen sus esfuerzos a conseguir un florecimiento de la literatura de ficción, sin olvidar la enseñanza que pueden ofrecer autores clásicos considerados como modelos”.<sup>43</sup>

Assim sendo, o que os teóricos hispânicos geralmente propunham não era o seguimento fiel aos clássicos, mas uma reelaboração e continuação de seus princípios teóricos.

Desde o fim do século XVI, existe na Espanha um aumento significativo de tratados e escritos teóricos, talvez pelo fato de a Espanha não ter sido o país mais resistente em relação ao reconhecimento da língua nacional como língua de criação literária.

A partir do século XVI, segundo Bobes et al., os humanistas espanhóis:

“no sólo no desdeñan el uso de la lengua romance, sino que lo impulsan como una manera de acercarse a un destinatario más amplio y como una

---

<sup>43</sup> BOBES, Carmen et al. *Historia de la teoría literaria*. Madrid: Gredos, 1998. p.332

manera de difundir unos saberes transmitidos por la ficción o por la reflexión teórica.”.<sup>44</sup>

De modo particular, dentro dessa reflexão teórica, interessam-nos os escritos relativos ao romance. Nesse período, parece não ter havido uma teoria do romance de maneira sistematizada, e as “regras” do gênero provinham de adaptações de tratados de poética, os quais, por sua vez, traziam muitos elementos relativos à teoria retórica, como confirma Riley quando diz que “la prosa novelística, a diferencia de la poesía y el teatro, no llegó a merecer un tratado particular y propio”.<sup>45</sup>

O fim do século XVI parece ter sido um momento fundamental para o desenvolvimento de reflexões sobre a literatura na Espanha e, apesar de todas as influências, parece ter sido a Itália quem forneceu o maior impulso para que os escritores espanhóis aperfeiçoassem suas idéias sobre o tema e assimilassem melhor os preceitos aristotélicos que se divulgavam no período, ainda que tenha sido somente em 1626 que se divulgou a primeira tradução espanhola da *Poética* de Aristóteles.<sup>46</sup>

Antes dessa data, o primeiro a propagar as idéias aristotélicas foi Alonso López Pinciano, por meio da sua *Philosophía antigua poética*, publicada em 1596, a qual parece ser a mais relevante influência teórica dos autores espanhóis do século XVII.

Em relação a Cervantes, não é fácil precisar suas fontes teóricas, principalmente no que se refere ao *Quixote*. Nessa obra, Cervantes se vincula a múltiplas fontes, entre elas Horácio, Platão e Aristóteles. Sobre isso, Riley menciona:

“la teoría de la prosa novelística en Cervantes es predominantemente neoaristotélica, a la manera de las principales poéticas italianas y españolas de fines del siglo XVI y comienzos del XVII, aunque en ella se mezclan doctrinas neoplatónicas y otros ingredientes. Probablemente Cervantes se sirvió más de las poéticas que de las retóricas, y más de obras en lengua vulgar que de obras latinas, aunque ni unas ni otras se excluyen necesariamente”.<sup>47</sup>

Dentro das múltiplas influências sofridas por Cervantes, o tratado de Pinciano parece destacar-se. Esse tratado, que considera o entendimento e a razão como princípios

<sup>44</sup> Ibidem, p. 333.

<sup>45</sup> RILEY, E. C. *Teoría de la novela en Cervantes*. Madrid: Taurus, 1971. p. 16.

<sup>46</sup> A referida tradução é de A. Ordoñez das Seijas y Tovar, *La poética de Aristóteles dada a nuestra lengua castellana* (Madrid, 1626).

<sup>47</sup> RILEY, E. C. *Teoría de la novela en Cervantes*. Madrid: Taurus, 1971. p. 28.

fundamentais da criação artística e literária, parece ter influência decisiva na obra de Cervantes, especialmente no que se refere aos princípios de criação literária, aos conceitos de imitação e verossimilhança, à recusa às novelas de cavalaria, na problemática da verdade na ficção literária.

Bobes et al., ao se referirem a Pinciano, dizem que “ao vincular a razão, a lógica e a ciência com a literatura, López Pinciano compreende que a literatura deva ser julgada pelo seu valor intrínseco, sem que este possa ser subordinado à moral ou à política”.<sup>48</sup>

Porém, o julgamento da literatura de acordo com os critérios de Pinciano não poderá ser realizado por qualquer pessoa; afinal, “o juízo estético corresponde ao homem refinado e educado, e somente o erudito, ainda que não seja especialista, está capacitado para decidir os critérios que regem o gosto literário”.<sup>49</sup>

Para que possamos compreender e analisar a influência de Pinciano sobre Cervantes, é necessário explicitar alguns aspectos do pensamento de Pinciano, tais como os relativos à criação literária, mimesis, verossimilhança, erudição e imitação dos clássicos.<sup>50</sup>

Em relação à criação poética, Pinciano não a atribui ao divino; ao contrário, atribui a ela uma origem natural, a qual deveria ser desenvolvida com o conhecimento e aplicação de regras, diferentemente dos partidários das teorias platônicas, que vinculavam a criação poética a uma origem sobrenatural.

Para Pinciano, o efeito da criação poética é obtido por meio da combinação de engenho e arte, os quais só são obtidos por meio da formação adequada do escritor, a qual possibilitará a “aplicación de unas fórmulas de composición que permiten el acabado perfecto de la obra artística.”.<sup>51</sup>

No entanto, as fórmulas de composição a que nos referimos devem ser aplicadas de maneira flexível, inclusive com o objetivo de garantir a beleza do texto. Assim, cada gênero literário possui uma maneira própria de lidar com a flexibilidade das regras de criação.

No que se refere a esse aspecto, o romance representa um gênero que possui certa liberdade formal, o que resultou em um desenvolvimento próprio, garantindo uma maior

---

<sup>48</sup> Ibidem, p. 336.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 337.

<sup>50</sup> As considerações feitas tomam por base as considerações realizadas por BOBES, Carmen et al. *Historia de la teoría literaria*. Madrid: Gredos, 1998.

<sup>51</sup> BOBES, Carmen et al. *Historia de la teoría literaria*. Madrid: Gredos, 1998. p. 338.

proximidade ao leitor, uma vez que não tinha que seguir muitas regras preestabelecidas, conforme atestam as considerações de Bobes et al.

“Como éstas (referindo-se às regras) no estaban claramente formuladas respecto a la novela, la responsabilidad de su cumplimiento recae exclusivamente sobre el autor y este tiende a aceptar unos principios fundamentales del arte, pero adapta otros muchos a un hipotético gusto del lector.”<sup>52</sup>

Vários são os elementos que interferem no gosto do leitor; entre eles, merecem menção as questões relativas à mimesis e à verossimilhança. Aristóteles interpreta a mimesis em seu sentido ideal e transcendente. Segundo ele, a obra artística não difere das outras atividades humanas, as quais também se regem pela imitação. O processo imitativo faz com que tudo seja possível dentro da literatura, conforme relata dom Gabriel, interlocutor imaginário de Pinciano, no final da epístola terceira:

“(...) pensando en la formal causa y sujetiva de la poética, me parece que en ella no tiene sujeto particular de ciencia, arte o disciplina, y que todo cuanto ay debaxo Del mundo es de ella sujeto, como traéys de Manilio poeta; y que no, como la Medicina, Philosophía y Astrologia y las demás artes enseñan disciplinas particulares, la Poética enseña alguna en quien funde su esencia principal; la qual, a mi juyzio, consiste, no en enseñar cosa diferente de las demás, sino en el modo de enseñanza, que es por imitación en el lenguaje más alto de los modos todos, como está bien prouado”.<sup>53</sup>

Mimesis e verossimilhança, além de contribuir para a criação da obra artística, também são dois conceitos que se enlaçam e servem como ponto de encontro entre origem e propósito final da literatura. Sobre isso, Pinciano ressalta que, utilizando a verossimilhança, o artista recria o mundo (ou qualquer aspecto dele) e, sendo esta recriação fruto de um desenvolvimento racional, o texto literário servirá como veículo de ensinamentos, garantindo, portanto, um viés didático à literatura. Esse viés poderá, inclusive, resultar mais eficiente do ponto de vista didático, pois se conseguirá a instrução por meio do deleite.

Verossimilhança e mimesis certamente têm suas funções no universo da criação artística. Porém, para que esta se complete de maneira satisfatória, há que existir a união

---

<sup>52</sup> Ibidem, p. 339.

<sup>53</sup> PINCIANO, Lopez. Apud BOBES, Carmen et al. *Historia de la teoría literaria*. Madrid: Gredos, 1998. p. 340.

desses conceitos à erudição do artista. O talento pessoal de um autor é, em grande parte, consequência de seu nível de erudição. Quanto mais erudito, mais possibilidades terá no arranjo dos elementos dentro do universo da criação artística.

A erudição, às vezes, nos remete a uma idéia de obscuridade. Porém, não devemos confundir a obscuridade de palavras com a obscuridade de conceitos, pois, como mencionam Bobes et al.:

“(...) la claridad de las palabras, su composición y organización es fundamental para la belleza de la creación poética, pero puede ocultar una oscuridad de conceptos, que resulta totalmente lícita cuando procede de la erudición o de pensamientos profundos del poeta”.<sup>54</sup>

A erudição do autor também se refletirá no receptor, pois, quanto mais erudita uma obra, mais erudito deverá ser o receptor dela para que possa compreendê-la em sua totalidade.

Apesar de serem elementos muito importantes, mimesis, verossimilhança e erudição do artista, por si só, não garantem a beleza e perfeição do texto literário. Para que isso ocorra, é necessário juntar a esses elementos o conceito de decoro, o qual garantirá o arranjo e a utilização adequada dos elementos literários.

Pinciano menciona que algo essencial ao decoro é a teoria dos três estilos. Desse modo, existem três estilos literários, como devem existir três classes sociais. A cada classe social, então, deve corresponder um estilo literário, cada qual com as suas particularidades. Assim, o estilo alto, dirigido à nobreza, deve ser mais exigente em relação a alguns elementos; entre eles, o principal talvez seja a linguagem, pois é o aspecto pelo qual se dão instruções para a vida. Por outro lado, o estilo baixo se associa à classe baixa e à linguagem humilde. Entre esses dois extremos, o estilo médio é aquele no qual se deixam entrever elementos dos dois extremos. Ao contrário dos estilos alto e baixo, o estilo médio alcança um destinatário mais amplo e heterogêneo.

Apesar da existência dos três estilos, Pinciano reconhece que, na prática, os estilos se entrecruzam, o que o faz pensar na necessidade de uma única linguagem poética, mais cuidada que a fala cotidiana, mas menos afetada que a cultivada pelo estilo alto. Essa linguagem coincidiria em grande parte com o estilo médio.

---

<sup>54</sup> BOBES, Carmen et al. *Historia de la teoría literaria*. Madrid: Gredos, 1998. p. 340-341.

Por sua filiação aristotélica, Pinciano propõe a utilização dos princípios clássicos na obra literária, mas o faz sem perder de vista o momento presente e as adaptações necessárias em decorrência dele. Faz considerações sobre vários gêneros literários, e a comédia, bem como tudo aquilo que provoca o riso, também encontra em sua obra um lugar privilegiado.

Logo no início da epístola 9, Pinciano nos relata a finalidade da comédia: ensinar, ao mesmo tempo que diverte, ou divertir, ao mesmo tempo que ensina. Comparando-a à tragédia, diz:

“(...) las comedias son cosas de pasatiempo **sacan entretenimiento y risa**; y así ésta como aquélla, llorando y riendo, **enseña a los hombres prudencia y valor**, porque la tragedia con sus compassiones enseña valor para sufrir, y la comedia con sus risas, prudencia para gobernar el hombre en su familia”.<sup>55</sup>

Outra definição de caráter mais filosófico nos diz que “comedia es imitación activa hecha para limpiar el ánimo de las pasiones por médio del deleyte y risa”.<sup>56</sup>

As duas noções expostas acima parecem complementar-se, pois age de forma prudente o homem que já conseguiu livrar-se das paixões, no caso, aqui, pelo riso.

Dentro da mesma epístola, Pinciano elenca os elementos necessários para que a comédia se caracterize como tal: pessoas comuns, ausência de grandes temores e perigos, ausência de lamentos e tristes finais e, sobretudo, ensinamentos sobre a vida que se deve seguir ou fugir.

De acordo com Pinciano, algumas ações impõem e legitimam o riso, muitas delas baseadas na torpeza, que seria um de seus fundamentos. Caso a torpeza exposta em algumas situações não produza o riso no espectador, é porque este é tão torpe quanto a torpeza descrita na situação. Nesse caso, é esse expectador quem também merece o riso.

Evidentemente, a Poética de Pinciano extrapola, e muito, os limites dessa pequena explanação. Porém, o exposto até aqui já nos parece suficiente para a sustentação das idéias da análise que pretendemos.

---

<sup>55</sup> PINCIANO, Lóopez. *Philosophía antigua poética*. Ed. de Alfredo Carballo Picazo. Madrid: CSIC, 1973. p. 17. (Grifos nossos.)

<sup>56</sup> Ibidem, p. 17.

#### 4.1 – Considerações sobre a retórica.

A retórica é normalmente definida pelos tratadistas clássicos como a *ars bene dicendi*, ou a técnica de expressar-se de maneira adequada para conseguir a persuasão do destinatário. Ela pode assumir uma acepção positiva ou negativa, dependendo da época a que nos referimos.

Para os antigos, tal técnica tem um sentido positivo, constituindo a base de qualquer discurso. Esse pensamento vai até o século XVIII, a partir do qual a retórica adquire um sentido moderno, significando, *grosso modo*, um discurso que enfatiza a forma em detrimento do conteúdo.

A retórica teve início por volta do século VI a.C. e chegou a Atenas no século V a.C. com os sofistas. Começou a ser ensinada por meio de manuais que formulavam regras e estabeleciam conceitos.

Desde a Antigüidade, o método de aprendizagem da retórica implica três processos complementares: o estudo dos preceitos, a imitação de modelos e a práxis pessoal.

Como disciplina que pode ser aprendida, a retórica se origina em um terreno completamente alheio à literatura: ela estava vinculada à oralidade e ao discurso não-literário e, desde suas origens, encontra-se estreitamente atrelada a outras disciplinas de domínio das letras, como a Gramática e a Poética. Sobre esta última, Barthes nos diz que a *ars rethórica* ocupa-se da palavra simulada, isto é, o verbal como instrumento de persuasão. Já a arte poética vincula-se à palavra fictícia, entendendo a ficção como componente essencial da literatura. Então, inicialmente, retórica e poética referem-se a discursos diferentes, mas, quando a retórica reduz seu âmbito de atuação e passa a estar presente basicamente na produção literária, os dois elementos se unem, conforme atesta Luisa López Grigera:

“Ante todo se parte del presupuesto de que la retórica y la poética actuaban concertadamente para generar los textos de lo que podemos llamar literatura de ficción: teatro, poesía lírica y épica. Buena parte de lo que hoy llamamos novela, cabía en lo que la poética de la segunda mitad del XVI llamaba épica en prosa. (...) Dentro de este matrimonio teórico de la poética y la retórica, la primera trazaba los lineamientos principales, es decir, la

macroestructura de la obra, mientras que la retórica ponía las estructuras menores.”<sup>57</sup>

Segundo Aristóteles,<sup>58</sup> a retórica é a arte de tirar de um assunto tudo aquilo que é capaz de gerar a persuasão. Para persuadir, utilizam-se provas, que são classificadas de duas maneiras: as *atechnoi*, provas prontas que independem do uso da técnica, e as *entechnoi*, provas não-prontas, as quais poderão ser encontradas ou não, dependendo da habilidade do orador. Se os elementos retóricos forem manipulados habilmente, provavelmente o discurso conseguirá persuadir.

A retórica subdivide-se em cinco elementos: invenção, disposição, elocução, memória e ação, sendo os dois últimos relacionados aos discursos orais. No século III a.C., essa técnica já era o modelo de educação da Grécia. Com o passar do tempo, a retórica tem as suas características alteradas. Ao longo do Renascimento, por exemplo, enfatiza um único elemento sobre os demais: a elocução, que deve ser clara, correta e decorosa. A partir daí, a retórica foi perdendo a amplitude e a importância que possuía, chegando a ser reduzida, no século XX, ao estudo de algumas figuras de linguagem.

Azaustre e Casas fazem algumas considerações problematizando a análise retórica de textos literários. Segundo eles, essas análises:

“tienen un alcance y unos límites que no siempre han sido calibrados en justa medida. De entrada, es este un método utilísimo pero incompleto a la hora de dar cuenta de todos y cada uno de los entresijos de la creación literaria, incluso en el estudio de la obra de autores cuya formación retórica incide en su modo de escribir”.<sup>59</sup>

Por outro lado, ainda segundo Azaustre e Casas, há também autores que ignoram ou pretendem ignorar os preceitos retóricos em suas composições. Ainda assim, a leitura retórica de textos desses autores pode proporcionar resultados interessantes por, pelo menos, dois motivos. O primeiro é que, ainda que um autor não possua um conhecimento formal sobre a retórica, é bastante provável que, mesmo inconscientemente, ele conheça seus preceitos, pois está em contato com outros textos produzidos de acordo com suas premissas, o que lhe proporcionaria um contato com tais regras, mesmo que de maneira involuntária. O segundo é que pode acontecer de nem sempre um autor conseguir disfarçar seus conhecimentos sobre a

<sup>57</sup> GRIGERA, Luísa López. *La retórica en la España del siglo de oro*. Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. p.150.

<sup>58</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. Madrid: Gredos, 1990.

<sup>59</sup> AZAUSTRE, Antonio; CASAS, Juan. *Manual de retórica española*. Barcelona: Ariel, 1997. p. 10.



retórica, pois, em algum momento, estes já lhe serviram de modelo, estando de alguma forma incorporados ao autor e à sua maneira de escrever. Portanto, disfarçar aquilo que nem sempre se tem consciência de que está aparente é uma tarefa que requer extrema consciência artística e habilidade.

Ao falarmos de retórica, não podemos nos esquecer dos autores que seguem suas premissas. De alguma maneira, poderíamos pensar que a retórica e o conjunto de regras por ela determinada provocassem uma espécie de “engessamento” nos autores que as seguem, pelo fato de eles terem de seguir determinadas regras. Porém, conforme mencionado por Azaustre e Casas, o fato de seguir regras:

“no nos debe inducir a pensar que la obra de estos y otros autores deriva de la mera aplicación de principios retóricos; la creación literaria es um fenómeno en extremo complejo, cuyas dimensiones no pueden ser agotadas por ninguna teoría de la palabra.

La retórica, durante siglos, incide en la concepción literaria, pero, por si sola, no puede dar cuenta del entramado artístico de una pieza de creación. ¿Dónde se debe establecer, entonces, la frontera entre ambas orientaciones, indiscutibles y opuestas?; en otras palabras, y simplificando el problema, ¿qué elementos de una obra literaria proceden de la retórica y cuáles son producto del genio autorial? Desde un punto de vista teórico, es ésta una pregunta sin respuesta, pues sólo el estudio particular de autores y obras concretas en su contexto histórico-literario planteará interrogantes específicos con posibles soluciones.”<sup>60</sup>

#### **4.2 – A retórica no Século de Ouro espanhol.**

No Século de Ouro espanhol, os grandes nomes da retórica da Antigüidade ainda se faziam presentes, como Aristóteles, Cícero e Quintiliano. Porém, os estudos dos movimentos estéticos do Renascimento e do Barroco conduzem-nos a outra tradição retórica igualmente importante no Século de Ouro: a tradição que perdurou na cultura e na educação gregas, tanto helenística quanto bizantina. Essa retórica grega pós-aristotélica que, ao longo do tempo, não gozou de tantos estudos quanto a retórica clássica greco-romana, vem, a partir dos anos 90 do

---

<sup>60</sup> Ibidem, p.10-11.

século XX, ganhando importância, quando se reconsiderou sua influência sobre o Renascimento europeu.

Ainda na Idade Média, o oriente mantinha viva a tradição retórica, enquanto o ocidente cristão, na mesma época, só contava com alguns textos retóricos, às vezes fragmentado, da Antigüidade. Desse *corpus* grego tardio, merece destaque o conjunto de livros atribuídos a Hermógenes de Tarso. Nas palavras de Luísa López Grigera, as obras de Hermógenes tratavam:

“(…) en realidad, de una adaptación de las tres partes de la retórica aristotélica, cuidadosamente desarrolladas y sistematizadas en forma didáctica, que adoptaban los nombres *Sobre el status*, un segundo, intitulado *Sobre la inventio*, el tercero, *Sobre las formas de estilo*, o cuarto, *Sobre el método del decoro*, y un famoso tratadito con ejercicios prácticos, llamado *Progymnasmata*.”<sup>61</sup>

Segundo Luísa López Grigera,

“De esta tradición sabemos que se extendió notablemente al imponerse en cada municipio del imperio griego como una disciplina indispensable para la formación del ciudadano. Se trataba de un arte ‘cívica’ destinada a formar al orador judicial – al defensor y al acusador – y al ciudadano que debía deliberar en las asambleas del pueblo.”<sup>62</sup>

Na Europa, a penetração dessa retórica se deu ainda no século XIV, por caminho bizantino, quando vários humanistas do oriente mudaram-se para a Itália, onde passaram a exercer funções acadêmicas, “enseñando no sólo la lengua griega sino su literatura y su arte de escribir. Es decir, su poética y su retórica”.<sup>63</sup> Porém, o que mais contribuiu para a chegada dessa Retórica e dessa Poética à Europa foi a edição elaborada por Aldo Manuzio, em Veneza, de todas as retóricas e poéticas gregas, o que incluía as obras preceptivas de Aristóteles, os cinco livros atribuídos a Hermógenes, o de Demétrio e o de Dionísio de Harlicanaso.

Sobre as retóricas em vigor em determinadas épocas, é importante lembrar que, apesar de os preceitos retóricos atravessarem os mais variados séculos e lugares, sua aplicação aos

<sup>61</sup> GRIGERA, Luísa López. *La retórica en la España del siglo de oro*. Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. p. 70.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 73.

textos literários não necessariamente segue todos os preceitos determinados, e algumas variáveis podem interferir nesse processo, como a língua e a própria criação literária do autor.

Comentando esse aspecto, Azaustre e Casas iniciam seu *Manual de retórica española* pela seguinte citação de Ignacio de Luzán:

“Una es la Poética y uno el Arte de componer bien en verso, común y general para todas las naciones y para todos los tiempos, así como es la Oratoria (...). De aquí es que sería empeño irregular y extravagante querer buscar en cada nación una oratoria y una poética distinta. Bien es verdad que en ciertas circunstancias puede hallarse y se halla, en efecto, alguna diferencia...”<sup>64</sup>

A citação acima relata-nos que, embora paradigmática, a retórica aristotélica comporta algumas variações, pois, “tal como la gramática, está condicionada por el idioma, y, como la poesía, por la tradición cultural y literaria. En otras palabras, las circunstancias accidentales a que se refiere Luzán justifican la existencia de *retóricas* dentro de la Retórica”.<sup>65</sup> Ou seja, não é sempre que conseguiremos aplicar os preceitos aristotélicos em sua totalidade, na análise de textos temporalmente tão distantes deles.

A Retórica, como vimos, organiza-se como um sistema complexo de regras e recursos que atuam em distintos níveis na construção de um texto. Todos esses elementos estão estreitamente conectados e repercutem no texto de maneiras distintas, dependendo do efeito que se busca em determinado momento.

De maneira geral, no século XVII, a estrutura básica do discurso no que se refere aos preceitos aristotélicos atendia a dois domínios básicos: o assunto do discurso e suas dimensões ou fases elaborativas.

#### 4.2.1 – O assunto do discurso.

Antes de começar a construir o discurso em si, o orador deve analisar seu assunto a partir de várias vertentes. O conhecimento profundo do assunto é uma das condições essenciais para que as outras fases do discurso possam ser elaboradas adequadamente.

---

<sup>64</sup> LUZÁN, Ignacio de. Apud AZAUSTRE, Antonio; CASAS, Juan. *Manual de retórica española*. Barcelona: Ariel, 1997. p. 7

<sup>65</sup> Ibidem.

O assunto do discurso pode ser contemplado a partir de uma perspectiva externa ou imanente. Dessas perspectivas resultará a classificação aristotélica dos gêneros retóricos (judicial, deliberativo ou demonstrativo).

Após determinado o assunto ou tema, este se converte em uma controvérsia ou *quaestio*. Esta, por sua vez, subdivide-se de acordo com seu grau de complexidade (simples, composta ou comparativa), concretude (finita ou infinita) ou *status*, o elemento central da discussão.

Ao tentar encontrar exemplos literários das distintas classes de *quaestio*, deparamo-nos com a distância existente entre o âmbito do discurso judicial ou forense e o domínio da obra literária, a qual, segundo Azaustre e Casas,<sup>66</sup> “no exige, al menos como característica imprescindible, un planteamiento dialéctico ni una finalidad práctica orientada a persuadir de una tesis”.

Porém, tais exemplos podem encontrar-se, principalmente, no território da literatura didática, onde surge “tanto una dialéctica general entre el bien y el mal, como una intención de persuadir de una conducta”.<sup>67</sup> Na obra de ficção, esses exemplos estão condicionados à reprodução de contextos e situações de índole judicial ou forense.

### 4.3 – Fases elaborativas do discurso.

#### 4.3.1 – Invenção.

A finalidade da invenção é estabelecer os conteúdos do discurso. Conteúdo e assunto representam conceitos diferentes. O assunto é a idéia geral do discurso, ao passo que o conteúdo é constituído pelos elementos relativos a determinado assunto.

O termo invenção não deve ser confundido com criação, pois, em vez de criar, trata de encontrar num repertório preestabelecido as idéias novas ou não-habituais que formarão parte do discurso. “*Invenire* es buscar en la memoria, que es concebida como un conjunto dividido en *topoi* o *loci* (tópicos o “lugares”) en donde se encuentran las ideas susceptibles de aplicación.”

<sup>66</sup> AZAUSTRE, Antonio; CASAS, Juan. *Manual de retórica española*. Barcelona: Ariel, 1997.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 16.

De acordo com o estabelecido por Barthes em seu livro *La antigua retórica*, “todo existe ya, sólo hace falta encontrarlo”. É desse pressuposto que nasce a necessidade de uma tópica, de um repertório canônico de argumentos comuns e de um método preciso para que se alcance o resultado esperado no discurso. Nesse método, cabe o uso tanto da convicção, no caso de o discurso tratar de algo que possa ser provado, quanto da emoção, em que se apelará aos sentimentos do destinatário do discurso, tentando mover-lhe o ânimo.

É na invenção que se encontrarão os argumentos necessários para explicar uma questão. Segundo Luísa Lopez Grigera,<sup>68</sup> os argumentos poderiam ser encontrados em coisas da realidade verdadeira ou imaginada como tal, nos autores, nas notas advindas de leituras realizadas, ou de outras fontes, como grandes repertórios de temas, apotegmas e sentenças.

Ainda segundo Grigera,

“la mejor invención literaria era la que se procuraba los asuntos en los autores, sobre todo si el destinatario era persona erudita. Los argumentos usables eran de dos tipos: los relativos a la persona y los relativos a los hechos. Los relativos a la persona los sacaba la Retórica renacentista de las circunstancias de Cicerón, que eran once: nombre, naturaleza, crianza, fortuna, hábito, afecciones, estudios, consejos, hechos, casos, oraciones.”<sup>69</sup>

Os argumentos relativos aos fatos, de acordo com El Brocense, são: se é grande ou perigoso, possível, fácil, necessário, útil, honesto, ou todo o contrário disso.

Pela gama de elementos que considera, a argumentação é uma parte muito importante dentro da invenção.

#### **4.3.2 – Disposição.**

Após encontrar as idéias a serem utilizadas no discurso, o orador deve ordená-las convenientemente, de modo que se obtenha a persuasão do destinatário.

A ordem do discurso pode ser natural ou artificial; nesta última, encontra-se um grande número de antíteses, próprias, por exemplo, do discurso de Quevedo, sobre o qual Grigera tece as seguintes considerações: “Cuando achacamos la antítesis a Quevedo como un

<sup>68</sup> GRIGERA, Luísa López. *La retórica en la España del siglo de oro*. Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994. p. 21.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 21.

rasgo distintivo de su estilo y por ende de su personalidad, hemos olvidado que la antítesis era una forma impuesta por la estructura.”<sup>70</sup> A disposição afeta todos os elementos do discurso, desde as palavras até a configuração final da peça oratória.

No século XVI, considerando-se os parâmetros retóricos, o discurso perfeito era o composto por três partes: princípio, meio e fim, que estabelecem uma relação progressiva entre si.

#### 4.3.3 – Elocução.

A elocução consiste em expressar verbalmente os elementos encontrados na *invenção* e ordenados adequadamente durante a *disposição*.

A partir da segunda metade do século XVI, aproximadamente, invenção e disposição passaram a fazer parte da Dialética, ficando a elocução no domínio da Retórica. Esse fato foi fundamental para a Retórica, pois, a partir daí, ela passou a ser encarada como “un catálogo de tropos y figuras, es decir, un arte de adornar el estilo, en lugar de lo que había sido por varios siglos: el arte de buscar y organizar temas y argumentos, y ponerlos luego en una lengua”.<sup>71</sup>

Foi essa nova dimensão conferida à Retórica que acabou por fazer com que os estudos retóricos ao longo do tempo se transformassem em estudos sobre tropos ou figuras, deixando de levar em consideração as verdadeiras virtudes da elocução, que seriam a pureza e a clareza. A pureza é obtida por meio da correta utilização da norma gramatical da língua em que se dá o discurso. Já a clareza consiste na habilidade do orador em ornamentar seu discurso sem torná-lo obscuro, o que impediria que atingisse adequadamente o seu destinatário.

É fato que a realocação pela qual passaram invenção e disposição refletiu de forma significativa nos estudos sobre a elocução. Porém, se quisermos analisar um texto tomando por base a Retórica, a classificação conferida à elocução a partir da segunda metade do século XVI parece insuficiente e necessita ser desconsiderada.

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 23.

Segundo Grigera,<sup>72</sup> independentemente das alterações sofridas pela Retórica ao longo do tempo, o verdadeiro estudo elocutivo deve começar pelo estudo das formas de estilo e dos elementos constituintes de cada uma delas. A cada estilo (alto, médio ou baixo) correspondem determinadas características. Ao estilo alto, por exemplo, correspondem elementos como metáforas, hipérboles, etc.

O estudo desses elementos pode demonstrar a adequação ou não do texto em relação aos preceitos retóricos, e essa adequação ou a falta dela irá ao encontro de um conceito muito importante dentro da Retórica: o conceito de *decoro*, que pode ser resumido como a adequação do estilo ao assunto. Feita essa adequação, passa-se à etapa seguinte: a ornamentação do texto, a qual pode se dar por meio da utilização de *tropos* (figuras de substituição lingüística), figuras de elocução ou de pensamento. Os *tropos* mais conhecidos são a metáfora, a metonímia e a sinédoque.

As figuras de elocução são aquelas que se referem à eleição, aplicação e variação das palavras a determinada situação. Entre as figuras de elocução estão o epíteto, a repetição, a sinonímia, o assíndeto, o polissíndeto e a amplificação.

Já as figuras de pensamento se referem a um enunciado completo, em sua “conformação criativa e imaginativa”.<sup>73</sup> Entre elas estão a prosopopéia, a apóstrofe, a imprecação, a reticência, a preterição, a ironia, a perífrase, a hipotipose e a antítese.

Os elementos que fazem parte da elocução permitem a transposição de um discurso para uma linguagem completamente diferente da linguagem obtida em um processo normal de comunicação. Devido à grande complexidade dessa operação, a elocução foi, durante muito tempo, considerada uma das partes essenciais dos discursos retóricos.

#### 4.3.4 – Memorização.

Depois de ter cumprido as etapas anteriores, o orador deve memorizar seu discurso antes de expô-lo publicamente.

A memorização pode se dar de forma natural ou artificial. A forma natural tem a ver com a habilidade inata do orador, o qual não necessita empreender esforços adicionais para

<sup>72</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>73</sup> MARCHESE, Ângelo; FORRADELLAS, Joaquín. *Diccionario de retórica, crítica y terminología literaria*. Barcelona: Ariel, 2000. p. 166.

memorizar o conteúdo do discurso. Porém, os oradores que não dispõem dessa inclinação natural necessitam utilizar técnicas artificiais que os possibilitem chegar ao mesmo resultado. Essas técnicas consistem numa série de recursos mnemotécnicos que permitem reforçar a memória natural.

A memória desempenha um papel crucial na representação do discurso, e as improvisações devem ser evitadas ao máximo. Ao evitar improvisações, o orador está também sendo fiel ao texto original, outro aspecto de extrema importância. Azaustre e Casas<sup>74</sup> mencionam que “el actor en el Siglo de Oro debe guardar fidelidad – acusada, si bien no absoluta – al texto de la obra representada; la improvisación apenas tiene cabida en sus interpretaciones”.

#### **4.3.5 – Ação.**

Última etapa do discurso, a ação consiste em sua execução pública diante de um auditório.

A correta execução do discurso também depende de técnicas aplicadas pelo orador no momento da ação. Entre elas, destacam-se a modulação da voz e o movimento do corpo.

A modulação da voz relaciona-se com volume, firmeza e flexibilidade demonstrados pelo orador no momento do discurso. Apesar de pertencer ao conjunto de habilidades inatas do indivíduo, o tom de voz, sua flexibilidade e firmeza também podem ser melhorados pelo auxílio da técnica; estes dois últimos elementos são também objeto de análise retórica.

O movimento do corpo deve ser controlado adequadamente pelo orador, “en especial la expresión de su rostro, para reforzar la modulación de la voz propia de cada tipo de discurso”.

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 157.



## 5 – Em torno do conceito de discrição.

O conceito de discrição e a presença do *discreto* como práticas e atitudes sociais estão vinculados à retórica. O conceito de discreto surge e permanece através dos tempos em consonância com os elementos fornecidos pela retórica em relação às práticas de representação social.

O tipo discreto representa o ideal do homem de letras do período. Porém, além de ser um homem de letras, há uma série de virtudes que o discreto deve possuir para que o consideremos como tal. Entre elas, talvez a principal seja a prudência, uma virtude que, além de ampla, coexiste com outras virtudes, como a temperança. A prudência é talvez a “chave” do discreto, e é a partir dela que as outras virtudes podem atuar no indivíduo.

Baltasar Gracián reuniu as características fundamentais do discreto em seu livro *El Discreto*, de 1647. Don Juan Vincencio de Lastanosa, autor da dedicatória do livro de Gracián, relata que *El Discreto* tratava de ser um espelho educativo de discrição para o príncipe herdeiro.

*El Discreto* é capaz de estabelecer relações imediatas com outros dois livros publicados anteriormente por Gracián: o primeiro é *El héroe*, de 1637; o segundo, *El Político*, de 1640. Sobre esses dois livros, Don Manuel de Salinas y Lizana, que concedeu a aprovação eclesiástica de *El Discreto*, diz que “dio las primeras luces de su idea a la enseñanza de un príncipe” e que *El Discreto* “forma (en aquel momento) la política general de un discreto”. Tais observações são interpretadas por Arturo del Hoyo nas notas que realiza em sua edição de *El Discreto*.<sup>75</sup> Segundo del Hoyo,

“(…) después de haber delineado Gracián en sus anteriores libros cómo ha de ser el príncipe, esto es, la suma autoridad del Estado, la política de la persona regia, señala ahora los realces de una política general, es decir, inscribe un manual de conducta general con las cualidades o prendas que debe reunir todo hombre que aspire a ser discreto.”<sup>76</sup>

<sup>75</sup> HOYO, Arturo. Prólogo. In: GRACIÁN, Baltasar. *El discreto*. Madrid: Biblioteca de Iniciación Hispánica; Aguilar, 1963. p. 9-19.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 12.

*El Discreto* é formado por 25 capítulos, denominados realces,<sup>77</sup> os quais não possuem regularidade formal. Assim, da mesma maneira que variam os conteúdos dos realces, variam também as formas de expressão desses conteúdos. No que se refere à forma, aparecem elogios, discursos acadêmicos, cartas, diálogos, fábulas, etc.

Numa análise superficial, a irregularidade formal pode ser entendida como falta de coesão interna da obra. Porém, isso não se justifica, se levarmos em conta o ideal de *discrição* e de homem *discreto* proposto por Gracián. De acordo com ele, o discreto é o homem perfeito, e cultura e erudição não só fazem parte da discrição, mas são, sobretudo, requisitos indispensáveis para que ela seja alcançada. Seguindo esse raciocínio, a própria variedade formal de *El Discreto* contribuiria para o desenvolvimento do aspirante à discrição, uma vez que o coloca diante de uma grande variedade de formas de expressão, as quais, se assimiladas, contribuiriam para o desenvolvimento de sua erudição.

Há vários conceitos que contribuem para a formação do conceito de discrição e para seu exercício. Porém, mesmo sem pretender uma ordem hierárquica entre esses conceitos, o binômio gênio– engenho merece destaque especial, tal como menciona Arturo del Hoyo, para quem:

“(…) genio e ingenio – es decir, condiciones naturales (buen genio) y vigor del entendimiento (ingenio), más que prendas que aumenten la discreción son los verdaderos ejes de ella. Pues sin buenas condiciones naturales y sin vigor de entendimiento no cabe posibilidad alguna de ser discreto. Su hermanada coexistencia asegura el brillar de toda prenda.”<sup>78</sup>

Gênio e engenho seriam, então, uma espécie de linha mestra à qual se agregam outros elementos muito importantes para a formação do conceito de discrição. Este, por assim dizer, funciona como uma espécie de pólo de atração, para o qual convergem outros conceitos, de existência às vezes isolada e independente, mas que também podem juntar-se para formar a integralidade do indivíduo discreto.

Os realces de *El Discreto* tratam de temas variados, todos considerando o homem no aspecto das práticas sociais. Elencamos, a seguir, alguns deles, tecendo um comentário sobre suas principais características.

<sup>77</sup> O termo “realce” não é utilizado de maneira fortuita. Na verdade, significa que seu conteúdo será útil para realçar a personalidade de quem age de acordo com seus preceitos. De acordo com Arturo del Hoyo, nos “realces” se encontra algo de real e de régio; portanto, perfeitamente coerente com a idéia de ser um espelho de príncipes.

<sup>78</sup> HOYO, Arturo. Prólogo. In: GRACIÁN, Baltasar. *El discreto*. Madrid: Biblioteca de Iniciación Hispánica; Aguilar, 1963. p. 15.

- *Del señorío en el decir y en el hacer.* Este realce trata de uma espécie de autoridade obtida por alguns em relação ao dizer e fazer.

O realce relata os dois extremos da condição humana, ora inclinando-se para a desconfiança excessiva, ora para seu extremo. Entre os dois extremos, condenáveis e desvinculados da importante idéia de prudência, encontra-se um meio-termo, que consiste no exercício de uma audácia discreta, por meio da qual a autoridade no dizer e no fazer se manifesta.

Tal autoridade não é obtida por meio de uma simples inclinação natural. Conforme o próprio Gracián menciona:

“No hablo aquí de aquella natural superioridad que señalamos por singular realce al Héroe, sino de una cuerda intrepidez, contraria al deslucido encogimiento, fundada, o en la comprensión de las materias, o en la autoridad de los años, o en la calificación de las dignidades, que en fe de cualquiera dellas puede uno hacer y decir con señorío.”<sup>79</sup>

- *Hombre de espera.* Esperar significa saber reconhecer o momento apropriado para algo, evitando a pressa e as paixões.

“La detención sazona los aciertos y madura los secretos; que la aceleración siempre pare hijos abortivos y sin vida de inmortalidad. Hase de pensar de espacio y ejecutar de presto; ni es segura la diligencia que no nace de la tardanza. Tan presto como alcanza las cosas, se le caen de las manos, que a veces el estampido del caer fue el aviso de haber tomado. Es la Espera fruta de grandes corazones y muy fecunda de aciertos. En los hombres de pequeño corazón, ni caben el tiempo ni el secreto.”<sup>80</sup>

- *De la galantería.* A galanteria se refere ao trato ou às ações educadas, adequando as atitudes às situações. Relaciona-se também à generosidade e à clemência.

“Soy (la galantería) realce en nada común y, aunque universal en los objectos, en los sujetos soy muy singular. No quepo en todos, porque supongo magnanimidad, y con tener tantos pechos un villano, para la galantería no le tiene.”<sup>81</sup>

<sup>79</sup> GRACIÁN, Baltasar. *El discreto*. Madrid: Aguilar, 1963. p. 45.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 54.

- *Hombre de plausibles noticias*. Este realce está relacionado ao que Arturo de Hoyos traduz como “firmeza para lo excelente”, o que significa saber escolher entre muitas coisas, aquelas que proporcionarão sabedoria e progresso intelectual. Sobre isto, diz Gracián:

“Conoce en cada reino y provincia los varones eminentes por sabios, valerosos, prudentes, galantes, entendidos y, sobre todo, santos, astros todos de primera magnitud y majestuoso lucimientos de las repúblicas. Dale su lugar a cada uno, quilatando las eminencias y apreciando su valor. Pone también en su juiciosa nota lo paradojo del un príncipe, lo extravagante del otro señor, lo afectado deste, lo vulgar de aquel, y con esta moral anotomía puede hacer concepto de las cosas y ajustar el crédito a la verdad. Esta cognición superiormente culta sirve para mejor apreciar los dichos y los hechos, procurando siempre de sacar la enseñanza; si no la admiración, por lo menos la noticia.”<sup>82</sup>

- *No sea desigual*. Para Gracián, a desigualdade ou a oscilação de comportamentos conduzem à vulgaridade, o que é totalmente condenável no exercício da discrição. “Crecer en lo bueno es lucimiento, pero crecer y decrecer es estulticia, y toda vulgaridad, desigualdad.”<sup>83</sup>

No exercício da discrição, a variabilidade, quando existe, deve dar-se de maneira excelente, permitindo que o discreto empregue suas habilidades em diferentes circunstâncias.

“Si la desigualdad fuera de lo malo a lo bueno, fuera buena, y si de lo bueno a lo mejor, mejor, pero comúnmente consiste en deteriorarse, que el mal siempre lo vemos de rostro y el bien de espaldas. Los males vienen y los bienes van”.<sup>84</sup>

- *El hombre de todas horas*. Refere-se à gama de situações para as quais o discreto deverá estar preparado a fim de atuar adequadamente. Segundo Gracián, “hizo la naturaleza al hombre un compendio de todo lo natural; haga lo mismo el arte de todo lo moral”.<sup>85</sup> Nessa citação, fica clara a idéia de aperfeiçoamento pessoal inerente à condição do discreto. Este “no se ha de atar (el discreto) a un empleo

---

<sup>82</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 66.

solo, ni determinar el gusto a un objeto, que es limitarlo con infelicidad; hízolo el Cielo indefinito, criólo sin términos; no se reduzga él, ni se limite”.<sup>86</sup>

- *Al buen entendedor.* O bom entendimento alia-se à astúcia do indivíduo discreto, pois é capaz de fazer com que ele acredite e ouça com atenção os assuntos que lhe são favoráveis e, da mesma maneira, esquive-se dos que não lhe são benéficos. Também é importante manter-se atento diante das adulações. Sobre isso, Gracián relata: “Saltea insidiosa esfinge el camino de la vida, y el que no es entendido es perdido. (...) El primer paso de saber es saberse. Ni puede ser entendido el que no es entendedor.”<sup>87</sup>
- *No estar siempre de burlas.* Diz Gracián que:

“(...) el que siempre está de burlas nunca es hombre de veras. (...) El burlarse con otro es tratarle de inferior, y a lo más de igual, pues se le aja el decoro y se le niega la veneración. (...) Los hombres cuerdos y prudentes siempre hicieron muy poca merced a las gracias, y una sola bastaba para perder la real del Católico Prudente. Súfrense mejor unos a otros los necios, o porque no advierten, o porque se semejan. Más el varón prudente no puede violentarse, si es que no tercie la dependencia”.<sup>88</sup>

Uma vez mais, deparamo-nos com as noções de meio-termo e justa medida. Segundo Gracián, as burlas são admitidas dentro de determinadas circunstâncias, porém, sem exageros, o que, caso ocorra, denotaria um comportamento mais leviano que gracioso.

- *Hombre de buena elección.* A boa eleição conduz ao acerto, e este à perfeição. As escolhas corretas podem nascer tanto pelo gosto e capacidades próprias, o que é recomendável, quanto pelos alheios, se são autorizados a fazê-lo.

“Nace, en primer lugar, del gusto propio, si es Bueno, calificado con la prueba, con que se asegura el ajeno, que es ventaja poder hacer norma dél y no depender de los extraños.”<sup>89</sup>

Este realce também ressalta a importância de serem evitadas as paixões, as quais turvam o entendimento e impedem as boas escolhas.

---

<sup>86</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 77-78.

“Es la pasión enemiga declarada de la cordura, y, por consiguiente, de la elección; nunca atiende a la conveniencia, sino a su efecto; y estima más salir con su antojo que con el acierto.”<sup>90</sup>

- *No ser malilla.* Neste realce, Gracián nos diz que “gran defecto es ser un hombre para nada, pero también lo es ser para todo, o quererlo ser. (...) Métense a querer dar gusto a todos, que es imposible, y vienen a disgustar a todos, que es más fácil.”<sup>91</sup> O “ser malilla” pode afetar a reputação do discreto, à medida que este não consegue corresponder adequadamente a tudo o que pretende. Gracián, então, lança a advertência, dizendo que é melhor garantir a perfeição diante de algumas ações bem escolhidas que se deixar lançar à ruína por não ter sido capaz de limitar as próprias atuações e interferências.
- *Hombre de buen dejo.* *Dejo*, segundo definição de Covarrubias, “es el fin con que alguna cosa acaba y se deja en cuanto a los sabores; lo último que queda de la cosa que se ha gustado llamamos dejo; buen dejo o mal dejo”. Arturo del Hoyo interpreta o realce de Gracián dizendo que “el buen dejo” permite que se acabe algo sem bruscas rupturas, o que quase sempre é fatal. Trata-se, então, de saber retirar-se de algo ou de algum assunto, da maneira mais apropriada possível.
- *Hombre de ostentación.* Segundo Gracián, o ato de ostentar é por si só condenável.  

“(...) la alabanza en boca propia es más cierto vituperio; siempre los que merecen más hablan de sí menos. (...) Siempre fue vulgar la ostentación; nace del desvanecimiento. Solicita la aversión, y con los cuerdos está muy desacreditada. El grave retiro, el prudente encogimiento, el discreto recato, viven a lo seguro, contentándose con satisfacerse a sí mismos; no se pagan de engañosas apariencias, ni las venden. Bástase a sí misma la realidad, no necesita de extrínsecos engañados aplausos; y, en una palabra, tú eres el símbolo de las riquezas; no es cordura, sino peligro, el publicarlas”.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 80-81.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 91.

Além disso, a ostentação pode atrair a inveja daqueles que não conseguem ser igual ou superior àquele que ostenta. Gracián refere-se à inveja como uma fera cruelíssima, a qual causa mal tanto a quem a sente quanto a quem dela é alvo.

- *No rendirse al humor.* Como tudo, o humor, utilizado de maneira inadvertida e inadequada, pode conduzir à ruína. Diz Gracián:

“Es efecto grande de la prudencia la reflexión sobre sí, un reconocer su actual disposición, que es un proceder como señor de su ánimo; indignamente tiraniza a muchos el humor, que reina, ordinaria vulgaridad, y llevados dél dicen y hacen desaciertos. Apoyan hoy lo que ayer contradecían, arriman a veces la razón y aun la atropellan, quedando perenales en juicio, que es la más calificada necesidad.”<sup>93</sup>

- *Tener buenos repentes.* Fruto do engenho, este realce refere-se à habilidade que o indivíduo deve possuir para que possa se sair bem e com rapidez das situações com as quais se depara.

“Y si la prontitud en dichos fue siempre plausible, la misma en hechos merece aclamación; la presteza feliz en el efecto arguye eminente actividad en la causa; en los conceptos, sutileza; en los aciertos, cordura, tanto más estimable cuanto va de lo agudo a lo prudente, del ingenio al juicio.”<sup>94</sup>

- *Contra la figurería.* *Figurería* significa ação impertinente, na qual a prudência, bem como outras virtudes, não opera nem interfere. Por isso, a *figurería* é veementemente refutada por Gracián. Para que se tenha clareza sobre ela e a refute com a energia que merece, Gracián menciona que:

“(…) el remedio de todos estos (refere-se aos adeptos da *figurería*) es poner la mira en otro semejante afectado, paradojo, extravagante, figurero; mirarse y remirarse en este espejo de yerros, advirtiendo la risa que causa y el enfado que solicita, ponderando lo feo, lo ridículo, lo afectado dél, o por mejor decir, propio en él; que esto sólo bastará para hacer aborrecer eficazmente todo género de figurería, y aun temblar del más leve asomo, del más mínimo amago della”.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 100.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 105.

- *El hombre en su punto*. Este realce faz referência ao percurso que o indivíduo deve realizar ao longo da vida, para que possa atuar socialmente, guiado, sobretudo, pela razão, que seria, para Gracián, o primeiro elemento a ser conquistado e que torna possível a conquista de todos os demais. O percurso do homem em direção à apropriação do pensamento racional é distinto entre os indivíduos, mas é inegável a existência de um caminho a ser percorrido ao longo da vida, em direção a esse objetivo. Diz Gracián:

“No conduce la naturaleza, aunque tan provida, sus obras a la perfección el primer día, ni tampoco la industriosa arte; vanlas cada día adelantando, hasta darles su complemento. (...) Unos están muy a los principios de lo entendido, pero se harán. Otros hay más adelantados en todo, y algunos que han llegado al complemento de prendas; que es menester mucho para llegar a ser un varón totalmente consumado.”<sup>96</sup>

- *De la cultura y aliño*. Segundo Gracián, esses elementos são capazes de fornecer certo “brilho” ou destaque às ações produzidas por um indivíduo.

“Frustrada quedaria lastimosamente la buena elección de las cosas si después las malograse un bárbaro desaseo, y es lástima que lo que merecieron por excelentes y selectas lo pierdan por una barbaria inculta. Cansóse en balde la invención sublime de los conceptos, la sutileza en los discursos, la estudiosidad en la varia y selecta erudición, si después lo desazona todo un tosco desaliño. (...) Contigo, al fin [referindo-se a cultura e alinho], lo poco parece mucho y sin ti lo mucho pareció nada.”<sup>97</sup>

- *Hombre juicioso y notante*. O juízo é capaz de realçar as qualidades do discreto. Utilizando-se do juízo, o homem é capaz de notar e atribuir valor às coisas, visando, sempre, à conduta a ser adotada. Segundo Gracián, não são muitos os homens que reúnem tais qualidades, o que os tornam ainda mais excelentes. O homem de juízo “todo lo descubre, nota, advierte, alcanza y comprende, definiendo cada cosa por su esencia”.<sup>98</sup> Por ser capaz de identificar a essência, atua socialmente, baseando-se na realidade, pois as aparências não o enganam. Neste realce, Gracián enfatiza a diferença entre o discreto e o vulgar. O primeiro, como

---

<sup>96</sup> Ibidem, p. 106-107.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 110-112.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 116.



vimos, é aquele capaz de identificar a essência das coisas, ao passo que o segundo “raras veces discierne entre lo aparente y lo verdadero; es muy común la ignorância, y el error muy plebeyo. Nunca muerde sino la corteza, y así todo se lo bebe y se lo traga, sin asco de mentira”.<sup>99</sup>

- *Contra la hazañería.* Este realce adverte contra o perigo de querer passar uma falsa impressão de si mesmo ou de fatos, distorcendo a realidade e tentando transformar, falsamente, feitos comuns em verdadeiras façanhas. De acordo com Gracián, a *hazañería* é uma atitude pequena e totalmente condenável. O risco de tal prática se mostra quando seu praticante, muitas vezes, não nota quão absurdas estão sendo suas atitudes, o que acaba suscitando nos outros, mais o riso que a admiração: “cuando se presumen admirados, se hallan reídos de todos”.<sup>100</sup>

A valorização da verdadeira façanha é diretamente proporcional à desvalorização da façanha inventada, e seus praticantes também serão valorizados de acordo com os mesmos critérios. “Gran diferencia hay de los hazañosos a los hazañeros, y aun oposición; porque aquellos, cuanto mayor es su eminencia, la afectan menos; contentándose con el hacer y dejan para otros el decir, que, cuando no, las mismas cosas hablan harto.”<sup>101</sup>

- *Diligente e inteligente.* Diligência e inteligência caminham juntas e, nessa condição, contribuem para importantes atuações. Diz Gracián que “la una sin la otra valen poco, y juntas pueden mucho. Esta ejecuta pronta lo que aquella, detenida, medita, y corona una diligente ejecución los aciertos de una bien intencionada atención”.
- *Del modo y agrado.* O bom modo é capaz de realçar as atitudes do discreto. Esse elemento coroa as situações criadas por meio da inteligência e engenhosidade. Diz Gracián que:

“(...) aunque sean las cosas muy sabidas, si el modo del decirlas en el retórico y del escribirlas en el historiador fuere nuevo, las hace apetecibles.

---

<sup>99</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 123.

(...) Tanta diferencia e importancia puede caber en el cómo, y tanto recaba un buen término y desazona el malo; y si la falta dél es tan notable, ¿qué será un modo positivamente malo y afectadamente desapacible, y más en personas de empleo universal? Y vimos en muchos, y aun censuramos, que la afectación, la soberbia, la sequedad, la grosería, la insufribilidad y otras monstrosidades paralelas los hicieron inaccesibles. Pequeño desmán es – ponderaba un sabio – el sobrecejo en ti, y basta a desazonar toda la vida. Al contrario, el agrado del semblante promete el del ánimo, y la hermosura afianza la suavidad de la condición.”<sup>102</sup>

### 5.1 – Conceitos vinculados à idéia de discrição.

A leitura dos realces nos mostra a amplitude do conceito de discrição. O varão discreto proposto por Gracián traz implícito o desenvolvimento de vários elementos que, juntos, contribuem para a formação do referido tipo, o qual deve dominar uma série de conceitos e técnicas que, integrados, possam ser utilizados nas práticas de representação no universo social ao qual pertence o indivíduo.

Os conceitos e técnicas que perpassam os escritos de Gracián estão vinculados à idéia de razão. É a partir da existência desse elemento que o indivíduo terá condições de aprender e apreender as técnicas e os conceitos propostos por ele.

#### 5.1.1 – Razão.

Para Gracián, a razão opera na vida do ser humano como um sistema que conduz a todo tipo de experiência, inclusive a experiência moral.

No *Oráculo manual y arte de prudencia*, Gracián nos mostra que a razão acompanha o homem no transcurso de sua vida, aperfeiçoando-se com a idade e a experiência.

Ao falar sobre a razão, parece-nos razoável referir-nos também ao seu extremo oposto: a paixão. Razão e paixão são elementos que se contrapõem, e os dois extremos representados por eles são igualmente perigosos. O ideal é que se estabeleça um meio-termo entre os dois, o

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 129-130.

que possibilita a condução do homem a um caminho virtuoso. Esse processo é conduzido pela razão, cujo domínio é indispensável para que se possam evitar as paixões. Fugir das paixões decorre do exercício de uma atitude prudente e avaliativa, a qual só pode ser praticada pelo indivíduo que tem o domínio da razão.

### 5.1.2 – Agudeza.

A agudeza é um fenômeno complexo. É produzida pelo engenho, mas não se limita a ele, pois a faculdade engenhosa não garante, necessariamente, a existência da beleza decorrente de uma prática aguda. Na agudeza, natureza e arte se encontram. A primeira expressa-se por meio do engenho; a segunda, complementa, por meio da arte, o produto do engenho do artista. Segundo Emilio Blanco, no *Diccionario de Conceptos de Baltasar Gracián*, “la agudeza sería, pues, una suerte de esmalte que se echa por encima del tropo retórico, que de por sí es un cuerpo muerto”.<sup>103</sup> Pela citação, fica claro que Gracián se refere aos *tropos* como algo que só cobra vida quando adornado por meio da agudeza. A agudeza estabelece múltiplas conexões engenhosas entre elementos que, a princípio, não estariam relacionados entre si. Na literatura, a agudeza “rompe o esquema clássico do gênero tradicional, ao propor uma nova classificação do produto literário, que, como no caso de Cervantes, entra em contato direto com a vida por meio dos aspectos agudos da ação”.<sup>104</sup>

### 5.1.3 – Aparência.

Segundo Gracián, as coisas não passam pelo que são, mas pelo que aparentam ser. A aparência é aquilo com que primeiro nos deparamos numa situação e que fornece os primeiros subsídios para que formemos a imagem de algo.

Numa análise moderna, o termo *aparência* pode sofrer grandes preconceitos, principalmente se comparado ou contraposto à noção de essência. Nesse binômio, a aparência ocupa não só o lugar daquilo que não é necessariamente verdadeiro, mas, pior, ocupa o lugar daquilo que é falso, o que vincula imediatamente o termo *aparência* a uma noção de

<sup>103</sup> BLANCO, Emilio. Agudeza. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 54.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 56.

hipocrisia. Sobre isso, Gracián adverte que é necessário fazer corresponder o interior ao exterior. O que não se vê é como se não existisse, pois, “la buena exterioridad es la mejor recomendación de la perfección interior”.

A aparência não é uma virtude, pois esta é perfeição interior, independente da maneira como se mostra exteriormente. Porém, o fato de não ser uma virtude não diminui sua utilidade como prática social.

#### 5.1.4 – Artificio.

O artifício confere beleza às obras. De acordo com Gracián, “todo homem sabe a toco sem o artifício, e é mister polir-se em toda ordem de perfeições.”.<sup>105</sup>

As palavras de Gracián revelam que o artifício é indispensável ao ser humano que se guia em direção a um ideal de perfeição. Porém, apesar de ser algo indispensável, o artifício deve ser sutil, sem que se note abertamente a sua presença.

Os termos artifício ou artificial se contrapõem a natural. No caso do conceito graciano, entre os dois elementos existe uma relação de complementaridade, pois Gracián considera que a Natureza foi pervertida pelo homem, formando um hiato no que antes era uma relação harmônica. Esse hiato só pode ser corrigido por meio do artifício. Segundo Gracián:

“El artifício es, pues, el estigma de la imperfección humana, pero es también el signo de su identidad, e incluso, todavía más, de su naturaleza. O, por decirlo de otro modo: el lugar *natural* del hombre es el *artificio*, y es inútil la nostalgia o aspiración hacia otro estado.”<sup>106</sup>

Apesar de que, para Gracián, o homem perverteu a natureza, segundo Javier García Gibert, nem Gracián nem seus contemporâneos acreditavam no homem natural e, nesse contexto, o artifício se converte em uma via de cultura e refinamento, contribuindo para a formação integral do homem, que resulta da soma de qualidades inatas ou naturais com as capacidades adquiridas ou artificiais. Nesse caso, o termo artifício tem uma valoração positiva.

<sup>105</sup> GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 35.

<sup>106</sup> GIBERT, Javier García. Artificio. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 65.

Por outro lado, artifício também é sinônimo de fingimento e pode conduzir a um afastamento da verdade. Gracián era muito consciente da perigosa ambigüidade moral do mundo artificial, do qual podem fazer parte os enganos e as dissimulações. Nesse caso, o ideal seria que as condutas guiadas por bons artifícios tivessem condições de combater o uso artificial enganoso.

### **5.1.5 – Fama.**

Embora a fama possa relacionar-se tanto a aspectos positivos (boa fama) quanto a negativos (má fama), Gracián toma-a em consideração prioritariamente no sentido positivo, tornando-a uma espécie de recompensa para aquele que possui um caráter virtuoso e desenvolve ações dignas de louvor ao longo da vida. Encarada como recompensa, a fama não deve constituir-se no objetivo primeiro de uma empreitada. Em vez de ser perseguida por um indivíduo, seria mais *discreto* que o indivíduo fosse perseguido por ela, o que demonstraria seu grande valor.

A fama é a única forma de sobreviver à própria morte. Porém, boas ações, isoladamente, não constituem garantia para alcançá-la. O desejo de gozar de boa reputação e, conseqüentemente, alcançar a fama é resultado de uma delicada combinação estabelecida entre “saber fazer e fazer saber”, ou seja, resulta da combinação de feitos virtuosos com a devida propagação destes.

### **5.1.6 – Homem.**

Segundo José María Andreu Celma, de acordo com o pensamento graciano,

“(…) como ser moral, el hombre es hechura de sí mismo, de su libertad; es una síntesis de naturaleza y de ingenio, de dotes naturales y de autocreación, de bondad y de talento. La ética del Renacimiento es la ética de la bravura individual que no reposa sobre la sangre noble, sino sobre la nobleza del

trabajo y de la acción. (...) El verdadero humanismo no consiste en ser diferente, sino en hacerse diferente”.<sup>107</sup>

Para “fazer-se diferente” e destacar-se diante dos demais, o homem deve agir de forma extremamente racional e estudada, para que possa corresponder ao pensamento graciano que realça a capacidade indefinida do homem de almejar e conseguir o que quer que seja.

### 5.1.7 – Juízo.

No realce XIX de *El Discreto*, Gracián nos diz que:

“Todo grande hombre fue juicioso, así como todo juicioso fue grande, que realces en la misma superioridad de entendido son extremos del ánimo. Bueno es ser noticioso, pero no basta; es menester ser juicioso. Un eminente crítico vale primero en sí, y después da su valor a cada cosa; califica los objetos y gradúa los sujetos; no lo admira todo ni lo desprecia todo; señala, sí, su estimación a cada cosa.”<sup>108</sup>

Para Gracián, o conceito de juízo possui um sentido moral, que é o de proceder à análise das pessoas e situações da maneira correta, garantindo a imparcialidade de seus pareceres e possibilitando o reconhecimento da bondade ou da malícia das pessoas ou ações, independentemente de quem ou quais sejam elas. A compreensão expressa pelo juízo perpassa por uma compreensão profunda, madura e criteriosa sobre pessoas ou ações.

### 5.1.8 – Ocasão.

Reconhecer a ocasião ou o momento em que está inserido o indivíduo é um dos elementos essenciais para lhe garantir o desenvolvimento de ações adequadas, as quais, por sua vez, garantirão a ação acertada em determinado momento. Sobre isso, Gracián nos diz que “el norte de la prudencia consiste en portarse a la ocasión”.<sup>109</sup> No trato social, não existe uma

<sup>107</sup> CELMA, José María Andreu. Homem. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 144.

<sup>108</sup> GRACIÁN, Baltasar. *El discreto*. Madrid: Aguilar, 1963. p. 116.

<sup>109</sup> GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 162.

regra geral. O que vale é a análise da conjuntura do momento, o que inclui a habilidade de saber reconhecer as mudanças ocorridas nas situações tão logo elas se façam presentes.

Parece clara a idéia de que o indivíduo deve agir e *atuar* de acordo com a ocasião. Porém, o comportamento de ocasião não deve, nunca, sobrepor-se à idéia de virtude, conforme nos mostra Emilio Blanco, comentando os aforismos de Gracián referentes ao tema. Segundo Blanco, “cualquier actividad humana – del obrar al hablar – ha de ser al caso, y no valen las reglas generales porque hay que plegarse antes a la virtud que a la ocasión”.<sup>110</sup>

### 5.1.9 – Persona.

De acordo com Karine Durin, a *persona* representa, em Gracián, “el centro en torno al cual giran la mayor parte de los otros conceptos”.<sup>111</sup> Em Gracián, o “ser *persona*” aparece como o resultado do fazer-se *persona*, ou seja, um processo que faz do homem o artífice do seu próprio ser. De acordo com Durin, o referido processo demanda tempo, maturidade, tensão, esforço e vontade para fazer-se presente. O constante aperfeiçoamento é a meta central da *persona*.

Apesar de ser um ato individual, a *persona* não é concebida como um indivíduo alheio aos demais, ou seja, alheio ao âmbito social ao qual pertence. Em relação a isso, a *persona* está em constante fase de expansão em direção ao exterior. “La persona no puede dar la espalda a la vida activa y práctica; afronta riesgos, dificultad con una adecuada respuesta ‘heróica’, y sobre todo con invención e ingenio sutil para desenredar casos en el laberinto del vivir.”<sup>112</sup> A *persona* em Gracián, é sinônimo não só de homem universal, mas também representa o universal do homem, ou seja, toda a gama de fatores que podem atuar conjuntamente no indivíduo visando ao seu aperfeiçoamento como ser humano e social.

<sup>110</sup> BLANCO, Emilio. Ocasión. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 187.

<sup>111</sup> DURIN, Karine. Persona. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 193.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 194.

### 5.1.10 – Virtude.

A virtude é definida por Gracián como “cadena de perfecciones, centro de las felicidades. Ella hace un sujeto prudente, atento, sagaz, cuerdo, sabio, valeroso, reportado, entero, feliz, plausible, verdadero y universal héroe.”.<sup>113</sup> A virtude representa o ideal a ser alcançado pelo homem de bem. Ela se contrapõe enfaticamente ao vício e está além dos supostos desvios provocados pela fortuna, algo que tem alcance relativo, se considerarmos o homem como o artífice de seu próprio ser. A virtude também requer aprendizado e, uma vez interiorizada, passa a figurar como um hábito para o indivíduo que a pratica.

### 5.1.11 – Vulgo.

Segundo José Maria A. Celma,<sup>114</sup> no século XVII, a expressão “vulgo” está sempre presente e é utilizada para designar a multidão, ou a soma de indivíduos indiferenciados, à qual chama de “massa anônima”. A massa “vulgar” é composta de anônimos que representam indivíduos mais próximos à concepção de homem natural, despido de todos os artifícios que compõem o ser social que transita no mundo com discrição. Assim, o vulgar é aquele que tem um entendimento primário sobre as situações, aquele que pouco reflete e que tem pouca capacidade de distinguir o aparente do verdadeiro. A vulgaridade também aparece na expressão, no modo de falar e no conteúdo das falas que realiza. Vulgaridade e discrição são elementos antagônicos. O que o primeiro tem de comportamento “de massa” o segundo tem de singularidade em seus feitos e realizações.

---

<sup>113</sup> GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 167.

<sup>114</sup> CELMA, José María Andreu. Vulgo. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 230.



## 5.2 – Prudência e discrição.

André Comte-Sponville, em seu *Pequeno tratado das grandes virtudes*, inicia suas reflexões sobre a prudência falando de polidez, fidelidade e da própria prudência, sobre a qual nos faz uma pergunta: “Será ela mesma uma virtude?”<sup>115</sup>

Aristóteles apresenta-nos o conceito de virtude como uma disposição habitual para obrar o bem, representando o fundamento da ética que conduz o homem à felicidade. É um hábito e, nessa condição, pode ser aprendido por meio da observação e prática de ações virtuosas.

Por sua vez, a prudência, também segundo Aristóteles, é uma disposição prática, que proporciona ao homem:

“(...) la capacidad de juzgar con discernimiento, habilidad del hombre virtuoso que sabe disponer los medios adecuados para realizar el bien. En su *Ética a Nicômaco*, el Estagirita define este saber de la razón práctica como virtud dianoética, la asocia a la misma virtud, hasta el punto de que la búsqueda del término medio razonable entre dos extremos viciosos viene a ser garantizado por el prudente”.<sup>116</sup>

Ao analisarmos as duas definições, notamos que a idéia de fazer o bem é algo comum a ambas, o que nos sugere que, por esse aspecto, a prudência deve ser considerada uma virtude.

Considerada como tal, a prudência não é somente uma virtude entre outras tantas. Desde tempos antigos, a prudência é considerada a virtude que rege todas as demais. Sem ela, as outras virtudes não teriam sua existência garantida em toda a sua plenitude.

No século I a.C., Aristóteles, em seu livro *Ética a Nicômaco*, fala dos elementos necessários para que o ser humano esteja no mundo de maneira adequada. Esses elementos são as virtudes, que, por sua vez, se subdividem em dois grupos: morais e intelectuais. As morais são a temperança, a generosidade, a coragem e a modéstia. As intelectuais são a sabedoria, o entendimento e a prudência. A diferença entre os dois grupos é que as primeiras virtudes podem ser aprendidas somente pelo hábito, pelo constante praticar. Já as do segundo

<sup>115</sup> COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 37.

<sup>116</sup> GAMBIN, Felice. Prudencia. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 206.

grupo necessitam de instrução, experiência e tempo, para que possam ser internalizadas pelo indivíduo.

Na Idade Média, a prudência é considerada uma das quatro virtudes cardeais, junto com a justiça, a fortaleza e a temperança.

Ao falar sobre a prudência, Ángel Pérez Martínez<sup>117</sup> diz que a concepção filosófica e teológica dominante na Espanha à época de Cervantes se funda na teoria aristotélico-tomista da ação, segundo a qual o ato humano é uma operação independente e livre de cada pessoa.

Relacionados ao produto do ato humano estão os conceitos de inteligência e vontade. A vontade tende ao Bem supremo, enquanto a inteligência tem por objeto o conhecimento da verdade. Vontade e inteligência são elementos que se inter-relacionam. Nesse processo, junta-se a eles a ação do intelecto, que determinará se o indivíduo atingirá ou não o objetivo expresso pela vontade.

Por outro lado, para que haja uma ação inteligente, é necessário haver entendimento, elemento que representa o produto da razão, a qual avalia e emite um parecer sobre determinada situação.

O fato de representar o produto da razão não faz do entendimento um elemento que tenha condições de atuar de maneira solitária. Nessa relação, é a vontade que exerce o poder de afirmação ou negação, mas é o entendimento que apreende a verdade, comunicando-a à vontade, para que esta produza o movimento em direção à realização de algo. Essa é a estrutura teórica do ato humano, cujo conhecimento é importante para sabermos como o indivíduo chega às práticas prudentes.

Porém, há vários outros elementos relacionados às ações praticadas pelo homem e que influirão diretamente no resultado de suas ações, sejam essas prudentes ou não. Sobre isso, Pérez Martínez nos diz que:

“(...) en el obrar la persona está influída por diversos hechos, maneras de ser, disposiciones permanentes, entre las cuales las más importantes son los hábitos. (...) Los hábitos no son neutrales sino que dependen de la dirección. Ser hombre no es sólo existir sino también alcanzar un desarrollo mediante el uso de todas nuestras potencias usadas libremente”.<sup>118</sup>

<sup>117</sup> MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Valencia: Fundación Amado Alonso, 2005.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 43.

A prática da prudência depende de todos os fatores mencionados anteriormente, considerados individualmente ou em conjunto.

Durante a Idade Média, as doutrinas referentes à prudência sofreram influência de Santo Tomás de Aquino, o qual conferiu ao termo uma definição simples, porém abrangente: a prudência é a reta razão de acordo com a boa vontade. Santo Tomás de Aquino, ao falar de reta razão, confere à prudência um aspecto moral, o qual deve nortear as ações do indivíduo e constituir um elemento central em sua vida.

Além disso, o exercício da prudência está condicionado à prática, pelo fato de abarcar uma grande e imprevisível quantidade de situações, impossíveis de serem previstas em qualquer manual. Sobre isso, Ángel Martínez nos diz que “necesitamos del discernimiento y la sabiduría para obrar con miras a ser felices, y es la prudencia la que nos brinda esa posibilidad”.<sup>119</sup>

O discernimento é uma habilidade individual que auxilia o ser humano em sua busca pela verdade. Tal habilidade apresenta certo nível de flexibilidade, o que torna possível a análise de uma multiplicidade de situações que ocorrem na vida ao longo de sua existência.

A prudência é uma sabedoria prática que produz uma ação que deve aplicar-se a uma situação ou contexto. A reflexão prudente e a ação que decorre dessa reflexão deve procurar aproximar-se ao máximo da idéia de perfeição.

O agir prudentemente é resultado também da consideração de outros aspectos, tais como conhecimento, memória e entendimento, estando os três elementos intimamente relacionados.

O conhecimento se relaciona com o passado, o presente e o futuro. As experiências acumuladas e guardadas na memória já passaram pelo processo de entendimento, o que lhes confere o *status* de referência para experiências presentes e futuras.

É com a densidade e amplitude demonstradas anteriormente que o conceito de prudência chega aos séculos XVI e XVII. Dele se apropriam, por exemplo, Maquiavel e Castiglione. Para o primeiro, a prudência representa uma arte ou técnica de governo, ao passo que, para o segundo, o exercício da prudência é a única possibilidade de sobrevivência do cortesão em um mundo em que, comumente, a aparência triunfa sobre a realidade. Não confundamos o enfoque de Castiglione com a precaução social.

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 46.

A precaução social, não necessariamente atua com o objetivo de alcançar o Bem. Já a atitude prudente mencionada por Castiglione remete a um cortesão que deve possuir o necessário discernimento para garantir o triunfo do Bem e da verdade sobre a aparência.

No século XVII, Gracián também enfocou o tema da prudência em seus escritos. Em seu *A Arte da Prudência*, menciona:

“(...) arte para ser venturoso. Há regras de ventura, que nem toda é acaso para o sábio; pode ser ajudada pela indústria. Contentam-se alguns em pôr-se com boa postura às portas da sorte, esperando que se abra. Outros, melhores, passam-lhe pela frente e valem-se da audácia, que nas asas de sua virtude e valor pode alcançar a ventura e lisonjeá-la eficazmente. Mas, a bem filosofar, não há outro arbítrio senão o da virtude e da atenção, porque não há mais ventura nem mais desventura que prudência e imprudência.”.<sup>120</sup>

Essa citação nos mostra que Gracián confere à prudência o estatuto de arte. Ou seja, além de ser uma virtude alcançada pela inclinação natural do caráter humano, somada às experiências vividas pelo indivíduo, a prudência passa a ser encarada como uma arte, sendo seu exercício o resultado de uma técnica que propicia sua correta utilização pelo indivíduo que a detém.

O enfoque de Gracián em relação à prudência revela uma ampliação no conceito. De acordo com ele, a prudência, além de uma virtude relativa ao caráter e que tem por objetivo alcançar o bem supremo, passa a ser também um elemento da prática social, capaz de auxiliar o indivíduo a fim de lhe fornecer elementos para que ele consiga sobreviver de forma adequada nos contextos sociais em que se encontra. Nesse sentido, vai ao encontro do conceito de discrição. De tão próximos, no século XVII, os dois conceitos chegam a confundir-se.

Sobre isso, Felice Gambin nos diz que:

“(...) el concepto [referindo-se à prudência], frente a las exigencias de un ambiente hostil a la licitud de una moral adecuada a las circunstancias y a los fines, se impregna de los rasgos semánticos de la cautela y del disimulo. (...) Muchas veces se ha resaltado el pragmatismo acomodaticio y la doctrina utilitaria de los aforismos [referindo-se ao *Oráculo manual y arte de prudencia*], adivinando en la **prudencia del aragonés** industria, cautela,

<sup>120</sup> GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 40.

reserva, simulación. Efectivamente, muchos ‘platos prudentiales’ apelan a la astucia y a la necesidad de acudir a tretas, estratagemas, ardiles”.<sup>121</sup>  
(Grifos nossos.)

Na citação anterior, parece-nos merecer atenção especial a expressão *prudencia del aragonés*, a qual é capaz de revelar a ampliação do conceito elaborada por Gracián. Retomando o que dissemos anteriormente, há um espaço comum em que prudência e discrição se encontram. A confirmação desse fato pode ser obtida no próprio *El Discreto* de Gracián, que se apresenta ao leitor como *aforismos de prudencia*, o que revela quão unidos estão os dois conceitos.

*Prudência e discrição* podem atuar de maneira isolada, mas também podem fazê-lo em conjunto, numa relação de complementaridade entre ambas.

No contexto social, ser discreto é diferente de ser *somente* prudente, pois a discrição complementa e ajusta socialmente os elementos fornecidos pela prudência.

Sobre a distinção dos dois elementos, Pérez Martínez afirma que o ponto de partida da prudência é a virtude, e isso não vale para a discrição. “La prudencia es una virtud cuyo resultado será un acto bueno, mientras que la discreción, al no ser virtud, puede ser usada para una actuación menos correcta moralmente.”<sup>122</sup>

Também na tentativa de estabelecer uma diferenciação entre prudência e discrição, Ángel Pérez Martinez recupera o significado de prudência proposto por Sebastián de Covarrubias:

“Prudencia. Una de las cuatro virtudes cardinales que enseña al hombre a discernir y distinguir entre lo que es bueno o lo malo, para seguirlo, o huir de ello. Es voz latina prudentia. El oficio de la prudencia es enseñar y llevar por buen camino y seguro a las virtudes. Prudencia. Se toma también por cordura, templanza y moderación en las acciones.”<sup>123</sup>

Pérez Martinez interpreta o significado exposto acima, destacando o fato de a prudência ser uma das virtudes cardeais. De acordo com ele, isso é bastante relevante para a interpretação de uma obra do século XVII espanhol por causa da força do catolicismo na

<sup>121</sup> GAMBIN, Felice. Prudencia. In: BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005. p. 208.

<sup>122</sup> MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote*: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro. Valencia: Fundación Amado Alonso, 2005. p. 51-52.

<sup>123</sup> COVARRUBIAS, Sebastián de. Apud MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote*: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 50.

Espanha. Naquele momento, ser prudente significa também agradar a Deus, pois, para sê-lo, o indivíduo necessita praticar o bem. Na hipótese de não praticar nenhuma ação, deve o indivíduo, pelo menos, afastar-se do mal.

Segundo Pérez Martinez, foi com Santo Tomás de Aquino que a prudência se inseriu de maneira decisiva na tradição moral cristã. Citando Santo Tomás, ele nos diz:

“La prudencia es la virtud más necesaria para la vida humana. Vivir bien, en efecto, consiste en obrar bien. Mas, para obrar bien, no sólo se requiere la obra que se hace, sino también el modo de hacerla, es decir: es necesario obrar conforme a una elección recta y no meramente por impulso o pasión.”<sup>124</sup>

Embora proponha a distinção entre prudência e discrição, Ángel Pérez Martinez considera que ambos os termos pertencem ao mesmo campo semântico, junto com o entendimento, a sabedoria e a razão. No que se refere à discrição, o termo não só pertence ao mesmo campo semântico da prudência, mas também parece desfrutar do mesmo nível de importância que ela nos séculos XVI e XVII na Espanha. Citando Maravall, Pérez Martinez nos diz que:

“La discreción es, para un humanista de nuestro XVI, la palabra suprema, aquella con que se designa el carácter, en su conjunto, del tipo humano que se desea: expresa una serie de cualidades intelectuales, morales, sociales, cuya ponderada reunión se ambiciona sobre todo.”<sup>125</sup>

Nessas considerações, notamos que o termo amplia o significado de prudência, juntando a ele outros elementos, como as qualidades intelectuais e morais. A definição de discrição proposta por Maravall é bastante ampla e, ao mesmo tempo, lacônica, uma vez que não define quais qualidades intelectuais, morais e sociais se esperam do indivíduo. Porém, independente das considerações acerca de um ou outro termo, há um elemento muito forte entre os dois, e que lhes serve como ponto de intersecção: o uso da razão. Ou seja, sem a utilização da razão, tanto as práticas da prudência quanto da discrição estarão fadadas ao fracasso.

<sup>124</sup> AQUINO, Santo Tomás de. Apud MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 45.

<sup>125</sup> MARAVALL, José Antonio. Apud MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 50.

Após verificarmos os pontos de contato entre ambos os conceitos, verifiquemos agora em que eles podem se diferenciar. Para isso, baseamo-nos nas considerações de Margaret Bates, realizadas em seu estudo sobre a presença da discrição no *Quixote*.<sup>126</sup>

Bates, antes de propor a separação entre os dois elementos, também tece alguns comentários sobre eles, os quais reforçam a idéia geral de aproximação entre os dois conceitos. Segundo Bates:

“Damasio de Frias, a contemporary of Cervantes, agrees with this etymology and adds that the classical Latin adjective most closely approximating discreto would be prudens (Frias, 22). We find the following synonyms for the late Latin sense in the Thesaurus Linguae Latinae: diiudicatio, dinoscentia, distinctio, circumspectio, cautio, iudicium, examen, ratio, prudentia, arbitrium, discrimen, diversitas. Later in this study, we shall see that these meanings persisted in Spanish.

The rapid late Latin development of discretio, specifically, discretus, was lamented by the purists who regretted the deviation from classical Latin. For instance, the fact that vir discretus was used for vir prudens was critized by Vossius who said that, being a past participle, it should be used in a passive and not an active sense.”<sup>127</sup>

Segundo Pérez Martinez, “la discreción es un hábito del entendimiento práctico, de manera que el hombre discreto sabe cómo actuar en cada circunstancia”.<sup>128</sup>

O grande acréscimo que Bates realiza em torno do estudo dos conceitos prudência e discrição é a distinção que propõe entre eles. Diz ela:

“In order to have an exact idea of the scope of discretion we must compare it with its nearest synonym, prudence. So similar are they that Frias says they were often used interchangeably by those writers who did not know the language well enough to distinguish between them. The difference lies in the fact that prudence is a virtue and therefore only deals with the right means to a good end. The end of discretion may be good or bad. It is therefore a more all embracing word; every prudent man would

<sup>126</sup> BATES, Margaret J. Apud MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 51.

<sup>127</sup> Ibidem, p.51.

<sup>128</sup> MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 51.

be discreet, but not every discreet man, prudent. Prudence is a habit acquired by long experience so that it is usually found in older people.”<sup>129</sup>

A partir do dito por Bates, ratificado por Pérez Martinez, inferimos que o exercício da prudência tem necessariamente como resultado um ato bom, ao passo que o resultado do exercício da discrição pode ou não ser bom, pelo fato de esta estar relacionada mais à esfera social que à esfera moral. Sobre isso, Bates também menciona que essa distinção é tardia, mas Pérez Martinez nos diz que ela já era evidente nos tempos de Cervantes, conforme demonstra a citação a seguir:

“(…) al administrar justicia, ha de atender al señor del estado, y aquí entra la habilidad y buen juicio, y principalmente la buena intención de acertar; ya que si ésta falta en los principios, siempre irán errados los medios y los fines; y así suele Dios ayudar al buen deseo del simple como desfavorecer al malo del discreto”.<sup>130</sup>

A citação anterior chama a atenção não só pela distinção que estabelece entre prudência e discrição, mas também pelo fato de opor os termos simples e discreto. Ou seja, é discreto aquele que não é simples, que não pertence ao povo, noção que nos remete à discrição como elemento de distinção social, exercido pelos indivíduos que procuram ascender socialmente ou manter sua posição no nível social em que se encontram, mesmo que para isso tenham de se utilizar de estratégias que não necessariamente estejam de acordo com o moralmente aceito e recomendável.

Outra confirmação de que Cervantes considera prudência e discrição elementos distintos vem da seguinte citação de Bates:

“According to Cervantes, then, the discreet man can be as wicked and bad intentioned as the simple one. The fact that Cervantes often uses *prudencia* and *discreción* together also proves that he considers them distinct. The friend of Cervantes mentions in the prologue that Cervantes was *prudente* and *discreto* (I, 30). Lotario answers Anselmo with “prudencia, discreción y aviso” (III, 26). In spite of bitter satires against doctors, in vogue at the time of Cervantes, Sancho still insists that some of them are “sabios, prudentes y discretos (V, 443). When Camila feigns that

<sup>129</sup> BATES, Margaret J. Apud MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 51.

<sup>130</sup> CERVANTES SAAVEDRA, Miguel. Apud MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 52.



she stabbed herself they all admire her “sagacidad, prudencia y mucha discreción” (III, 107). However, we must admit that using prudence and discretion together is like saying: “He is better and best. If he is the best, then, naturally, he is better.”<sup>131</sup>

Como se vê no fragmento anterior, Bates, além de reiterar a distinção entre os termos, inclui a idéia de complementaridade entre ambos. Um indivíduo pode ser prudente, da mesma maneira que pode ser discreto. Porém, possuir simultaneamente as características de ambos representa chegar à beira da perfeição.

Então, discrição e prudência são elementos que podem aproximar-se, misturar-se ou mesmo afastar-se, dependendo da intenção do indivíduo em sua atuação moral e social.

### 5.3 – Considerações sobre a *Razão de Estado*, de João Botero.

Os conselhos de dom Quixote a Sancho mantêm estreita relação com os conselhos dados pelo italiano João Botero aos Príncipes Católicos, reunidos em *Da Razão de Estado*, obra de conteúdo político publicada pela primeira vez em 1589, na Itália, e que, segundo Luís Reis Torgal, teve influência significativa no pensamento peninsular do século XVII.

Razão de Estado, segundo Elena Cantarino, pode ser entendida como “la máxima del obrar político, el conjunto de normas que dicen al político lo que debe hacer a fin de que pueda adquirir, aumentar y conservar el Estado”.<sup>132</sup>

A visão de Botero sobre a política, expressada em *Da Razão de Estado*, dá-se em conformidade com o espírito católico e concreto da Contra-Reforma. Botero fornece ao Príncipe uma gama de possibilidades para que ele possa manter-se soberano em seu Estado sem infringir os princípios da moral católica.

As idéias de Botero se opõem claramente às de Maquiavel, considerado o pai do oportunismo político, e para quem a política estava acima da moral. Segundo Luís Reis Torgal, coube a Botero uma espécie de cristianização da Razão de Estado teorizada por Maquiavel, constituindo-se em:

<sup>131</sup> BATES, Margaret J. Apud MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote*: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro. Madrid: Fundación Amado Alonso, 2004. p. 52.

<sup>132</sup> CANTARINO, Helena. Tratadistas político-morales de los siglos XVI y XVII. In: *El Basilisco (Oviedo)*. Revista de Filosofía, Ciencias Humanas, Teoría de la Ciencia y de la Cultura. n. 21, p. 4-7, 1996.

“uma tentativa de conciliação da moral cristã com uma prática atinente à conquista ou à manutenção do Poder, com a intenção de harmonizar – tomando as palavras de Sousa Macedo – os ‘documentos divinos’ com as conveniências de Estado”.<sup>133</sup>

Entre os conselhos que dá ao Príncipe estão o agir prudentemente, ocultando eventuais fraquezas, e o respeito pleno à religião católica. A religião, por si só, já se constituía num importante instrumento para regular as ações e, aliada ao poder do Estado, também contribuía para tornar os homens mais dóceis. Reis Torgal acrescenta ainda que se encontram em Botero advertências e ensinamentos como:

“(…) a atenção que o príncipe deve revelar em não deixar desenvolver certos gérmes de sedição ou em não apoiar ostensivamente certos grupos, a importância de guardar segredos de Estado, o cuidado na procura dos conselhos e dos conselheiros, a preocupação de não embarcar em novidades, o modo de encobrir as fraquezas, o uso cauteloso das palavras”.<sup>134</sup>

Anterior a Botero, a idéia, oriunda dos escritos de Maquiavel, de que o poder e a força do Estado devem ser garantidos por todos os meios, colocou a Razão de Estado acima de qualquer consideração ética ou jurídica. Porém, como relata Elena Cantarino,<sup>135</sup> os pensadores políticos do Barroco:

“no se resignaron ante esta evidencia y trataron de hallar un procedimiento mediante el cual los principios morales pudieran regir en la práctica y al mismo tiempo se atendiera a las necesidades del Estado. Así, pues, la nueva consideración de la “razón política” venía determinada, por un lado, por el rechazo a los medios propuestos por Maquiavelo y, por otro lado, por la necesidad de proponer medios acordes con las exigencias reales de la política”.<sup>136</sup>

Vejamos agora algumas idéias de Botero em relação à aquisição e manutenção do Estado.

<sup>133</sup> TORGAL, Luís Reis. Introdução. In: BOTERO, João. *Da razão de estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. p.XXII.

<sup>134</sup> Ibidem, p. XXXVII.

<sup>135</sup> CANTARINO, Helena. Tratadistas político-morales de los siglos XVI y XVII. In: *El Basilisco (Oviedo)*. Revista de Filosofía, Ciencias Humanas, Teoría de la Ciencia y de la Cultura. n. 21, p. 4-7, 1996.

<sup>136</sup> Ibidem.

No primeiro livro, Botero nos dá a definição de Razão de Estado, enfatizando que a sua preocupação consiste mais em conservá-lo do que em expandi-lo.

Botero considera diferentes variáveis no processo de manutenção da estabilidade do Estado. Entre elas, talvez a mais importante seja o caráter virtuoso do Príncipe, o qual servirá de modelo aos súditos que, aderindo a ele, garantirão sua estabilidade no poder. Entre as virtudes do Príncipe, merecem atenção especial a justiça, a liberalidade, a prudência e o valor, aqui entendido como sinônimo de valentia e coragem. Especialmente sobre a prudência e a justiça, Reis Torgal nos adverte que ambas “têm de se fundamentar principalmente na religião e na ética católicas, mesmo que se diga que a religião aparece, deste modo, encarada numa perspectiva de ‘utilidade política’”.<sup>137</sup>

No livro I, Botero também realiza considerações sobre o tamanho ideal do Estado para que o Príncipe consiga mantê-lo em segurança, chegando à conclusão de que os Estados muito grandes ou muito pequenos são os mais propensos à falta de estabilidade, sendo então ideal que o Estado tenha um tamanho médio.

Os livros II, III e IV conferem especial atenção às regras que o Príncipe deve seguir internamente para conservar seus Estados. Entre essas regras, a prudência aparece, segundo as palavras de Reis Torgal, como:

“a virtude política por excelência, que é sobretudo adquirida experiencialmente, por meio do conhecimento da História e da realidade presente, tendo em conta a natureza e as tendências dos súditos dos vários Estados, e também pelo conhecimento de múltiplas outras matérias, já que Botero, à maneira humanística, tem da educação do Príncipe – e ele será preceptor de príncipes – um sentido funcional e enciclopédico”.<sup>138</sup>

Nesses três livros, a análise dos conselhos que dá ao Príncipe “mostra-nos a sua evidente consciência da política como arte, como jogo, em que todos os atos devem ser convenientemente calculados”.<sup>139</sup>

Para que o Estado se mantenha em segurança, é indispensável que o Príncipe possua grande clareza e atenção à realidade que o cerca, evitando ser surpreendido por problemas que, se diagnosticados anteriormente, teriam mais fácil solução. Assim, como relata Reis Torgal, Botero:

<sup>137</sup> TORGAL, Luís Reis. Introdução. In: BOTERO, João. *Da razão de estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. p. XXXVII.

<sup>138</sup> Ibidem, p. XXXVI.

<sup>139</sup> Ibidem, p. XXXVII.

“reflete sobre as formas de o príncipe impedir o desenvolvimento das convulsões internas e como deve para tal controlar os poderosos – *‘principi di sangue’*, *‘feudatari’* e *‘grandi per valores’* –, os *‘poveri’* e os sectores sociais intermédios, como também analisa a maneira como deve actuar no caso de as rebeliões se manifestarem”.<sup>140</sup>

No livro V, Botero também fala sobre a relação entre o Príncipe e os povos por ele conquistados, embora a expansão dos domínios do Príncipe não seja o foco principal de suas considerações.

No livro VI, Botero fala sobre os inimigos externos, destacando as táticas políticas a serem utilizadas com o objetivo de evitar a guerra ou de vencê-la, o que engloba a maneira de se utilizar das Forças Armadas, o tipo de relação que se deve ter com os soldados e, em detalhe, todos os aspectos relacionados com a guerra.

No livro VIII, analisa os aspectos relativos à população e ao dinheiro. Sobre a população, diz ser a primeira das armas, caso se posicione de maneira solidária ao Príncipe. Além disso, para Botero, o desenvolvimento populacional constitui-se no motor do desenvolvimento do Estado, o qual utiliza a mão-de-obra da população para desenvolver-se economicamente. Em relação ao dinheiro, é contra o entesouramento, ainda que reconheça que o Príncipe deva possuir um tesouro que lhe permita enfrentar problemas financeiros. Porém, no que se refere a questões financeiras, Botero desvincula o dinheiro do Estado do da Igreja. Reis Torgal menciona que ele “denuncia sua integração na corrente romanista, defensora dos privilégios eclesiásticos, e entende que o Estado não pode tocar nos bens da Igreja sem um motivo particularmente forte e sem prévia autorização do papa”.<sup>141</sup>

Como se vê, as questões consideradas por Botero podem ser aplicadas pelo príncipe em um universo amplo e variado. Porém, o invariável deste universo reside na síntese do pensamento boteriano: a moral católica contra-reformista.

---

<sup>140</sup> Ibidem, p. XXXVIII.

<sup>141</sup> Ibidem, p. XXXIX.

## 6 – Análise dos capítulos XLII, XLIII e LI.

Os capítulos XLII, XLIII e LI fazem parte do episódio dos Duques, localizado entre os capítulos XXX e LVII da segunda parte do *Quixote* de Cervantes.

O referido episódio transcorre durante a estada de dom Quixote e Sancho no Palácio dos Duques. Para que tenhamos em mente os acontecimentos relevantes do episódio, faremos uma breve consideração sobre ele.<sup>142</sup>

Dom Quixote e Sancho encontram-se com os Duques num bosque. Tal encontro é antecedido pelo desejo de Sancho de voltar à sua casa, devido ao desalento que sente em relação às aventuras vividas com seu amo.

Quando vêm os Duques, dom Quixote pede a Sancho que se aproxime da Duquesa e o apresente a ela. Antes que Sancho se vá, dom Quixote o adverte sobre como deve falar e se comportar diante dela, querendo impressioná-la com os bons modos dignos de um perfeito cavaleiro que pensa ser. Embora Sancho tenha seguido as ordens de dom Quixote, este revela sua fragilidade no momento em que tenta descer de seu cavalo, Rocinante, e cai. Porém, o fundamental do encontro e o que possibilita a aproximação entre cavaleiro, escudeiro e os Duques, é o conhecimento que estes já têm sobre a dupla. Por causa deste conhecimento, os Duques convidam dom Quixote e Sancho a se hospedarem em seu palácio.

Na chegada ao palácio, Sancho discute com Dona Rodríguez, uma dama da Duquesa, motivado pelo excessivo cuidado que tem com seu jumento. Em seguida, há um almoço no qual estão presentes dom Quixote, Sancho, os Duques e um religioso avesso às novelas de cavalaria. O resultado desse encontro é uma polêmica travada entre dom Quixote e o religioso sobre os valores da cavalaria e sobre a possibilidade de Sancho governar uma ilha.

A partir desse ponto, as ações serão friamente calculadas e idealizadas pelos Duques, que contam com a participação de toda a criadagem. A primeira aventura preparada é a caça ao javali, a qual dá a fórmula para o desencantamento de Dulcinéia.<sup>143</sup>

Em seguida vem o desencantamento da Condessa Trifaldi e suas damas. A Condessa vai ao palácio dizendo-se vítima das maldições de Malambruno, certa de que somente dom

---

<sup>142</sup> As considerações acerca do episódio estão baseadas na sinopse realizada por Maria Augusta da Costa Vieira, em seu livro *O dito pelo não-dito: paradoxos de Dom Quixote*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998. p. 102-109.

<sup>143</sup> O suposto encantamento de Dulcinéia foi promovido por Sancho no capítulo X da segunda parte da obra.

Quixote poderia livra-lá de tal condição. Nessa aventura, dom Quixote e Sancho supostamente “viajam” pelos ares montados em Clavilinho, um cavalo de madeira.

A próxima aventura marca a separação entre amo e escudeiro. Dom Quixote permanece no palácio enquanto Sancho vai ocupar o cargo de governador em Baratária, uma ilha que não é ilha, também inventada pelos Duques. A partir daí, a sequência de capítulos se alterna, ora referindo-se a Sancho, ora a dom Quixote.

Sancho, na condição de governador, tem o firme propósito de realizar um bom governo, fazendo o possível para que isso ocorra, suportando todos os ataques realizados não só à ilha, mas também em relação à sua pessoa, pois também foi submetido a várias restrições, das quais a principal é a questão da alimentação, que foi restringida com o objetivo de irritar, atingir e abalar Sancho, um glutão assumido.

Enquanto o escudeiro está no governo da suposta ilha Baratária, dom Quixote permanece no palácio, ficando totalmente à mercê das burlas preparadas pelos Duques.

Em dado momento, dom Quixote e Sancho voltam a se encontrar, após este ter abandonado o governo da suposta ilha.

Até esse ponto, os Duques mantêm a situação sob total controle, divertindo-se muito às custas da dupla formada por cavaleiro e escudeiro. Porém, em dado momento, ocorre uma inversão de perspectiva, e os Duques perdem o controle das situações que eles mesmos criaram. Como exemplo, podemos citar a vitória de dom Quixote no duelo com Tosilos, o qual decide casar-se com a filha de Dona Rodríguez. Nesse episódio, os Duques haviam armado a situação de maneira que Tosilos saísse vencedor, humilhando dom Quixote e expondo ainda mais a frágil condição deste dentro do palácio.

Após todos esses incidentes, dom Quixote, não suportando mais a ociosidade da vida palaciana, retira-se do palácio acompanhado de Sancho e volta aos campos em busca de novas aventuras.

### **6.1 – Sinopse dos capítulos.**

Como relatado anteriormente, dentro do episódio dos Duques, três capítulos merecerão especial atenção, de acordo com nossa proposta de análise.

Os três capítulos apresentam alternância em relação aos seus protagonistas. O capítulo XLII é protagonizado por dom Quixote, ainda que o Duque e Sancho Pança apareçam de forma expressiva. O XLIII tem Sancho como protagonista; no LI ocorre um equilíbrio entre os dois personagens, e cada um protagoniza momentos distintos.

A seguir, apresentamos uma breve sinopse dos capítulos.

O capítulo XLII começa com a notícia da satisfação dos Duques ao perceber o resultado alcançado com as burlas já praticadas ao longo do episódio. Dando sequência às suas práticas, o Duque se aproxima de Sancho e lhe dá a notícia de que este irá finalmente governar a ilha que lhe havia sido prometida por dom Quixote.

Sancho, apesar da notícia inesperada, demonstra estar muito à vontade diante de tal perspectiva e revela ao Duque que, depois que havia visto a terra de cima, referindo-se ao episódio de Clavilenho, seu desejo de governar uma simples ilha havia diminuído, pois a amplitude do céu lhe havia revelado quão pequena seria mesmo a maior de todas as ilhas. Ainda assim, aceita e agradece a possibilidade de se tornar governador.

Sancho prossegue conversando com o Duque até o momento em que dom Quixote se aproxima e se intera da situação. Ao fazê-lo, dom Quixote sente a necessidade de orientar Sancho sobre como este deveria atuar em seu governo, pois sabia que seu escudeiro não dominava as regras ou os códigos do universo ao qual estava prestes a se integrar. Além disso, dom Quixote sabia que o exercício do governo requeria astúcia e perspicácia, para que se pudesse obter um bom resultado. Diante dessa situação, conversa detalhadamente com Sancho sobre como deve ser sua atuação no governo.

Os primeiros conselhos de dom Quixote a Sancho se dividem, de maneira didática, entre aqueles que servirão para o adorno da alma e os que servirão ao adorno do corpo, sendo estes últimos o assunto do próximo capítulo.

No capítulo XLIII, dom Quixote prossegue com seus conselhos. O capítulo começa com as palavras do narrador, o qual nos relata que, excetuando-se as situações relativas à cavalaria, dom Quixote era uma pessoa que possuía grande entendimento.

Dessa vez, Sancho se mostra menos impaciente e ouve atentamente os conselhos de seu amo. Os conselhos dados por dom Quixote referentes ao adorno do corpo trazem orientações sobre como se vestir, como falar, como se portar à mesa, etc. Nesse segundo grupo, dom Quixote também enfatiza as questões relativas à linguagem que Sancho utiliza

cotidianamente, a qual, além de não expressar nenhum tipo de cuidado ou elaboração de caráter erudito, sempre aparece recheada de refrões, o que seria inadequado a um governador.

Dom Quixote prossegue sua fala e complementa os conselhos, dizendo a Sancho que o dito até aquele momento lhe parece suficiente para que o escudeiro possa assumir seu governo. Dom Quixote termina seu aconselhamento pedindo a seu escudeiro que envie notícias sobre as coisas que ocorrem em seu governo, para que ele possa seguir aconselhando-o, mesmo à distância. Dessa forma, mantém-se a relação entre amo e escudeiro, aqui representada não de maneira hierárquica, pois afinal era Sancho quem estava assumindo um governo, mas uma relação de amizade e proteção por parte do amo em relação a seu escudeiro.

Após dom Quixote terminar o aconselhamento, Sancho lhe diz que se recordará apenas de alguns conselhos, pois sua memória não será suficiente para memorizar todos ao mesmo tempo. Então, como recurso auxiliar, o escudeiro sugere que seu amo lhe dê os conselhos por escrito, para que algum assessor possa lê-los para ele quando necessário. Aproveitando o dito por Sancho, dom Quixote fala do mal que representa ao governante o fato de não saber ler.

A seguir, Sancho provoca a ira de dom Quixote, ao lhe disparar idéias recheadas por uma grande quantidade de refrões. Seu amo o adverte, dizendo que seus refrões um dia se reverterão contra ele e, nessa ocasião, não haverá nada que se possa fazer.

Sancho se defende e, apesar de humilde, mostra-se disposto a defender seu governo e seu amo, independentemente das situações que tiver de enfrentar para consegui-lo.

“Que nadie se tome con su gobernador ni con el que le manda, porque saldrá lastimado, como el que pone el dedo entre dos muelas cordales, y aunque no sean cordales, como sean muelas, no importa; y a lo que dijere el gobernador no hay que replicar, como al 'salíos de mi casa y qué queréis con mi mujer'. Pues lo de la piedra en el cántaro un ciego lo verá. (...)”<sup>144</sup>

As sucessivas réplicas de Sancho seguem irritando dom Quixote, que chega a ameaçá-lo, dizendo que tem vontade de contar ao Duque que ele, Sancho, não reúne condições para governar o que quer que seja.

Sancho novamente não se intimida. Relembra a dom Quixote que foi ele quem colocou em sua cabeça a idéia de ser governador, e diz que, caso isto não seja viável, ou possa

---

<sup>144</sup> CERVANTES SAAVEDRA. *Don Quijote de la Mancha*. Madrid: Cátedra, 1997. v. II, cap. XLIII, p. 347.



trazer-lhe algum prejuízo, prefere permanecer onde e como está, e diz a dom Quixote que “si se imagina que por ser governador me ha de llevar el diablo, mas quiero ir Sancho al cielo que governador al infierno”.<sup>145</sup>

As palavras de Sancho relatadas acima demonstram o temor a Deus e coincidem com o primeiro conselho dado a ele por dom Quixote no capítulo anterior. Tal fato, somado à percepção de que Sancho não quer exercer seu governo a qualquer preço, faz com que dom Quixote reconsidere suas idéias a respeito de seu escudeiro, pois percebe que Sancho possui uma bondade natural, que se reflete num caráter virtuoso, o qual o favorecerá no exercício de qualquer governo.

Dessa forma, dissipando-se todas as dúvidas e fortalecendo-se a união entre amo e escudeiro, chega ao fim o capítulo XLIII.

O capítulo LI refere-se ao governo de Sancho Pança e à forma como este vinha aplicando os conselhos recebidos de seu amo.

O narrador nos relata em detalhes as proações a que Sancho vinha se submetendo no governo e nos mostra, também, a grande competência demonstrada por ele no governo da ilha, o que surpreende os Duques, os quais lhe haviam preparado diversas armações.

Apesar de não possuir um repertório erudito, Sancho se revela um homem de extrema responsabilidade e bom senso, resolvendo questões intrincadas por meio da utilização da astúcia e perspicácia.

Apesar de estar separado fisicamente de dom Quixote, a relação de cumplicidade e amizade entre os dois continua a existir.

O grande destaque desse capítulo é a correspondência trocada entre amo e escudeiro. Quem primeiro escreve é dom Quixote, que revela a Sancho estar surpreso diante das boas notícias que havia tido sobre seu governo.

Como amo e escudeiro haviam combinado, ao saber notícias sobre o governo do escudeiro, dom Quixote volta a aconselhá-lo, repassando alguns dos conselhos dados anteriormente, com o objetivo de que seu escudeiro siga o caminho da virtude, independentemente de seu cargo ou do estado em que se encontre.

Nesse capítulo, dom Quixote menciona também a intenção de deixar em breve o palácio ducal, pois se sente cansado e aborrecido com a vida ociosa que vem levando.

---

<sup>145</sup> Ibidem, p. 348.

Sancho Pança responde a dom Quixote, dizendo-se muito ocupado com as questões relativas ao governo. Também noticia os problemas que vem enfrentando, inclusive o fato de ter sabido pelos Duques que alguém estaria interessado em matá-lo. Apesar disso, nada o intimida a prosseguir com suas ações de governador. Sancho, apesar de absorto em seus problemas, mantém-se muito bem-humorado, dando mostras de que tem firmeza e calma suficientes para comandar seu governo. Na carta que envia a dom Quixote, o escudeiro aproveita a ocasião para realizar uma espécie de prestação de contas a dom Quixote, em relação à utilização dos conselhos que seu amo lhe havia dado.

O capítulo termina com a intervenção do narrador, relatando-nos dois fatos importantes. O primeiro é que os burladores de Sancho haviam se reunido para encontrar uma forma de colocar fim ao seu governo. O segundo refere-se às últimas providências tomadas por Sancho na condição de governador, as quais, de tão boas e pertinentes, teriam passado à História, reunidas sob a forma de constituição, chamada *Las constituciones del gran gobernador Sancho Panza*.

## **6.2 – Personagens.**

Por meio do apanhado geral realizado dos três capítulos que serão objeto de nosso estudo, sabemos quais personagens atuam na narrativa. Realizamos a seguir breves considerações sobre dom Quixote e Sancho, os quais protagonizam os capítulos em questão, e também sobre os Duques, os quais são os grandes responsáveis pelas armações propostas a amo e escudeiro. Tais considerações têm o objetivo de traçar um breve histórico dos personagens ao longo da obra, o que nos fornecerá subsídios para que verifiquemos suas atuações nos capítulos que são objetos de análise.

### **6.2.1 - Dom Quixote.**

O primeiro capítulo do *Quixote* trata da caracterização de Alonso Quijano e de sua transformação em dom Quixote, explicando os motivos pelos quais elas se deram.

Alonso Quijano era um fidalgo que tinha em torno de 50 anos, cuja ocupação se limitava aos cuidados com sua fazenda. O tipo comum representado por ele adquire algo

especial quando o narrador nos expõe seu passatempo favorito: a leitura de livros de cavalaria. Com o tempo, o que era passatempo se transformou em uma obsessão, consumindo quase todo o tempo do fidalgo, fazendo com que ele deixasse de exercitar atividades compatíveis com sua condição, como a caça e a própria administração de sua fazenda. Como nos relata o narrador:

“Es pues de saber que este sobredicho hidalgo, los ratos que estaba ocioso (que eran los más del año), se daba a leer libros de caballerías con tanta afición y gusto, que olvidó casi de todo punto el ejercicio de la caza, y aun la administración de su hacienda; y llegó a tanto su curiosidad y desatino en esto, que vendió muchas hanegas de tierra de sembradura para comprar libros de caballerías en que leer, y así llevó a su casa todos cuanto pudo haber dellos; y de todos, ningunos le parecían tan bien como los que compuso el famoso Feliciano de Silva, porque la claridad de su prosa y aquellas intrincadas razones suyas le parecían de perlas, y más cuando llegaba a leer aquellos requiebros y cartas de desafíos, donde en muchas partes hallaba escrito: *La razón de la sinrazón que a mi razón se hace, de tal manera mi razón enflaquece, que con razón me quejo de la vuestra fermosura (...).*” *Don Quijote de la Mancha*, v. I, I, p. 98.).

O relato do fragmento anterior nos dá a dimensão da obsessão de Alonso Quijano. O que era gosto se tornou um desatino, que o fez abrir mão de seus próprios bens para satisfazer seu gosto pela leitura.

Aos poucos, sua vida foi se resumindo ao universo das novelas de cavalaria, com as quais buscava uma forma de interação.

Consumido pela leitura de tais livros, ingressou no universo da ficção, não mais a discernindo da realidade:

“En resolución, él se enfrascó tanto en su letura, que se le pasaban las noches leyendo de claro en claro, y los días de turbio en turbio; y así, del poco dormir y del mucho leer se le secó el cerebro de manera que vino a perder el juicio. Llenósele la fantasía de todo aquello que leía en los libros, así de encantamientos como de pendencias, batallas, desafíos, heridas, requiebros, amores, tormentas y disparates imposibles; y asentósele de tal modo en la imaginación que era verdad toda aquella máquina de aquellas sonadas soñadas invenciones que leía, que para él no había otra historia más cierta en el mundo.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. I, I, p.100.)

Com o juízo já completamente alterado, decide tornar-se cavaleiro andante.

“En efecto rematado ya su juicio vino a dar en el más extraño pensamiento que jamás dio loco en el mundo, y fue que le pareció conveniente y necesario, así para el aumento de su honra, como para el servicio de su república, hacerse caballero andante, e irse por todo el mundo con sus armas y caballo a buscar las aventuras y a ejercitarse en todo aquello que él había leído que los caballeros andantes se ejercitaban, deshaciendo todo género de agrario, y poniéndose en ocasiones y peligros dónde, acabándolos, cobrase eterno nombre y fama.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. I, I, p.101.)

O tornar-se cavaleiro andante requeria também aparelhar-se, vestir-se e portar-se tal como os cavaleiros das novelas de cavalaria. Assim, as armas dos bisavós tornaram-se suas, e seu velho e fraco cavalo tornou-se forte às suas vistas, recebendo o pomposo nome de Rocinante. Por fim, faltava seu próprio nome, o qual o conduziria à imortalidade. Depois de muito pensar, e imitando a Amadís, o qual acrescentou a seu nome o nome de seu reino, decidiu chamar-se dom Quixote de la Mancha. Nesse momento, faltava-lhe apenas uma dama, a quem dedicar os feitos nas honrosas batalhas realizadas. Esse lugar foi ocupado por Aldonza Lorenzo, uma aldeã transformada aos olhos de dom Quixote em uma princesa, que receberia o nome de Dulcinéia del Toboso.

Dessa forma nasce dom Quixote, o qual levará aos campos da Mancha um grande repertório de conhecimentos a serem colocados a serviço dos necessitados.

Acompanhado de seu vizinho transformado em seu escudeiro, dom Quixote lança-se pelos campos em busca de aventuras que lhes permitam exercitar o conhecimento de que dispõem e os valores que prezam. Tais valores aparecem bastante explícitos no Discurso da Idade de Ouro, proferido por dom Quixote no capítulo XI da primeira parte da obra.

A relação entre dom Quixote e a realidade passa por momentos distintos dentro da obra. Um deles se dá quando dom Quixote é protagonista absoluto de suas aventuras e distorce, ele mesmo, a realidade que o cerca. Nesses momentos, o cavaleiro tem uma postura muito mais ativa diante das situações, buscando ele mesmo as aventuras em que iria atuar. Outro momento se dá quando a distorção da realidade ocorre pela atuação de outros personagens. Um momento que representa essa situação é o episódio dos Duques, no qual a

transformação da realidade estará a cargo daqueles nobres, os quais proporão algumas aventuras a amo e escudeiro.

O fato de transformar a própria realidade ou de esta ser transformada por terceiros pode alterar o comportamento de dom Quixote, mas não altera a sua essência, composta pelos ideais cavaleirescos, os quais deseja impor e propagar. Dom Quixote é um personagem muito complexo, capaz de misturar os mais disparatados feitos, com uma inteligência e, às vezes, lucidez foras do comum. O cavaleiro é um homem bom, íntegro e honesto e se move sempre em função de altos ideais.

Porém, independentemente da integridade de seu caráter ou de suas boas intenções, as atuações de dom Quixote ao longo dos episódios geram o riso naqueles que a elas assistem ou que delas participam, pois sua forma de atuar está totalmente vinculada a valores pretéritos, os quais não tinham mais lugar no século XVII da forma que pretendia dom Quixote. O cavaleiro, apesar de cultuar e propagar valores importantes e universais, carece de sensibilidade histórica, o que o faz querer agir como se estivesse num tempo diferente daquele em que realmente está.

São muitas as aventuras vividas pela dupla formada por cavaleiro e escudeiro. Porém, a distorção temporal presente em dom Quixote aliada à sua figura às vezes patética faz com que suas aventuras raramente tenham um final feliz, para seu desespero, e para desespero de seu fiel escudeiro, Sancho Pança.

Ao longo de todas as aventuras, independentemente do resultado alcançado, dom Quixote segue firme em seus propósitos, convencendo-se de que, a cada dia, ganhava ainda mais destaque como cavaleiro andante.

É nessa condição que dom Quixote e Sancho chegam ao Palácio dos Duques, após mais uma de suas aventuras malsucedidas: a do barco encantado.

### **6.2.2 Sancho Pança.**

O fiel escudeiro de dom Quixote aparece na história no capítulo VII da primeira parte, quando o cavaleiro o convida para ser seu escudeiro:

“En este tiempo solicitó don Quijote a un labrador vecino suyo, hombre de bien (si es que ese título se puede dar al que es pobre), pero de

muy poca sal en la molera. En resolución, tanto le dijo, tanto le persuadió y prometió, que el pobre villano se determinó de salirse con él y servirle de escudero. Decíale, entre otras cosas, don Quijote que se dispusiese a ir con él de buena gana, porque tal vez le podía suceder aventura que ganase, en quítame allá esas pajas, alguna ínsula, y le dejase a él por gobernador della. Con estas promesas y otras tales, Sancho Panza, que aquí se llamaba el labrador, dejó su mujer e hijos y asentó por escudero de su vecino.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. I, VII, p.142.)

Os argumentos apresentados por dom Quixote foram suficientes para convencer Sancho, o qual atendeu quase que prontamente ao convite realizado por dom Quixote.

De acordo com o narrador, Sancho possuía “poca sal en la molera”. É possível que assim o consideremos inicialmente, pois, se demonstrasse juízo perfeito, provavelmente não aceitaria uma proposta nos moldes da realizada por dom Quixote. Mas, por outro lado, a atitude de Sancho revela, além da busca de uma perspectiva de progresso, uma atitude que é capaz de interromper sua vida monótona. Mesmo que Sancho tenha aceitado acompanhar dom Quixote movido somente pela ambição, o fato concreto é que ele parecia ter pouco a perder em decorrência de acompanhar o cavaleiro.

Nesse momento inicial, Sancho se apresenta ingênuo e ousado ao mesmo tempo. Ingênuo por parecer acreditar no que lhe havia dito dom Quixote; ousado por deixar mulher e filhos em busca de algo que ele não tinha a mínima idéia do que seria.

Sobre a vida de escudeiro, Sancho nada sabia; foi com dom Quixote que começou a aprender e apropriar-se de sua nova função.

A aprendizagem é uma das marcas de Sancho ao longo do *Quixote*. Desde o início, ele deixa claro, por meio de suas atitudes, que não corresponderá à imagem do escudeiro tal como seu amo a conhecia dos livros de cavalaria. Em vez de se comportar de forma submissa, tal como seria adequado e conveniente a um escudeiro, Sancho tenta interferir todo o tempo nas ações de seu amo. Isso deixa dom Quixote muito irritado, mas sua irritação não é suficiente para intimidar seu escudeiro e diminuir as interferências realizadas por este.

Ao longo do tempo e diante, tanto das idéias disparatadas de seu amo quanto do conjunto de aventuras malsucedidas, Sancho se dá conta de que não conseguirá obter benefícios materiais nessa sua empreitada. Apesar disso, o escudeiro se mantém totalmente

fiel a seu amo, pois entre eles já havia se estabelecido uma relação de amizade e cumplicidade, que suplantava a relação hierárquica inicial estabelecida entre amo e escudeiro.

O romper com a hierarquia também foi uma marca de Sancho ao longo de sua trajetória. Ele se beneficiou do fato de ter aprendido como lidar com dom Quixote para, às vezes, acomodar a situação ao que lhe parecia mais conveniente. No capítulo XX da primeira parte, por exemplo, Sancho chega a subverter a hierarquia e, revelando discernimento e astúcia, consegue comandar, ele mesmo, a situação em que os dois estavam envolvidos.

Porém, apesar de astuto em alguns momentos e de ter aprendido muito com dom Quixote, o escudeiro não sofreu transformações em sua essência. Muito embora tenha partilhado de toda a erudição demonstrada por seu amo, o escudeiro não se apropriou da cultura erudita demonstrada por ele e continuou expressando-se de acordo com sua sabedoria popular, demonstrada, entre outras coisas, pelo grande número de refrões que utiliza para se posicionar diante das mais diversas situações.

Sancho parece conhecer e ter condições de aprender os códigos sociais valorizados por seu amo, mas a cavalaria andante, que para dom Quixote é uma realidade, para Sancho não passa de uma abstração. Sancho, por representar o realismo e estar voltado à praticidade da vida, parece não ver razões para atuar de maneira diferente da que tem por hábito e considera correta. Ele, talvez por sua própria condição social, está vinculado ao lado concreto da vida e não demonstra ter grandes sonhos ou grandes ambições intelectuais.

No capítulo XI da primeira parte, Sancho demonstra conhecer algumas práticas sociais. Quando dom Quixote pede para que Sancho se sente a seu lado e partilhe uma refeição, este responde:

“¡Gran merced! – dijo Sancho –; pero sé decir a vuestra merced que como yo tuviese bien de comer, tan bien y mejor me lo comería en pie y a mis solas como sentado a par de un emperador. Y aún, si va a decir verdad, mucho mejor me sabe lo que como en mi rincón sin melindres ni respetos, aunque sea pan y cebolla, que los gallipavos de otras mesas donde me sea forzoso mascar despacio, beber poco, limpiarme a menudo, no estornudar ni toser si me viene gana, ni hacer otras cosas que la soledad y la libertad traen consigo. Así que, señor mío, estas honras que vuestra merced quiere darme por ser ministro y adherente de la caballería andante, como lo soy siendo escudero de vuestra merced, conviértalas en otras cosas que me sean de más cómodo y provecho; que éstas (aunque las doy por bien recibidas), las

renuncio para desde aquí al fin del mundo.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. I, XI, p. 169.)

Esse trecho mostra que Sancho conhece algumas práticas sociais diferentes da sua. Porém, não as pratica, em virtude de elas não fazerem sentido para ele.

Em outros momentos Sancho também surpreende pela discrição, como no capítulo V da segunda parte, conforme relatam as palavras do narrador:

“Llegando a escribir el traductor desta historia este quinto capítulo, dice le tiene por apócrifo, porque en él habla Sancho Panza con otro estilo del que se podía prometer de su corto ingenio, y dice cosas tan sutiles, que no tiene por posible que él las supiese; pero que no quiso dejar de traducirlo, por cumplir con lo que a su oficio debía, y así, prosiguió diciendo (...)” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, V, p. 60.)

Apesar do exposto acima e da longa convivência e aprendizagem que realizou junto com seu amo, Sancho faz questão de não renunciar a seus valores essenciais e práticas populares e, nessa condição, sempre acompanhando de dom Quixote, chega ao palácio dos Duques, no qual, mais uma vez, não se deixará intimidar pelas práticas sociais ali presentes, reiterará sua condição de lavrador e se mostrará prudente e discreto como não se poderia imaginar que fosse capaz.

### 6.2.3 – Duques.

Diferentemente de dom Quixote e Sancho Pança, os Duques aparecem somente na segunda parte da obra, entre os capítulos XXX e LVII.

O capítulo XXX começa com dom Quixote e Sancho andando tristes num bosque e constrangidos em virtude da fracassada aventura que tinham acabado de viver. Nessa ocasião, dom Quixote encontrava-se imerso em seus pensamentos e Sancho procurava uma maneira de voltar à sua casa, cansado de suas desventuras e decepções.

Todavia, conforme nos relata o narrador, por interferência da fortuna, tudo saiu diferente daquilo que imaginavam. Ao sair de uma selva, avistaram uma bela caçadora. Olhando-a com atenção, pela forma como estava vestida, dom Quixote percebeu tratar-se de alguém importante.



Sancho se apresenta à formosa dama – que na verdade era uma duquesa – e, junto com seu amo, foi convidado a ir ao palácio ducal, que se encontrava nas imediações.

Para dom Quixote e Sancho, Duque e Duquesa eram desconhecidos até aquele momento, mas, para surpresa de cavaleiro e escudeiro, a Duquesa declara conhecê-los e admirá-los, devido a seus heróicos feitos. Sem que amo e escudeiro percebessem, a atitude de reconhecimento demonstrada pela Duquesa representava o início de uma grande farsa que ambos estavam prestes a começar a viver.

Sancho dirige-se à Duquesa e a cumprimenta. Após o cumprimento do escudeiro, realizado como convém diante de uma nobre dama, a Duquesa lhe diz:

“— Por cierto, buen escudero – respondió la señora – [referindo-se ao cumprimento de Sancho], vos habéis dado la embajada vuestra con todas aquellas circunstancias que las tales embajadas piden. Levantaos del suelo, que escudero de tan gran caballero como es el de la Triste Figura, de quien ya tenemos acá mucha noticia, no es justo que esté de hinojos; levantaos, amigo, y decid a vuestro señor que venga mucho en hora buena a servise de mí y del duque mi marido, en una casa de placer que aquí tenemos.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XXX, p. 253.)

Sancho fica admirado pela forma como foi recebido pela duquesa e surpreende-se ainda mais quando a Duquesa declara conhecê-los, o que era claro sinal de que, tal como desejava dom Quixote, sua fama já atravessava os campos, garantindo-lhes reconhecimento e imortalidade, tal como ocorria aos grandes cavaleiros andantes nos quais se espelhava dom Quixote.

Os Duques eram, na verdade, leitores da primeira parte do Quixote e conheciam as disparatadas aventuras da dupla.

A entrada de amo e escudeiro no palácio marca o primeiro e talvez único momento em que dom Quixote é tratado como verdadeiro cavaleiro, o que o induz a pensar que realmente tem alcançado seus objetivos como cavaleiro andante.

A chegada de ambos ao palácio marca o início da grande farsa referida anteriormente, na qual o Duque, a Duquesa e toda a criadagem estarão envolvidos e ocupados em criar falsas situações para a dupla, com o único objetivo de se divertirem às custas de ambos. Dessa forma, o que parecia ser uma boa recepção e reconhecimento pela grandeza dos serviços

prestados ao mundo é, na verdade, uma grande armadilha que procurará, entre outras coisas, desestabilizar a dupla, fazendo com que eles atuem de forma isolada um do outro.

Apesar de os Duques serem os grandes responsáveis pelo que ocorre a dom Quixote e Sancho durante sua permanência no palácio, concentraremos a análise dos capítulos XLII, XLIII e LI nos personagens dom Quixote e Sancho, pelo fato de os Duques terem uma atuação efetiva mais modesta dentro desses capítulos.

### **6.3 – Os conselhos de dom Quixote a Sancho Pança.**

Os capítulos XLII, XLIII e LI pertencem ao episódio dos Duques, conforme já referido anteriormente.

A forma e o conteúdo do discurso de dom Quixote são elaborados de uma maneira que nos remetem às práticas retóricas. Sem pretender uma análise puramente retórica dos capítulos em questão, tecemos a seguir um breve comentário relativo ao assunto e ao conteúdo do discurso de dom Quixote a Sancho e também sobre alguns aspectos relativos à invenção, disposição e elocução presentes nesse discurso.

Como sabemos, uma das características do discurso é gerar a persuasão no ouvinte. Assim, o discurso de dom Quixote proferido em forma de conselhos a Sancho tem o objetivo de persuadi-lo para que este atue adequadamente no governo da ilha.

O assunto do discurso de dom Quixote é prática honesta do governante – no caso, Sancho – quando este estiver no poder.

Imediatamente após a definição do assunto, o orador deve estabelecer os conteúdos do discurso. No caso de dom Quixote, cada conselho representa um elemento originado a partir da definição do assunto. Assim, cada uma das práticas relativas tanto ao corpo quanto ao espírito representa o conteúdo do discurso de dom Quixote a seu escudeiro.

Definidos assunto e conteúdo, passamos às fases elaborativas do discurso, durante as quais este efetivamente ganha forma. A primeira delas é a invenção, que seleciona, em um repertório preestabelecido de conceitos e idéias, os argumentos que são pertinentes ao discurso que se pretende elaborar. No caso de dom Quixote, serve-lhe de argumentos o conteúdo de todo o repertório que havia adquirido ao longo da vida, o que inclui o

conhecimento sobre os valores e ideais adquiridos durante as muitas leituras realizadas dos livros de cavalaria.

A fase a seguir, a disposição, corresponde à ordenação dos argumentos encontrados durante a invenção. Como referido anteriormente, no século XVI o discurso perfeito, de acordo com os parâmetros retóricos, era o composto por princípio, meio e fim, que estabelecem uma relação progressiva entre si. O discurso de dom Quixote a Sancho atende a esse princípio. Dom Quixote estrutura seu discurso considerando primeiro os elementos mais importantes para Sancho no governo, que eram os conselhos relativos ao adorno da alma. Em seguida, o cavaleiro fala dos conselhos referentes ao adorno do corpo, estabelecendo uma relação hierárquica e de complementaridade entre eles.

A próxima fase do discurso é a elocução. Sobre isso, retomando o que dissemos anteriormente, o verdadeiro estudo elocutivo deve começar pelo estudo das formas de estilo (alto, médio ou baixo) e dos elementos constituintes correspondentes a cada uma delas. Essa relação entre estilo e elementos constituintes do discurso nos remete ao *decoro*, ou seja, à adequação do estilo ao assunto. No que se refere a esse aspecto, não só nos capítulos objetos de nossa análise, mas também no *Quixote* de maneira geral, aparece a subversão do conceito de decoro, pois os discursos e as atuações dos personagens não condizem com sua condição. Assim, temos o louco que fala como se não o fosse e o lavrador iletrado que apresenta momentos de discrição. A elocução apresenta ainda vários outros elementos, os quais não serão considerados em nossa análise numa perspectiva retórica.

Os capítulos XLII, XLIII e LI, ao mesmo tempo em que nos remetem a considerações retóricas, também nos levam ao conteúdo de todo o dito anteriormente sobre códigos de comportamento social, prudência e discrição, todos eles originados também de acordo com as premissas retóricas de suas épocas.

Iniciemos esses comentários pela figura do narrador, que é pouco participante dos episódios em questão, porém nos fornece importantes informações sobre o contexto em que se encontram dom Quixote e Sancho Pança e acrescenta, às vezes, alguns comentários que situam o leitor em relação ao comportamento de amo e escudeiro.

No capítulo XLII, por exemplo, o narrador cumpre a função de descortinar ao leitor o que existe por detrás das atitudes dos Duques, os quais seguem preparando suas armações para dom Quixote e Sancho, durante a estada destes em seu palácio. É o narrador quem nos

revela em detalhes as atitudes inclementes dos Duques em relação ao cavaleiro e seu escudeiro. No início do capítulo, diz:

“Con el felice y gracioso suceso de la aventura de la Dolorida quedaron tan contentos los duques, que determinaron pasar con las burlas adelante, viendo el acomodado sujeto que tenían para que se tuviesen por veras; y así, habiendo dado la traza y órdenes que sus criados y sus vasallos habían de guardar con Sancho en el gobierno de la ínsula prometida, otro día, que sucedió al vuelo de Clavileño, dijo a Sancho que se adeliñase y compusiese para ir a ser gobernador, ya que sus insulanos le estaban esperando como el agua de mayo.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 338.)

No capítulo XLIII, o narrador tece comentários importantes acerca da figura de dom Quixote. Ao se surpreender com o nível de erudição, lucidez e prudência demonstrado por dom Quixote no capítulo anterior, ele nos diz:

“¿Quién oyera el pasado razonamiento de don Quijote no le tuviera por persona muy cuerda y mejor intencionada? Pero, como muchas veces el en progreso desta grande historia queda dicho, solamente disparaba en tocándole en la caballería, y en los demás discursos mostraba tener claro y desenfadado entendimiento, de manera que a cada paso desacreditaban sus obras su juicio, y su juicio sus obras; pero en éstas destos segundos documentos que dio a Sancho, mostró tener gran donaire, y puso su discreción y su locura en levantado punto.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 343.)

Os comentários do narrador expostos no fragmento anterior mostram a ambigüidade demonstrada por dom Quixote, o qual consegue a façanha de ser louco e ajuizado quase ao mesmo tempo. Ao comentar que o juízo de dom Quixote “solamente disparaba en tocándole la caballería”, o narrador relativiza a loucura do cavaleiro, separando, aos olhos do leitor, os momentos em que se poderia ou não crer nas considerações realizadas pelo cavaleiro. Por outro lado, o mesmo fragmento pode ser lido como uma ironia, realizada de forma sutil pelo narrador, pois é fato que dom Quixote só perdia o juízo em situações relativas à cavalaria, mas é fato também que essas situações ocupam grande parte da narrativa. Ou seja, considerando os dois elementos, podemos deduzir que dom Quixote era mais louco que ajuizado.

Independentemente da oscilação do narrador em relação ao tratamento conferido a dom Quixote, é incontestável que, nos episódios que fazem parte dessa análise, sua postura é de admiração e reconhecimento diante das atitudes do cavaleiro. Os relatos do narrador não se limitam apenas à expressão de suas idéias, mas também expressam a admiração de outros personagens em relação à conduta de dom Quixote. No capítulo LI, por exemplo, quando o secretário de Sancho termina a leitura da carta enviada a este por dom Quixote, o narrador nos relata o reconhecimento do caráter discreto do cavaleiro, expresso por meio das palavras endereçadas a Sancho Pança:

“Oyó Sancho la carta con mucha atención, y fue celebrada y tenida por discreta de todos que la oyeron (...)” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, LI, p. 414.).

O relato do narrador em relação ao reconhecimento da discrição de dom Quixote por todos os que ouviram a leitura da carta demonstra que o conceito de discrição era de domínio comum, o que permitiu sua fácil identificação por todos.

Em relação a Sancho Pança, o narrador faz uma única referência, ao final do capítulo LI, quando reconhece a validade e pertinência das atitudes do escudeiro durante seu governo. De certa forma, a expressão do narrador redime e enaltece o escudeiro, o qual se pensava ser incapaz de governar o que quer que fosse. O narrador conclui o capítulo dizendo:

“en resolución, él ordeno cosas tan buenas, que hasta hoy se guardan en aquel lugar, y se nombran ‘las constituciones del gran gobernador Sancho Panza’.

(*Don Quijote de la Mancha*, v. II, LI, p. 416.)

O narrador parece não reconhecer Sancho como um discreto, pois não faz nenhuma referência que nos induza a tal reconhecimento, diferentemente do tratamento que havia dispensado a dom Quixote. No entanto, reconhece as boas atitudes e as qualidades morais demonstradas pelo escudeiro-governador, as quais, se não lhe garantem a discrição, garantem seu reconhecimento como homem de caráter firme e íntegro.

### 6.3.1 – A atuação de dom Quixote como conselheiro.

Ao longo do episódio dos Duques, dom Quixote é atingido por várias armações preparadas pelo Duque e pela Duquesa. Em alguns momentos, chega a desconfiar das coisas que lhe acontecem, porém, acaba atribuindo tudo aos encantadores que o perseguem.

Dom Quixote chega ao palácio dos Duques conhecendo os códigos de conduta que faziam parte daquele ambiente, pois, em alguns aspectos, os códigos da cavalaria se assemelhavam aos do cortesão, estes últimos exercidos no palácio ducal. Ainda assim, deixa-se apreender pelas armações preparadas pelos Duques. O governo de Sancho Pança representa mais uma dessas armações, também não percebidas nem por dom Quixote nem por seu escudeiro.

Do governo de Sancho Pança, para efeito de análise, três capítulos serão considerados: XLII, XLIII e LI.

O capítulo XLII trata dos conselhos relativos ao adorno da alma e o XLIII, dos relativos ao adorno do corpo. Essa ordem nos faz supor a existência de certa hierarquia entre eles, pois esses, por si só, podem garantir um bom governo, o que não ocorreria caso Sancho só dominasse as questões relativas ao adorno do corpo. Ao optar por fornecer, em primeiro lugar, a seu escudeiro, os conselhos relativos ao adorno da alma, dom Quixote tenta garantir os valores essenciais para o governo de Sancho. Porém, vale lembrar que a união dos elementos de um e outro grupo resultará na caracterização do discreto, um tipo social erudito, um varão perfeito que sabe atuar socialmente e transitar livremente pelo universo social em que está inserido.

No capítulo XLII, dom Quixote aparece em cena quando o Duque notifica a Sancho que este assumirá o tão esperado governo da ilha prometida por dom Quixote no começo de suas aventuras. Ao notar o que está acontecendo, sente que tem de agir, preparando seu escudeiro para que este possa realizar um bom governo e, dessa forma, garantir não só seus próprios méritos na condição de governador, mas enaltecer ainda mais o nome e a fama de seu amo.

Para abordar o conceito de discrição relativo ao personagem dom Quixote, retomamos brevemente as considerações do narrador, o qual nos relata que o cavaleiro só era louco no tocante à cavalaria. Essa ressalva faz-se necessária porque o conceito de discrição é

incompatível com a loucura. A razão, conforme atesta Gracián, é o eixo central que guia as ações do indivíduo discreto.

Um dos principais elementos vinculados à idéia de discrição é o conceito de prudência. A prudência, espécie de eixo central que coordena as outras virtudes, também pode atuar juntamente com a discrição. O discreto só poder atuar como tal se, antes de tudo, for prudente.

Conforme já relatado, a prudência é uma disposição prática que proporciona ao homem a capacidade de julgar com discernimento, o que lhe permite verificar a melhor maneira de atuar dentro das situações em que se encontra.

No momento em que vai aconselhar Sancho, dom Quixote está em pleno uso de suas habilidades mentais e tem uma atuação que nada deixa a dever aos mais prudentes e discretos indivíduos. Nesse momento, por meio de seu bom gênio e do vigor de seu entendimento, consegue interpretar e avaliar a situação em torno do iminente início do governo de Sancho Pança.

As reflexões que conduzem a ações prudentes e discretas trazem consigo aspectos relativos ao passado, presente e futuro. O passado contribui nesse processo como fonte de conhecimento e de experiência de onde resgata os requisitos básicos que nortearão a prática de ações prudentes e discretas no presente. Este, por sua vez, faz parte da avaliação que conduz a uma ação prudente por fornecer o contexto em que tal ação deve interferir. É a realidade presente que provoca a necessidade de determinada ação prudente e discreta. Estas, praticadas no presente, terão reflexos no futuro, os quais também devem ser considerados no momento da definição de uma forma de agir.

No caso de dom Quixote, a interpretação da situação em que Sancho estava e também a que ia enfrentar resultou na necessidade de aconselhá-lo. O cavaleiro sabia das limitações de seu escudeiro. Assim, o aconselhamento que lhe faz tem uma dupla função. A primeira é a de ir em socorro de seu escudeiro por um sentimento de proteção que nutria em relação a ele. Por sua atitude, impediu que o escudeiro fosse lançado às cegas a uma aventura para a qual não se supunha que estivesse preparado. A segunda é que, caso Sancho se saísse mal no governo, a má fama obtida pelo escudeiro também poderia respingar em seu amo, o que não era interessante, já que a honra e a apreciação obtidas diante dos demais eram valores muito caros ao cavaleiro. Por esse dois fatores, considerados de forma isolada ou em conjunto, é extremamente prudente que dom Quixote aconselhe Sancho, pois, ao contrário do escudeiro,

possui experiência, memória e entendimento suficientes para fazê-lo. A autoridade de dom Quixote para aconselhar seu escudeiro decorre do repertório de conhecimentos que acumulou ao longo dos anos e que acabaram qualificando-o para tal aconselhamento. Gracián também nos fala sobre essa autoridade, que é conferida ao indivíduo não só por uma inclinação natural, mas, sobretudo, “pela comprensión de las materias, o en la autoridad de los años”, exatamente como ocorre a dom Quixote. Os conselhos que dá dom Quixote a Sancho são legítimos representantes da prudência e discrição do cavaleiro aplicados a uma situação concreta. Pelo fato de sempre agir de acordo com a moral e com natural inclinação para o bem, os conceitos de prudência e discrição não se apresentam dissociados em dom Quixote, fazendo dele, nesse grupo de capítulos, quase um indivíduo perfeito, pois demonstrou ser capaz de unir os preceitos morais aos padrões e comportamentos e práticas sociais.

No capítulo XLII, ao saber que seu escudeiro iria assumir o governo da ilha, dom Quixote pede licença ao Duque e se retira a um local privado levando Sancho pela mão com o objetivo de aconselhá-lo. Apesar de impaciente, o escudeiro ouve o que seu amo tem a lhe dizer.

Nesse momento, a atitude de dom Quixote reflete o reconhecimento apropriado do melhor momento de agir dentro da situação. Dom Quixote teve uma ação pontual e acertada e, como dito anteriormente, prudente, a qual contribuiu para que Sancho conduzisse seu governo da melhor maneira possível.

Até esse momento, as atitudes de dom Quixote foram extremamente discretas, assim como discretos serão também os conselhos que dará ao seu escudeiro. Sobre isso, é importante esclarecer que cada conselho, ao ajudar na formação moral e social do indivíduo, contribuirá com uma parcela para que ele alcance a discrição, que, como já dissemos, constitui-se de uma junção de elementos que primeiro precisam existir separadamente para constituir um todo.

O governo de Sancho representa uma ação política dentro da obra. Assim, o aconselhamento fornecido por dom Quixote a seu escudeiro encontra um paralelo em outra forma discursiva. Na obra de Botero *Da razão de estado*, o autor aconselha os príncipes católicos sobre quais ações e atitudes são as melhores para manter a própria grandeza e conseguir o desenvolvimento e a manutenção do Estado, assim como o faz dom Quixote em relação a seu escudeiro.



Sancho, embora não seja um príncipe de verdade, está prestes a assumir um governo, que pensa ser verdadeiro e para o qual necessita ser aconselhado a fim de que possa exercer suas funções de acordo com princípios morais e éticos que, se atingidos, garantirão boa fama e reconhecimento para si próprio e para seu amo, para quem esses atributos são ainda mais fundamentais.

O primeiro conselho que o amo dá a seu escudeiro é temer a Deus, “porque en el temerle está la sabiduría, y siendo sabio no podrás errar en nada.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 340.)

O temor a Deus aparece ao longo *Da razão de estado*, de Botero, pelo fato de esta constituir-se em uma teoria de aconselhamento aos príncipes católicos, a qual subordina a política à religião. A moral expressa por Botero é a moral católica, cujos princípios colocam Deus e a Igreja acima de tudo.

O segundo conselho refere-se ao auto-conhecimento e, não sem razão, localiza-se logo no início dos conselhos dados por dom Quixote a Sancho. O cavaleiro diz a seu escudeiro que “del conocerte saldrá el no hincharte como la rana que quiso igualarse al buey”. (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 340.)

O auto-conhecimento é uma prática interior que, embora não apareça de maneira explícita nos tratados sobre comportamento social, representa um atributo indispensável a um governante, pois, quando este conhece a si próprio, tem condições de manter-se vigilante, evitando os perigos que poderão abalar sua moral e colocar em risco seu governo. O auto-conhecimento funciona como uma espécie de sustentação do caráter do indivíduo, dando-lhe a firmeza e a serenidade necessárias para enfrentar situações adversas atuando da maneira correta, de acordo com os princípios éticos e morais vigentes na sociedade a que ele pertence.

Nos conselhos de dom Quixote a Sancho, o autoconhecimento inclui a aceitação da origem social do escudeiro, ponto fundamental, segundo dom Quixote, para sua estabilidade no governo. Dom Quixote aconselha Sancho a não se deixar intimidar pelo fato de ser um lavrador:

“Haz gala, Sancho, de la humildad de tu linaje, y no te desprecies de decir que vienes de labradores; porque viendo que no te corres, ninguno se pondrá a correrte; y préciate más de ser humilde virtuoso que pecador soberbio.”

(*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 341.)

Nesse conselho, dom Quixote desvincula o exercício do poder da condição nobre do governante. Para o cavaleiro, o caráter virtuoso é mais importante que a linhagem do indivíduo, e um governante de linhagem humilde poderá ser tão excelente quanto o mais nobre dos príncipes. Segundo o que diz dom Quixote a Sancho,

“(…) se tomas por medio la virtud, y te precias de hacer hechos virtuosos, no hay para qué tener envidia a los que los tienen, príncipes y señores; porque la sangre se hereda, y la virtud se aquista, y la virtud vale por si sola lo que la sangre no vale”. (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 341.)

O conselho seguinte se refere a como Sancho deverá tratar sua mulher, filhos e parentes caso estes o visitem durante seu governo. Sobre isso, diz a Sancho:

“(…) que si acaso viniere a verte quando estés en tu ínsula alguno de tus parientes, no le deseches ni le afrentes; antes has de acoger, agasajar y regalar; que con esto satisfarás al cielo, que gusta que nadie se desprecie de lo que él hizo, y corresponderás a lo que debes a la naturaleza bien concertada.

Si trujeres a tu mujer contigo (porque no es bien que los que asisten a gobiernos de mucho tiempo estén sin las propias), ensénala, doctrínalas y desbástala de su natural rudeza, porque todo lo que suele adquirir un gobernador discreto suele perder y derramar una mujer rústica y tonta.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 341.)

Analisando esse conselho de dom Quixote, verificamos em primeiro lugar que o cavaleiro reitera a subalternidade da política à religião, pois o governante deve praticar ações que agradem a Deus. No mesmo conselho, a segunda recomendação que dá dom Quixote a seu escudeiro é a de que este equipare sua mulher à sua condição, não se permitindo correr o risco de que ela ponha algo a perder em função de uma indiscrição praticada devido à sua rude condição.

No conselho seguinte, dom Quixote diz a Sancho: “Nunca te guíes por la ley del encaje, que suele tener mucha cabida con los ignorantes que presumen de agudos.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 342.) Aplicar a *ley del encaje* significa resolver um problema de maneira arbitrária, aproveitando-se de uma situação de superioridade hierárquica para fazê-lo. Dom Quixote acrescenta que essa prática é própria de ignorantes que querem passar por agudos, o que representa uma prática totalmente condenável.

Os próximos conselhos se referem à prática e aplicação da justiça. De todos os conselhos que servem de adorno para a alma, esse é o grupo que recebe maior ênfase e destaque por parte de dom Quixote.

O cavaleiro começa a falar da justiça referindo-se ao pobre. Segundo dom Quixote, o pobre deve ser acolhido com compaixão, o que não significa que os ricos devam sofrer algum tipo de discriminação em função de sua condição. Ao contrário, o que nos diz o cavaleiro é que a justiça deve ser igual, sejam pobres ou ricos os indivíduos que dela dependam.

Também relacionado à idéia de justiça está a prática da equidade ou justa medida. Diz dom Quixote: “Cuando pudiere y debiere tener lugar la equidad, no cargues todo el rigor de la ley al delincuente; que no es mejor la fama del juez riguroso que la del compasivo.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 342.)

Outro aspecto vinculado à idéia de justiça se refere à isenção que deve possuir o governante quando tem diante de si um inimigo à espera de uma sentença:

“Cuando te sucediere juzgar algún pleito de algún tu enemigo, aparta las mientes de tu injuria y ponlos en la verdad del caso. No te ciegue la pasión propia en la causa ajena; que los yerros que en ella hicieres, las más veces serán sin remedio, y si le tuvieren, será a costa de tu crédito, y aun de tu hacienda.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 342.)

Dom Quixote também fala do tipo de pena que deve ser aplicada a um condenado.

“Al que has de castigar con obras no trates mal con palabras, pues le basta al desdichado la pena del suplicio, sin la añadidura de las malas razones.”

(*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 342.)

Este conselho complementa o primeiro conselho relacionado à idéia de justiça, pois considera a justa medida na aplicação da pena.

O cavaleiro completa seus conselhos sobre a aplicação da justiça, recomendando a Sancho que este tenha piedade e clemência em relação àqueles que estiverem sob sua jurisdição. Mais uma vez, o cavaleiro retoma os valores católicos em seu aconselhamento, reiterando a influência dos valores cristãos no exercício do poder.

Ao referir-se à razão de Estado, Botero também fez considerações sobre a justiça. De acordo com ele, tal virtude é capaz de garantir ao Príncipe amor e reputação, e ao Estado o estabelecimento da concórdia entre as pessoas. Segundo Botero, “a primeira maneira de fazer

bem aos súditos é conservar e assegurar a cada um o que é seu através da Justiça”.<sup>146</sup> E acrescenta que “não há qualidade mais própria dum rei do que fazer justiça”.<sup>147</sup> A necessidade dessa prática decorre da imperfeição humana, pois, quando as virtudes se tornam fracas a ponto de perturbar a ordem, é necessária a utilização de mecanismos capazes de restabelecer a paz e a tranqüilidade entre os homens, o que garantirá a estabilidade do Estado.

Porém, a correta aplicação da justiça considera alguns aspectos, tal como relatado por Botero e por dom Quixote nos seus conselhos a Sancho.

A primeira das considerações de Botero sobre a justiça está relacionada à idéia de justa medida, tal como o faz dom Quixote em relação a seu escudeiro. A justa medida significa a justa aplicação da sentença àquele que se vê submetido ao rigor da lei. Botero nos mostra que, na Antigüidade, os Reis eram os administradores da justiça, tal como o será Sancho Pança em seu governo na ilha Baratária. Porém, em alguns momentos da História, “os Reis com poderes ilimitados começaram a se comportar como absolutos e a abusar da sua autoridade”,<sup>148</sup> privando a prática da justiça da idéia de justa medida. Daí vemos que a prática da justiça exige moderação, um requisito indispensável àquele que tem a aplicação da justiça sob sua responsabilidade. É a justa medida na aplicação das sentenças que garantirá a satisfação da sociedade em relação à correção dos desvios praticados por seus cidadãos. A justiça, se aplicada da maneira correta, garante a tranqüilidade do povo e a conseqüente estabilidade do governo.

O mal uso ou a má aplicação da justiça é ruim não só para quem dela é objeto, mas também para o governante, o qual poderá enfrentar rebeliões em função de seus desmandos e injustiças. Segundo Botero, a justiça deve ser praticada em qualquer circunstância, independentemente de quem sejam os envolvidos: súdito e Príncipe ou súdito e súdito.

Ainda em relação à justiça, Botero faz considerações sobre a distribuição de cargos públicos e sobre a utilização dos recursos financeiros do Estado. Segundo ele, ambas as situações devem ser administradas com parcimônia e requerem do governante múltiplas habilidades, para que o resultado alcançado lhe garanta uma administração correta e idônea.

As múltiplas habilidades a que nos referimos anteriormente são pertinentes ao conceito de discrição. A atuação do governante é permeada de sutilezas, cujo domínio e

---

<sup>146</sup> BOTERO, João. *Da razão de estado*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. p. 18.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 19.

exercício contribuirão para formar um ser humano completo e apto a enfrentar múltiplos desafios.

Dom Quixote conclui os conceitos relativos ao adorno da alma certo de que forneceu os elementos essenciais para que seu escudeiro se saísse bem em seu governo. Nesse capítulo, os conselhos de dom Quixote a Sancho são marcados pela sutileza, astúcia e perspicácia, qualidades que fazem parte do conceito de discrição. Embora explícitos, os conselhos de dom Quixote só são aplicáveis mediante a avaliação de uma situação, a qual só pode ser realizada pelo indivíduo discreto. O exercício da discrição é algo sutil que traz consigo uma enorme gama de conceitos, às vezes, difíceis de objetivar. A discrição não pode ser ensinada em sua totalidade, pois a assimilação de suas premissas se dá no interior do indivíduo, tornando limitadas as interferências externas em relação à sua aquisição. Se tomarmos como exemplo a atuação discreta de Sancho em seu governo, a qual verificaremos mais adiante, poderemos notar que os conselhos de dom Quixote a seu escudeiro representam elementos que possivelmente forneceram subsídios que resultaram nas muitas atuações discretas do escudeiro durante sua experiência em Baratária.

Mas, como na sua completude o ser humano é composto de corpo e alma, e como dom Quixote já havia fornecido a Sancho os conselhos relativos ao adorno da alma, fornece também, no capítulo XLIII, os conselhos relativos ao adorno do corpo, com o objetivo de tornar seu escudeiro ainda mais completo. Na verdade, dom Quixote tenta fazer com que o exterior de Sancho reflita seu interior, um preceito dos tratados seiscentistas sobre comportamento social, como *O Cortesão*, por exemplo, o qual, entre outras coisas também pertinentes ao conceito de discrição, faz referência sobre as maneiras elementares a serem utilizadas no comportamento de corte: como vestir-se, portar-se à mesa, os cuidados que o indivíduo deverá ter consigo mesmo, etc.

Considerando os elementos mencionados anteriormente, dom Quixote dá a seu escudeiro os seguintes conselhos:

“(...) lo primero que te encargo es que seas limpio, y que te cortes las uñas, sin dejarlas crecer, como algunos hacen, a quien su ignorancia les ha dado a entender que las uñas largas les hermosean las manos, como si aquel escremento y añadidura que se dejan cortar fuese uña, siendo antes garras de cernícalo lagartijero: puerco y extraordinario abuso”. (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 343.)

O segundo conselho se refere à maneira de vestir:

“No andes, Sancho, desceñido y flojo; que el vestido descompuesto da indícios de ánimo desmazalado (...).” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 343.)

No conselho anterior, dom Quixote retoma uma idéia difundida por meio dos tratados de comportamento social a que fizemos referência anteriormente: o exterior como reflexo do interior.

O conselho relacionado à maneira de se vestir também se aplica aos criados do futuro governador e abarca muito mais do que o simples âmbito da vestimenta:

“Toma con discreción el pulso a lo que pudiere valer tu oficio, y si sufiere que des librea a tus criados, dásela honesta y provechosa más que vistosa y bizarra, y repártela entre tus criados y los pobres: quiero decir que si has de vestir seis pajes, viste tres y otros tres pobres, y así tendrás pajes para el cielo y para el suelo; y este nuevo modo de dar librea no la alcanzan los vanagloriosos.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 344.)

Librea é o nome do traje com o qual os reis, nobres e burgueses vestiam seus criados. Ao falar sobre a vestimenta dos empregados, dom Quixote deixa claro a intenção de manter o governador e todos que o cercam num ambiente em que a discrição seja o aspecto fundamental. Assim, a roupa deve ser apropriada sem ser demasiadamente vistosa.

Outro ponto importante desse conselho de dom Quixote é, mais uma vez, a existência do vínculo entre as práticas humanas e a religião. Em seu conselho, dom Quixote diz a Sancho que não se deve deixar passar uma única oportunidade de fazer caridade, considerada uma virtude que agrada a Deus.

O conselho seguinte é relativo à alimentação. Segundo dom Quixote, é importante escolher bem os alimentos que se come, para que o hálito não denuncie maus hábitos alimentares. Ainda sobre isso, ele aconselha seu escudeiro a comer pouco, beber com moderação e não *erutar*, sendo essa última uma prática constante e muito inadequada do escudeiro.

Em seguida, dom Quixote chama a atenção para a linguagem utilizada por Sancho:

“(...) no has de mezclar en tus pláticas la muchedumbre de refranes que sueles; que puesto que los refranes son sentencias breves, muchas veces los traes tan por los cabellos, que más parecen disparates que sentencias”. (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 344.)

Com a advertência que faz a Sancho, dom Quixote não quer dizer que só valoriza a linguagem erudita. Na verdade, o que pretende é refrear um pouco a utilização dos provérbios por Sancho, pois, segundo o cavaleiro, a utilização de um provérbio adequado à situação não é de todo ruim, mas o uso indiscriminado deles, tal como o realizado por Sancho, torna a conversa “desmayada y baja”, portanto, incompatível com um governador e um ideal de discrição.

No conselho seguinte, dom Quixote adverte Sancho sobre a forma de andar a cavalo:

“Cuando subieres a caballo, no vayas echando el cuerpo sobre el arzón postrero, ni lleves las piernas tiesas y tiradas y desviadas de la barriga del caballo, ni tampoco vayas flojo, que parezca que vas sobre el rucio; que el andar a caballo a unos hace caballeros; a otros caballerizos.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 345.)

No conselho relatado anteriormente, fica clara a distinção que dom Quixote pretende que seu escudeiro alcance. Ele quer que Sancho, como governador, seja um cavaleiro, e não alguém que suba ao cavalo somente para cuidá-lo. Ou seja, quer que Sancho atue de acordo com a sua condição de governador. Essa adequação também é pertinente ao ideal de discrição.

À exceção dos conselhos desse capítulo, o último conselho dado por dom Quixote a Sancho não se refere aos adornos do corpo. Nele, dom Quixote retoma as questões de governo e fala sobre os prejuízos que podem causar as disputas entre linhagens, ou pessoas de níveis sociais diferentes, as quais devem ser evitadas pelo governador, pois podem levar ao enfraquecimento de seu governo.

Terminado o aconselhamento, Sancho diz a dom Quixote que não se recordará dos conselhos e, como não sabe ler e escrever, pede a seu amo que lhe dê os conselhos por escrito, o que provoca uma reação em dom Quixote:

“— ¡Ah, pecador de mí – respondió don Quijote –, qué mal parece en los gobernadores el no saber leer ni escribir! Porque has de saber, ¡oh Sancho!, que no saber un hombre leer, o ser zurdo, arguye una de dos cosas: o que fue hijo de padres demasiado de humildes y bajos, o él tan travieso y malo, que no pudo entrar en él buen uso ni la buena doctrina. Gran falta es la que llevas contigo, y así, querría que aprendieses a firmar siquiera.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 346.)

O comentário de dom Quixote soa como uma crítica aos governantes que ascendem ao poder sem ter requisitos para tal, o que os faz permanecer na dependência de outros. A falta

de autonomia do governante gera riscos que podem comprometer a eficiência e eficácia do governo. Além disso, critica a falta de dois importantes elementos inerentes à condição do discreto: a cultura e a erudição.

Diante do comentário de dom Quixote sobre os problemas decorrentes do fato de o governante não saber ler, Sancho tece alguns comentários carregados de provérbios, o que muito incomoda seu amo. Em função disso, amo e escudeiro discutem: o cavaleiro amaldiçoa Sancho, pois lhe parece que suas palavras não cumpriram o objetivo de fazer com que ele mudasse suas atitudes antes de assumir o governo. Sancho não se deixa intimidar por dom Quixote, dizendo que sua maneira de ser e de se expressar não comprometerá suas ações no governo, pois “más sabe el necio en su casa que el cuerdo en la ajena”. Esse comentário de Sancho gera, mais uma vez, a intervenção de dom Quixote, que diz que “el necio en su casa ni en la ajena sabe nada, a causa que sobre el cimientto de la necedad no asienta ningún discreto edificio.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 347.)

Pelo comentário de dom Quixote, fica claro o vínculo existente entre o conhecimento, o autodomínio e a discrição. Esse elemento implica o estabelecimento de ações pensadas e calculadas com base não só na experiência, mas, sobretudo, num conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo da vida. É por isso que se diz que a discrição é uma prática própria da maturidade, conforme atesta Gracián e já referido anteriormente.

Antes de terminar sua conversa com Sancho, dom Quixote manifesta sua preocupação caso seu escudeiro não faça um bom governo:

“(...) que si mal gobernares, tuya será la culpa, y mía la vergüenza; mas consuélome que he hecho lo que debía en aconsejarte con las veras y con la discreción a mi posible; con esto salgo de mi obligación y de mi promesa (...).” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p.347.)

Essa citação, ao mesmo tempo que revela a percepção de dom Quixote de ter feito o melhor possível em relação a Sancho, mostra também a preocupação de ser afetado por uma ação malsucedida do escudeiro. Tal como o que ocorreu quando amo e escudeiro chegaram ao palácio, dom Quixote teme a sua imagem vinculada à de Sancho. Teme que sua honra e fama sejam afetadas indiretamente devido às ações do escudeiro.

O último acontecimento do capítulo se refere a um desabafo de dom Quixote, feito em tom de ameaça a Sancho:



“(…) Dios te guíe, Sancho, y te gobierne en tu gobierno, y a mí me saque del escrúpulo que me queda que has de dar con toda la ínsula patas arriba, cosa que pudiera yo escusar con descubrir al duque quién eres, diciéndole que toda esa gordura y esa personilla que tienes no es otra cosa que un costal lleno de refranes y de malicias.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 347.)

Terminado o desabafo de seu amo, Sancho o surpreende. Colocando-se numa posição de submissão em relação a dom Quixote, mas demonstrando um pensamento bastante elaborado, diz a ele:

“Señor, si a vuestra merced le parece que no soy de pro para este gobierno, desde aquí le suelto; que más quiero un solo negro de la uña de mi alma, que a todo mi cuerpo; y así me sustentaré Sancho a secas con pan y cebolla, como gobernador con perdices y capones; y más, que mientras se duerme, todos son iguales, los grandes y los menores, los pobres y los ricos, y si vuestra merced mira en ello, verá que sólo vuestra merced me ha puesto en esto de gobernar; que yo no sé más de gobiernos de ínsulas que un bultre; y si se imagina que por ser gobernador me ha de llevar el diablo, más me quiero ir Sancho al cielo que gobernador al infierno.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 348).

Surpreso com a fala de Sancho, dom Quixote reconsidera o que havia dito anteriormente e reconhece que seu escudeiro tem aptidões suficientes para assumir o governo.

O capítulo LI fala sobre o governo de Sancho Pança. Nele, a presença de dom Quixote se dá por meio de uma carta que envia a seu escudeiro, cumprimentando-o pelas notícias que havia recebido sobre suas ações e aproveitando, conforme acordado anteriormente, para dar-lhe novos conselhos.

Na carta, dom Quixote manifesta a Sancho estar surpreso diante das notícias que tem recebido sobre seu governo e suas atitudes discretas. Sem entender como tais atitudes se deram, o cavaleiro atribui à Providência Divina a transformação do escudeiro em um verdadeiro e adequado governador.

Em sua carta, dom Quixote utiliza um tom solene e elevado. Ele parece concentrado, procurando e selecionando adequadamente cada palavra que vai escrever a Sancho. Dessa vez, os conselhos dados são mais graves e profundos, abandonando a condição elementar de alguns dos primeiros conselhos. Parece que dom Quixote soube reconhecer em seu escudeiro

o momento certo de lhe dizer cada palavra. Embora Sancho ainda continue a ser seu escudeiro, dom Quixote reconhece nele quase um interlocutor à sua altura, pois o sente capaz de entender raciocínios e reflexões muito mais elaboradas.

Voltando a aconselhar seu escudeiro, o primeiro aspecto que coloca em destaque é a humildade. Dom Quixote diz a Sancho que as atitudes e inclinações interiores não devem superar a gravidade do cargo, retomando o aspecto relativo à adequação das práticas às circunstâncias ou às funções desempenhadas. De acordo com dom Quixote, um governante muito humilde pode vir a ser interpretado como submisso.

Dom Quixote também volta a falar sobre o vestir-se adequadamente, de acordo com o cargo ocupado. A adequação, seja em atitudes, seja em aparência, também é um fator importante no exercício da discricção.

“Vístete bien, que un palo compuesto no parece palo. No digo que traigas dijes ni galas, ni que siendo juez te vistas como soldado, sino que te adornes con el hábito que tu oficio requiere, con tal que sea limpio y bien compuesto.”

(*Don Quijote de la Mancha*, v. II, LI, p. 412.)

A seguir, fornece mais algumas orientações sobre o governo. Dom Quixote diz a Sancho que este deve procurar ser gentil e acessível a seu povo, assim como também deve proporcionar-lhe adequadamente a sobrevivência. Segundo dom Quixote, “(...) no hay cosa que más fatigue el corazón de los pobres que la hambre y la carestía”. (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, LI, p. 413.)

Caso crie leis, dom Quixote aconselha que estas sejam boas e que o governador faça com que sejam cumpridas, pois, caso contrário, reverter-se-ão em um descrédito para o governante que teve suficiente discricção e autoridade para criá-las, mas não para garantir seu cumprimento. Em relação à sua aplicação, e retomando a idéia de justiça já referida anteriormente, dom Quixote recomenda que o governante não seja nem muito rigoroso nem muito brando. Segundo ele, o melhor a fazer é escolher o ponto central entre dois extremos, a justa medida, o que corresponde a estar ao ponto da discricção.

Em seguida, dom Quixote reitera a importância do comportamento virtuoso para o governante, o qual deve ser pai das virtudes e padrasto dos vícios.

Por reconhecer que o caráter humano é dado a falhas, dom Quixote aconselha seu escudeiro-governador a disfarçá-las adequadamente, pois as fraquezas do governante podem ser usadas contra ele próprio, por pessoas inescrupulosas que o rodeiam.

Apesar de surpreso, dom Quixote mantém o cuidado com o seu escudeiro, dizendo-lhe que recorra freqüentemente aos conselhos fornecidos anteriormente, como forma de manter seu bom governo. Ao pedir isso a Sancho, o cavaleiro reconhece que, apesar de estar se saindo bem como governador, Sancho não possui grande autonomia para administrar as questões relativas ao governo.

Após aconselhar seu escudeiro, dom Quixote lhe diz que pensa deixar brevemente o palácio ducal, pois, antes de tudo, tem de cumprir com sua profissão de cavaleiro andante, e a vida ociosa que vem levando no palácio não é capaz de contemplar suas ambições.

É evidente que, em sua fala, dom Quixote não pode abarcar toda a amplitude do conceito de discrição. Mas, de acordo com a situação, forneceu elementos para a atuação discreta de Sancho Pança e que também contribuíram para ratificar sua própria condição de discreto.

### **6.3.2 – A assimilação dos conselhos de dom Quixote e o governo de Sancho Pança.**

O comportamento de Sancho Pança ao longo dos capítulos é ambíguo. Suas palavras não são condizentes com suas atuações. Elas estão baseadas nos saberes populares de que dispõe, aliados aos conselhos dados por seu amo, antes de assumir e também durante seu governo. Já suas atuações baseiam-se nos conselhos dados por dom Quixote e também na interpretação, muitas vezes aguda, que fez desses conselhos.

O aconselhamento que faz dom Quixote a Sancho nos remete às práticas de aconselhamento de príncipes, relatadas, por exemplo, em *O Cortesão*, de Castiglione. Os conselhos têm a função de fornecer ao príncipe elementos suficientes para que este possa fazer o bom governo de si mesmo e das cidades. Assim, os conselhos de dom Quixote a Sancho coincidem com o tipo de conselho dado pelo cortesão ao príncipe, ainda que, como sabemos, nem dom Quixote é um cortesão, nem Sancho é, na realidade, um príncipe, embora tenha sido alçado a essa condição devido à armação realizada pelos Duques.

A atuação de Sancho no capítulo XLII começa quando ele é notificado pelo Duque de que está pronto para assumir o governo da ilha. Nesse momento, Sancho fala ao Duque de uma maneira que demonstra reflexão. Ao se referir ao governo da ilha e, conseqüentemente, ao poder, diz:

“Después que bajé del cielo [referindo-se ao episódio de Clavilenho], y después que desde su alta cumbre miré la tierra y la vi tan pequeña, se templó en parte en mí la gana que tenía tan grande de ser gobernador, porque ¿qué grandeza es mandar en un grano de mostaza, o qué dignidad o imperio el gobernar a media docena de hombres tamaños como avellanas que, a mi parecer, no había más en toda la tierra?” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 338.)

A fala de Sancho no fragmento anterior surpreende pelo fato de que, até onde sabemos, ele tem poucas informações sobre o mundo em geral. Constatar a grandeza da Terra e notar, a partir daí, a pequenez de mesmo a maior de todas as ilhas, requer a utilização de um raciocínio agudo e entremeado de conexões, o que não seria comum a Sancho Pança.

Independentemente da reflexão realizada, Sancho se mostra disposto a governar a ilha, e quer fazê-lo somente para experimentar qual o gosto de ser governador. Nesse primeiro instante, deixa claro que não está assumindo o governo por cobiça ou ganância. O que o atrai para o exercício do governo é a possibilidade de mandar, coisa totalmente nova para ele, que era um simples lavrador e, depois de alçado à condição de escudeiro, também sempre deveu obediência a seu amo. Sancho deseja o poder pela possibilidade que ele oferece de mandar em vez de ser mandado. Diz que imagina que é bom mandar, ainda que seja a um rebanho de gado.

Nesse momento, o fato de querer assumir o governo da ilha somente pela possibilidade de mandar reflete uma atitude imprudente por parte de Sancho, pois ele não pensa nas conseqüências decorrentes de eventuais más atitudes no governo. Em nenhum momento ele faz uma avaliação ponderada da situação em que se encontra para ver se tem ou não condições de assumir o governo. Porém, a imprudência de Sancho aí está vinculada à oscilação característica dos personagens cervantinos que ora realizam reflexões extremamente pertinentes e agudas, ora agem como a mais torpe das criaturas.

Quando notificado de que assumiria o governo, Sancho não demonstrou estar preocupado em enquadrar a sua figura à de um governador. Ao ser informado pelo Duque de que naquela mesma tarde seus criados lhe trariam os trajes que levaria ao governo, reage

dizendo: “— Vistanme como quisieren; que de cualquier manera que vaya vestido seré Sancho Panza.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 339.) Não devemos tomar a atitude de Sancho como uma espécie de rebeldia. O que ocorre, de fato, é que ele estava muito centrado em si mesmo e em seus valores, deixando de notar que, ao passar a exercer o cargo de governador, ganharia uma posição de destaque, a qual requeria que seu ocupante se adequasse não só em termos morais, mas também em relação à aparência física. Sancho não dispunha de nenhum traquejo social, e sua condição de lavrador o impedia de reconhecer importância naquelas práticas ali explícitas. Ele pensa poder assumir o governo sem promover nenhum tipo de alteração em si mesmo, o que vai contra as práticas discretas do ambiente de corte. Como vimos, o cuidado com a aparência e a habilidade no trato social constituem requisitos fundamentais para o trânsito adequado em determinados ambientes sociais, como o palácio ducal ou o ambiente de seu governo.

A rusticidade de Sancho traz consigo um grande nível de sinceridade e autenticidade. Ele parece ter uma existência calcada puramente na essência, desprezando o ser social que deveria habitar sua pessoa. Ao conversar com o Duque que procurava lhe mostrar que, para o exercício do governo, as armas e as letras eram igualmente necessárias, Sancho revela, sem nenhum pudor, sua condição de quase analfabeto, dizendo:

“— Letras, pocas tengo, porque aún no sé el A, B, C; pero bástame tener el *Christus* en la memoria para ser buen gobernador. De las armas, manejaré las que me dieren, hasta caer, y Dios delante.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLII, p. 339.)

Pelo dito acima, inferimos que Sancho quer e acha possível ser governador utilizando somente sua experiência de vida, uma vida simples e bastante diferente daquela sociedade em que se encontrava naquele momento.

No decorrer da conversa entre Sancho e o Duque, entra dom Quixote, o qual, percebendo o que estava acontecendo, numa atitude prudente, retira seu escudeiro e o conduz a um local reservado, com a finalidade de aconselhá-lo para que se saia bem no governo.

No início da conversa com dom Quixote, Sancho parecia muito entusiasmado pelo governo da ilha e teve dificuldade para se concentrar e começar a ouvir seu amo. Durante o aconselhamento, Sancho não consegue se limitar a ouvir e, muitas vezes, comenta os conselhos dados por dom Quixote de uma maneira que irrita seu amo.

O primeiro comentário de Sancho se refere à origem daqueles que governam. Ele parece não se sentir incomodado pelo fato de ter origem humilde, pois parece ter consciência de que nem todos os que governam têm origem nobre. Esse fato parece garantir certa comodidade a Sancho, pois visualiza ser possível exercer o governo mesmo possuindo sua origem e sua condição.

No início do capítulo XLIII, Sancho se porta de maneira diferente da que estávamos acostumados a vê-lo anteriormente. Agora parece mais contido e concentrado, como nos informa o narrador ao dizer que “atentísimamente le escuchaba Sancho [referindo-se a dom Quixote] y procuraba conservar en la memoria sus consejos como quien piensa guardarlos y salir a buen parto de la preñez de su gobierno”. (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 343.) Nesse aspecto, apesar de não mudar em essência, parece que os primeiros conselhos de dom Quixote já lhe haviam surtido algum efeito, o que fez com que se concentrasse mais para ouvi-los.

Sancho parece entender os conselhos de seu amo no que se refere a manter-se limpo e com as unhas cortadas, vestir-se adequadamente a si e a seus pajens, não comer nem beber demasiadamente. Porém, confunde-se quando dom Quixote fala sobre os hábitos à mesa. Diante do conselho de não *erutar* à mesa, Sancho manifesta sua ignorância, dizendo a seu amo que não entendia o significado daquela palavra. Após a explicação de dom Quixote, o escudeiro promete adotar a prática sugerida.

O desconhecimento de uma palavra que leva a uma prática tão desastrosa a um discreto confirma mais uma vez que Sancho não dominava as regras do ambiente ao qual estava prestes a ser lançado. O conhecimento da palavra *erutar* demandava certo nível de erudição, o qual Sancho não possuía e ao qual nem dava importância.

O jeito contido que Sancho apresentava no início do capítulo não se mantém por muito tempo. Falastrão e intrometido, Sancho interrompe várias vezes dom Quixote durante o aconselhamento. Além disso, crê-se no direito de achar que pode escolher entre os conselhos de dom Quixote aqueles que pretende seguir. Em relação ao *erutar*, por exemplo, Sancho diz: “— En verdad, señor, que uno de los consejos y avisos que pienso llevar en la memoria ha de ser el de no regoldar, porque lo suelo hacer muy a menudo.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 344.)

Sancho admite concessões às práticas sociais somente quando as que possui lhe parecem extremamente inadequadas. Pelo que se vê, ele se guia pelos seus valores e

princípios e é muito refratário a algumas interferências vindas de seu amo. Dessa forma, seria pouco provável que conseguisse atingir o nível de erudição e sutileza necessários a um indivíduo discreto, pois não estava aberto ao aprendizado de que necessitava.

Dando seqüência aos acontecimentos do capítulo XLIII, a conversa entre dom Quixote e Sancho transcorria de forma tranqüila até o momento em que o cavaleiro fez referência à linguagem utilizada pelo escudeiro, dizendo-lhe que não devia utilizar em suas conversas a grande quantidade de provérbios que lhe saíam pela boca aos borbotões, e que representavam mais uma de suas tantas indiscrições. O nível de linguagem de Sancho e a conseqüente utilização de muitos provérbios eram próprios do meio popular em que ele vivia, e que já havia se constituído em um hábito muito arraigado, difícil de ser remediado. De tão característico, é quase impossível, inclusive ao leitor, imaginar Sancho Pança sem utilizar seus provérbios. O próprio Sancho reconhece a dificuldade de abandonar tal prática:

“— Eso Dios lo puede remediar, porque sé más refranes que un libro, y viénense tantos juntos a la boca cuando hablo, que riñen, por salir, unos con otros; pero la lengua va arrojando los primeros que encuentra, aunque no vengan a pelo. Más yo tendré en cuenta de aquí adelante de decir los que convengan a la gravedad de mi cargo; que en casa llena, presto se guisa la cena; y quien destaja no baraja; y a buen salvo está el que repica; y el dar y el tener, seso ha menester.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 344.)

Nesse fragmento, Sancho parece tentar fazer uma concessão a fim de evitar a utilização de provérbios que não correspondam à situação, mas, em seguida, com sua oscilação e descuidos característicos, desfere a dom Quixote uma série de provérbios que, como o próprio Sancho diz, estavam brigando entre si para ver qual deles saía primeiro.

Após seu amo ter terminado de aconselhá-lo, Sancho o surpreende de novo, dizendo-lhe que os conselhos são muito bons e proveitosos, mas de que lhe hão de servir, se não consegue se lembrar de nenhum deles? Essa fala de Sancho nos remete novamente à sua origem humilde, pois em sua vida como lavrador estava acostumado ao exercício de uma sabedoria prática. O contato com elementos mais eruditos dificultava que o escudeiro os memorizasse, pois alguns deles não faziam o menor sentido para ele, conforme ele mesmo afirma:

“(...) Verdad sea de aquello de no dejarme crecer las uñas y de casarme otra vez, si se ofreciere, no se me pasará del magín; pero esotros

badulaques y enredos y revoltillos, no se me acuerda ni acordará más dellos que de las nubes de antaño, y así, será menester que se me den por escrito; que puesto que no sé leer ni escribir, yo se los daré a mi confesor para que me los encaje y recapacite cuando fuere menester.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 345.)

Pelo dito acima, mais uma vez notamos que Sancho não interioriza totalmente os conselhos dados por seu amo e tem dificuldade de reconhecer a utilidade de alguns deles. Apenas mostra a intenção de segui-los, em virtude da confiança que deposita em dom Quixote, a quem de alguma maneira substituirá pelo confessor quando estiver no governo e longe de seu amo.

Apesar de dom Quixote insistir sobre quão pernicioso é a um governante o fato de não saber nem ler nem escrever, Sancho o retruca dizendo-lhe que isto não o fará falta no exercício de seu governo, pois, por meio de sua liberalidade, conseguirá disfarçar suas faltas. Sobre isso, Sancho declara:

“— Bien sé firmar mi nombre; que cuando fui prioste en mi lugar, aprendí a hacer unas letras como de marca de fardo, que decían que decía mi nombre; cuanto más que fingiré que tengo tullida la mano derecha, y haré que firme otro por mí; que para todo hay remedio, si no es para la muerte; y teniendo yo el mando y el palo, haré lo que quisiere; cuanto más el que tiene el padre alcalde... Y siendo yo gobernador, que es más que ser alcalde, ¡llegaos, que la dejan ver! No, sino popen y calóñenme; que vendrán por lana, y volverán trasquilados; y a quien Dios quiere bien, la casa le sabe; y las necesidades del rico por sentencias pasan en el mundo; y siéndolo yo, siendo gobernador y juntamente liberal, como lo pienso ser, no habrá falta que se me parezca. No, sino haceos miel, y paparos han moscas; tanto vales quanto tienes, decía una mi agüela; y del hombre arraigado no te verás vengado.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 346.)

Nesse fragmento, Sancho faz uma série de considerações importantes. A primeira é fazer uso de algum artifício para disfarçar algo que lhe falta. Se é importante que o governante saiba ler e Sancho não o sabe, a saída encontrada pelo escudeiro é a utilização de algum artifício que possa ajudá-lo a disfarçar a sua falta. Sancho procura utilizar-se de um recurso que lhe permita ocultar algo indesejado. Porém, apesar de, nesse caso, referirmo-nos às noções de artifício e aparência, não as podemos tomar no sentido graciano, as quais estão



vinculadas a práticas honestas, e não à fabricação de situações enganosas como as propostas pelo escudeiro.

O segundo aspecto interessante é que Sancho pretende ser um governador cuja liberalidade também terá a função de disfarçar suas faltas, o que talvez não seja uma prática muito benéfica ao governante.

Por último, retomando a citação, ao dizer que “las necedades del rico por sentencias pasan en el mundo”, Sancho declara conhecer uma noção de poder em que o governante, por mais ignorante que seja, é acatado, pelo simples fato de ser governante e ter o poder. Porém, parece-nos que essa frase de Sancho é apenas uma constatação, fruto de seu entendimento sobre o poder. Por tudo que já havia dito, não parece que ele concorde com isso ou pretenda se utilizar exatamente desse artifício em seu governo.

Apesar de pretender usar do artifício para disfarçar suas faltas, diante de seu amo Sancho não tem pudores de admiti-las. Referindo-nos especificamente aos refrãos, talvez Sancho não os desqualifique pelo fato de eles representarem o único patrimônio de que dispõe:

“— Por Dios, señor nuestro amo — replicó Sancho —, que vuesa merced se queja de bien pocas cosas. ¿A qué diablos se pudre de que yo me sirva de mi hacienda, que ninguna otra tengo, ni otro caudal alguno, sino refranes y más refranes?” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 346.)

Nesse capítulo, Sancho ainda tem um embate final com dom Quixote, do qual sai vitorioso em virtude da astúcia e do entendimento que manifesta a seu amo sobre sua situação e a situação futura de governo. Ao se irritar com Sancho, dom Quixote sinaliza que poderia contar ao Duque sobre seu despreparo para assumir o governo. A reação de Sancho diante de tal situação nos surpreende pelo bom entendimento que demonstra e pelos pensamentos concatenados que possui. Respondendo a dom Quixote, ele diz:

“— Señor — replicó Sancho —, si a vuestra merced le parece que no soy de pro para este gobierno, desde aquí le suelto; que más quiero un solo negro de la uña de mi alma, que a todo mi cuerpo; y así me sustentaré Sancho a secas con pan y cebolla, como gobernador con perdices y capones; y más, que mientras se duerme, todos son iguales, los grandes y los menores, los pobres y los ricos, y si vuestra merced mira en ello, verá que sólo vuestra merced me ha puesto en esto de gobernar; que yo no sé más de gobiernos de ínsulas que un biultre; y si se imagina que por ser gobernador

me ha de llevar el diablo, más me quiero ir Sancho al cielo que gobernador al infierno.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, XLIII, p. 348.)

Após a resolução do impasse criado por Sancho, por meio do qual relembra dom Quixote que ele, Sancho, não tinha aspirações a governar nada antes de conhecê-lo, o capítulo XLIII se encerra com uma fala de dom Quixote totalmente favorável a Sancho, que o havia surpreendido com suas colocações. Apesar de conhecer as falhas de seu escudeiro, dom Quixote volta a apoiá-lo e a reconhecer que Sancho parece ter condições de assumir o governo. Segundo dom Quixote, Sancho poderá superar suas falhas em virtude de possuir uma inclinação natural para o bem.

O capítulo LI, como dito em outro momento deste trabalho, passa-se durante o governo de Sancho, no qual ele prudentemente coloca em prática não só os conselhos fornecidos por seu amo, mas também uma interpretação muito perspicaz e discreta deles. Os conselhos de dom Quixote, por si só, não surtiriam efeito caso Sancho não tivesse recursos para interpretá-los e colocá-los em prática de maneira adequada à ocasião.

Nesse capítulo, aparecem de forma muito clara a oscilação e a ambigüidade de Sancho em relação à discrição. Se, por um lado, ele se mostra totalmente avesso a algumas práticas sociais, às quais chega a se referir como sendo “badulaques, enredos y revoltillos”, por outro lado demonstra uma perspicácia própria de um discreto, na interpretação de situações. Sancho Pança, um indiscreto por excelência, em seu governo surpreende pela discrição demonstrada em algumas ocasiões.

No início do capítulo LI, o narrador nos informa sobre a surpresa que o governo de Sancho estava causando até mesmo entre os que estavam participando da farsa. No governo, segundo nos mostra o narrador, as atitudes e palavras de Sancho sofriam oscilações que iam do discreto ao tonto, confirmando o que acabamos de dizer sobre Sancho no tocante à discrição. Porém, pelo que efetivamente se fala do governo do escudeiro, a discrição ocupa muito mais espaço que a tonteria.

Na condição de governador, Sancho se submetia ao que lhe diziam ser bom para realçar seu engenho. Ainda que algumas coisas não fizessem muito sentido para ele, assumiu sua função de governador com todo o ônus que esta lhe trazia. Não foram poucos os sofrimentos de Sancho. O doutor Pedro Recio, por exemplo, o fazia comer conserva e água fria como desjejum.

Em relação a isso, mais uma vez nos deparamos com a falta de autonomia de Sancho, o que era arriscado para um governante. Justamente pelo seu pouco conhecimento, não tinha discernimento sobre algumas práticas e situações. Sancho era uma pessoa extremamente crédula e, durante seu governo, manteve a mesma forma de comportamento, deixando de reconhecer a artificialidade de algumas situações. O fato de ter de depender de outros para algumas práticas fez com que ele tivesse sofrimentos que poderiam ser evitados caso tivesse o pleno controle das situações e conhecesse mais as práticas do meio em que vive. Mas, apesar do seu sofrimento, encara as atribuições de seu governo quase como uma missão, mesmo que as maldiga em um segredo íntimo.

Como dito anteriormente, algumas atitudes no governo de Sancho surpreendiam. Uma dessas surpresas pode ser representada pela solução encontrada em um de seus julgamentos.

O caso que apresentaram a Sancho era o seguinte: sobre um rio havia uma ponte que, para ser transposta, era necessário que o transeunte declarasse aonde ia e o que ia fazer. Se jurasse verdade, passaria sem problemas; se jurasse mentiras, seria duramente castigado. Sabendo das regras, um forasteiro quis passar pela ponte e, durante seu juramento, declarou que sofreria os castigos impostos aos que mentem. Diante de tal situação, os juízes se perguntavam qual seria a sentença correta, pois, caso permitissem que o forasteiro passasse, ele teria jurado em falso e deveria ser castigado. Mas, por outro lado, o forasteiro dissera que seria castigado e, portanto, jurou verdade. Como não houve consenso entre os juízes sobre aplicar ou não o castigo ao homem, coube a Sancho dar a sentença final. Sancho ouviu atentamente o relato e, diante do exposto, considerou que o homem deveria ser absolvido e condenado ao mesmo tempo. Dada a impossibilidade da execução de tal sentença, Sancho decide absolver o forasteiro, pois, se naquele caso, tanto a absolvição quanto a condenação teriam pertinência, o mais conveniente era decidir pela absolvição, pois, segundo Sancho, “siempre es alabado más el hacer el bien que el mal”.

Para chegar a tal sentença, Sancho raciocina e avalia cuidadosamente a situação, demonstrando grande capacidade de análise e discernimento para que pudesse chegar a uma sentença justa. Ao final, decide favoravelmente ao réu, seguindo, além de sua inclinação natural ao bem, o conselho de dom Quixote, o qual lhe recomendava clemência diante de um condenado ou que, havendo dúvidas quanto à condenação, se decidisse favoravelmente ao réu.

Houve outra situação em seu governo em que teve de aplicar a justiça. Referino-mos ao caso da mulher que, vendendo avelãs na praça, misturava frutas podres às boas e as

vendiam todas juntas. Nesse caso, Sancho exigiu que se separassem as frutas boas das ruins e, como pena, sentenciou a mulher a não entrar na praça por quinze dias.

Como se vê, Sancho soube aplicar à mulher uma pena compatível com o delito cometido, o que vai ao encontro dos preceitos de justa medida, bom senso e moderação na aplicação da justiça.

Durante seu governo, Sancho demonstra uma confiança admirável em sua capacidade. Após a resolução do caso do forasteiro, parece animado e disposto a continuar decidindo sobre as questões de governo. Em determinado momento, diz a seu pajem: “(...) lluevan casos y dudas sobre mi, que yo las despabilaré en el aire”.

Apesar de falastrão e incontinente em relação a muitos elementos, Sancho sabe da importância de seu cargo e de manter segredo sobre algumas questões de governo. Isso se nota quando ele recebe uma correspondência de dom Quixote. Nessa ocasião, pede a seu secretário que leia a carta primeiro para si próprio e, caso note que não existe nenhum segredo nela, que a divulgue entre todos os presentes. O secretário procedeu à leitura silenciosa da carta e, não havendo nenhum segredo em questão, leu-a para os presentes. A referida carta continha elogios à atuação de Sancho e outros conselhos que seu amo havia julgado pertinentes.

Sancho ouviu com muita atenção a leitura da carta, à qual respondeu em seguida.

Na carta enviada a dom Quixote, o escudeiro realiza uma espécie de prestação de contas a seu amo. Logo no início, e fazendo referência a um conselho recebido dele, Sancho diz não estar tendo tempo sequer para coçar a própria cabeça ou cortar as unhas, as quais estavam extremamente crescidas. Lembremo-nos de que, nesse momento, Sancho se refere ao conselho de dom Quixote que fazia referência a determinados comportamentos inadequados, como coçar a cabeça ou manter as unhas compridas. Relata também a seu amo estar passando mais fome do que quando, juntos, andavam pelos campos. Apesar disso, em sua carta, Sancho mantém um tom bem-humorado, demonstrando que as adversidades que vêm enfrentando não têm sido suficientes para quebrantar seu espírito. Sua declaração também nos remete à visão que ele tinha sobre o poder antes de assumi-lo, a qual se mostra bem diferente da que pensava anteriormente. Para ele, o ato de governar parecia mais simples do que de fato é. Além disso, não tem provado de nenhuma regalia que pensava possível existir na condição de governador. Para Sancho, o exercício do governo produz uma espécie de desencanto, conforme atesta na declaração que dá a dom Quixote:

“— Finalmente, él [referindo-se ao doutor Pedro Recio] me va matando de hambre, y yo me voy muriendo de despecho, pues cuando pensé venir a este gobierno a comer caliente y a beber frío, y a recrear el cuerpo entre sábanas de Holanda, sobre colchones de pluma, he venido a hacer penitencia, como si fuera ermitaño, y como no la hago de mi voluntad, pienso que al cabo al cabo me ha de llevar el diablo.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, LI, p. 414.)

Devemos salientar em Sancho governador que o fato de o exercício do governo estar lhe causando grande desconforto não o impede de fazer o que pensa e sabe ser correto.

Sancho também não demonstra medo no exercício do governo. Na carta que envia a seu amo, diz-lhe que o Duque o avisara que havia alguém na ilha disposto a matá-lo. Sancho não só não se preocupa com a questão como também a trata de maneira bem humorada, quase irônica:

“— Escribióme el duque, mi señor, el otro día, dándome aviso que habían entrado en esta ínsula ciertas espías para matarme, y hasta ahora yo no he descubierto otra que un cierto doctor que está en este lugar asalariado para matar a cuantos gobernadores aquí vinieren; llámase el doctor Pedro Recio, y es natural de Tirteafuera: ¡porque vea vuesa merced qué nombre para no temer que he de morir a sus manos!...” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, LI, p. 414.)

Nessa citação, vemos que Sancho estabelece uma relação entre a idéia de que alguém quer matá-lo e a idéia de morrer de fome, sendo esta última, evidentemente, uma metáfora de seu sofrimento devido à privação da alimentação.

Em seguida, faz mais algumas considerações sobre seu governo, sua situação com os duques e a forma como pensa deixar o cargo de governador. Nesse momento, retoma em tom jocoso o que havia dito sobre o doutor Pedro Recio:

“— Y con esto, Dios libre a vuestra merced de mal intencionados encantadores, y a mí me saque con bien y en paz deste gobierno, que lo dudo, porque le pienso dejar con la vida, según me trata el doctor Pedro Recio.” (*Don Quijote de la Mancha*, v. II, LI, p. 416.)

O capítulo termina com a notícia de que as armações dos duques relativas ao governo de Sancho estavam prestes a se encerrar, e Sancho prestes a voltar ao convívio de seu amo.

Apesar de tudo se tratar de uma grande farsa, o governo de Sancho foi marcado pela honestidade, moderação, justiça, interpretação adequada de conceitos e de idéias e de uma disposição implacável para fazer o bem. Enfim, um governo marcado pela discrição.

## 7 – Considerações finais.

Falar sobre a discrição no *Quixote* nos leva a refletir sobre a oscilação na aplicação desse conceito verificada ao longo dos capítulos que são objeto de análise. De acordo com a teoria explanada ao longo deste trabalho, o discreto é o varão culto e erudito, o que automaticamente exclui o vulgar, aqui entendido como o não-erudito, de sua prática. Porém, o que verificamos durante a análise é que Cervantes promove uma variação do conceito, atribuindo-o inclusive aos que teoricamente não teriam requisitos para exercitá-lo, como no caso de Sancho Pança, por exemplo. Assim, Cervantes confere elasticidade ao conceito de discrição, utilizando-o em situações em que teoricamente sua aplicação não seria possível.

Os fatos relatados acima têm relação direta com a maneira como Cervantes se relacionava com o conceito de decoro, o qual, para ele, parecia não representar somente um conjunto de regras acabadas a serem seguidas, pois sua prosa aguda os modifica e os subverte de maneira quase que rotineira. Sobre essa oscilação, Edward Riley, no capítulo dedicado ao estilo e decoro em sua obra *Teoría de la novela en Cervantes*<sup>149</sup>, diz que o autor, assim como seus contemporâneos, parecia não ter uma opinião clara sobre a divisão clássica dos estilos, da qual deriva o conceito de decoro. Porém, apesar de não contar com uma declaração estética explícita por parte de Cervantes, Riley reconhece que “la extraña forma en que él [referindo-se a Cervantes] observa e incumple a um mismo tiempo dicha doctrina [referindo-se à teoria clássica dos estilos] es de gran importancia para sus escritos”,<sup>150</sup> ou seja, a mistura de estilos em Cervantes representa um grande ganho para sua prosa.

No mesmo estudo, Riley também esclarece que a obediência parcial em relação às regras do decoro não é um aspecto relativo somente a Cervantes, pois no século XVII espanhol vários escritores atuavam da mesma maneira.

Referindo-nos especificamente ao *Quixote*, podemos exemplificar a mistura de estilos e a conseqüente ruptura com as regras clássicas do decoro por meio das atuações de Sancho Pança, que, embora seja um rústico lavrador, por vezes se comporta demonstrando engenho e eloquência surpreendentes.

---

<sup>149</sup> RILEY, E. C. *Teoría de la novela en Cervantes*. Madrid: Taurus, 1971.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 209.

A figura de Sancho Pança também é exemplar quanto ao tratamento cervantino conferido à discrição. Para Cervantes, de acordo com Ángel Rosenblat, a discrição “no es incompatible con la naturalidad”.<sup>151</sup> Para ratificar essa idéia, temos a atuação de Sancho durante seu governo, quando alterna elementos que ora revelam toda a sua rusticidade, ora grande discrição.

Assim, a aplicação do conceito de discrição no texto cervantino vai além da localização e análise de alguns capítulos ou episódios isolados. Pontuar as ações discretas no *Quixote* implica também conhecer um pouco do estilo cervantino e de sua prosa aguda, a qual contribui para o estabelecimento de novos parâmetros para a criação literária a partir de então.

É dessa forma que o erudito cavaleiro dom Quixote passa por situações que mais o aproximariam ao comportamento de Sancho Pança; este, por sinal, às vezes se manifesta demonstrando grande engenho, sutileza e até mesmo erudição.

A discrição não é um elemento palpável, e os personagens cervantinos a alcançam graças aos discretos procedimentos narrativos realizados pelo autor, que constrói o entorno em que essas práticas podem ser exercitadas. Os conselhos de dom Quixote a Sancho só funcionam como *pérolas* de discrição quando interpretados corretamente por alguém capaz de compreendê-los e praticá-los. Cervantes dota seus personagens de características sutis e emblemáticas, só reconhecíveis por meio de uma análise atenta de seu texto, considerando-o como peça de criação literária que revela grande engenho, astúcia e perspicácia de seu autor, que, antes de atribuir a discrição a seus personagens, pratica-a ele mesmo. Assim, com uma “despretensiosa pretensão”, Cervantes elabora um texto que funciona em seu conjunto como uma grande manifestação da discrição de seu autor.

É por meio da genialidade cervantina que idéias aparentemente antagônicas, como rústico e discreto, passam a conviver de forma tão harmônica que chega a ser difícil imaginar que um dia elas estiveram dissociadas.

Concluimos estas breves considerações utilizando-nos das reflexões propostas por Rosenblat sobre o estilo cervantino, que coroam de maneira exemplar não só o referido anteriormente em nossa análise, mas também ilustram e explicam a instabilidade dos conceitos trabalhados por Cervantes em seu *Quixote*. Segundo Rosenblat, o estilo cervantino:

---

<sup>151</sup> ROSENBLAT, Ángel. *La lengua del “Quijote”*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica/Gredos, s/d. p. 59.



“(...) se deleita en hacerles [referindo-se aos personagens] hablar como cuerdos y como locos, como discretos y como simples, como caballeros y como rústicos, como hombres del pasado y como hombres del presente, como figuras de ficción, como lo que son (...) y como lo que no son: en ocasiones como truhanes, notarios, jueces, mercaderes o poetas”.<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> Ibidem, p. 355.

## 8 – Bibliografia.

ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. Trad. de Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ALONSO, Martín. *Enciclopedia del idioma*: diccionario histórico y moderno de la lengua española (siglos XII al XX) – etimológico, tecnológico, regional e hispanoamericano. Madrid: Aguilar, 1958.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Poética*. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

\_\_\_\_\_. *Retórica*. Madrid: Gredos, 1990.

AUERBACH, Erich. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

AVALLE-ARCE, J.B. e RILEY, E.C. (org.). *Suma Cervantina*, London: Tamesis, 1973.

AZAUSTRE, Antonio; CASAS, Juan. *Manual de retórica española*. Barcelona: Ariel, 1997.

BARTRA, Roger. *Cultura y Melancolía – Las enfermedades del alma en la España del Siglo de Oro*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

BATAILLON, Marcel. *Erasmus y España*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BLANCO, Emilio; CANTARINO, Elena (Orgs.). *Diccionario de conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra, 2005.

BOBES, Carmen et al. *Historia de la teoría literaria*. Madrid: Gredos, 1998.

BOTERO, João. *Da razão de estado*. Tradução de Raffaella Longobardi Ralha. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BURKE, Peter. *As fortunas d'O Cortesão*. Tradução de Álvaro Hattnher. São Paulo: UNESP, 1997.

CANAVAGGIO, Jean. *Historia de la literatura española*. Trad. de Ana Blas. Barcelona: Ariel, 1994-1995. tomos I e II.

\_\_\_\_\_. *Cervantes*. Madrid: Espasa Calpe, 1987.

- CANTARINO, Helena. Tratadistas político-morales de los siglos XVI y XVII. In: *El Basilisco (Oviedo)*. Revista de Filosofía, Ciencias Humanas, Teoría de la Ciencia y de la Cultura. n. 21, 1996.
- CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. Trad. de Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CELLORIGO, M.G. *Memorial de la política necesaria y util restauración a la República de España*. Madrid: ICI/Quinto Centenario/Antoni Bosch/ Instituto de Estudios Fiscales, 1991.
- CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: discurso, práctica, representación*. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1998.
- CHEVALIER, Maxime. *Lectura y lectores en la España del siglo XVI y XVII*. Madrid: Turner, 1976.
- CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Tradução de Angélica Chiappetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CLOSE, Anthony. La crítica del Quijote hasta ahora. In: *Cervantes*. Madrid: Centro de Estudios Cervantinos, 1995.
- \_\_\_\_\_. *The romantic approach to Don Quixote: a critical history of the romantic tradition in Quixote criticism*. Cambridge: University Press, 1978.
- \_\_\_\_\_. Las interpretaciones del Quijote. In: *Don Quijote de la Mancha*. 2. ed. Barcelona: Edición del Instituto Cervantes, 1998.
- COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Editorial Castalia, 1995.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e idade média latina*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1996.
- DANTISCO, Lucas Gracián. *Galateo Español*. Madrid: Ediciones Atlas, 1943.
- DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- D'OLIVEIRA FRANÇA, Eduardo. *Portugal na época da restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

EGIDO, Aurora. “La memoria y el Quijote”. In: *Cervantes: Bulletin of Cervantes Society of America*. The Cervantes Society of America, 1991.

\_\_\_\_\_. *Las caras de la Prudencia y Baltasar Gracián*. Madrid: Editorial Castalia, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. I e II.

\_\_\_\_\_. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ERASMO. *A civilidade pueril*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GRACIÁN, Baltasar. *El héroe*. Ed. de Luys Santa Marina. Barcelona: Vergara, 1971.

\_\_\_\_\_. *A arte da prudência*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 35.

\_\_\_\_\_. *El discreto*. Madrid: Aguilar, 1963.

\_\_\_\_\_. *El político*. Madrid: Biblioteca Anaya, 1961.

GRIGERA, Luisa López. *La retórica en la España del siglo de oro*. Madrid: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

GUICCIARDINI, Francesco. *Reflexões*. São Paulo: HUCITEC, Instituto Italiano di Cultura, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995.

HANSEN, João Adolfo. O discreto. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Libertinos libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KRABBENHOFT, Kenneth. *El precio de la cortesía*. Retórica e innovación en Quevedo y Gracián. Ediciones Universidad Salamanca, Salamanca, 1994.

MAQUIAVELO, Nicolás. *El Príncipe*. Buenos Aires: Editorial Heliasta, 1998.

MARAVALL, José Antonio. *Estudios de historia del pensamiento español*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1983.

MARCHESE, Ângelo; FORRADELLAS, Joaquín. *Diccionario de retórica, crítica y terminología literaria*. Barcelona: Ariel, 2000.

MARTÍNEZ, Ángel Pérez. *El buen juicio en el Quijote: un estudio desde la idea de la prudencia en los siglos de oro*. Valencia: Fundación Amado Alonso, 2004.

- PERCAS DE PONSETI, Helena, *Cervantes y su concepto del arte*. Madrid: Gredos, 1975.
- PINCIANO, López. *Philosophía antigua poética*. Ed. de Alfredo Carballo Picazo. Madrid: CSIC, 1973.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de autoridades*. Madrid: Gredos, 1990.
- REDONDO, Augustín. *Otra manera de leer el Quijote*. Madrid: Editorial Castalia, 1997.
- RICO, Francisco. *Historia y crítica de la literatura española*. Barcelona: Grijalbo, 1980. tomos I e II.
- RILEY, E.C. *Teoría de la novela en Cervantes*. Madrid: Taurus, 1971.
- ROSENBLAT, Ángel. *La lengua del "Quijote"*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica/Gredos, s/d.
- SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *Don Quijote de la Mancha II*. Madrid: 19. ed., Cátedra, 1997.
- SARAIVA, Antonio José. *O discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- TESAURO, Emanuele. *Tratado dos Ridículos*. Centro de Documentação Alexandre Eulálio, Campinas, 1992.
- URBINA, Eduardo. *Principios y fines del Quijote*. Maryland: Scripta Humanística, n. 73, 1990.
- \_\_\_\_\_. *El sin par Sancho Panza – parodia y creación*. Barcelona: Anthropos, 1991.
- VIEIRA, Maria Augusta da Costa. *O dito pelo não-dito: paradoxos de dom Quixote*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Louco lúcido: Dom Quixote e o Cavaleiro do Verde Gabão. In: *Revista USP n° 67*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2005.
- \_\_\_\_\_. La discreción en el episodio del Caballero del Verde Gabán. In: *Cervantes y su mundo I*. Kassel: Edition Reichenberger, 2004.
- \_\_\_\_\_. La discreción como práctica de representación en el *Curioso Impertinente*. In: *Actas del V congreso internacional de la asociación de cervantistas*. Lisboa: 2004.
- WILLIANSO, Edwin. *El Quijote y los libros de caballerías*. Madrid: Taurus, 1991.